



Caminhos

Revista de Divulgação Científica da Unidavi - Rio do Sul - Volume I - Nº 1 - Jan/Jun 2003



“Ensino, pesquisa e extensão: um caminho construído coletivamente”

Caminhos

**Volume 01 - Número 2
Agosto 2003 / Fevereiro 2004**

Rio do Sul - 2004



Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi

Reitor: *Viegand Eger*

Vice-Reitor: *Célio Simão Martnagno*

Pró-reitoria de Administração: *Udo Antônio Spaeth*

Pró-reitor de Ensino: *Niladir Butzke*

Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão: *Ilson Paulo Ramos Blogoslawski*

Conselho Editorial

Professora Dra. Arlene Renk

Professor MSc. Fábio Alexandrini

Professor MSc. Jeancarlo Visentainer

Professor MSc. Clóvis Neumann

Professor MSc. José Ernesto De Faveri

Professor MSc. Jorge Odélio Schneider

Professor MSc. Ivens José Thives de Carvalho

Professor MSc. Nivaldo Machado

Professor MSc. Paulo José da Fonseca Pires

Professor MSc. Dr. Pedro Luiz Manique Barreto

Professora Lilian Carla Muneiro

Professor Dr. Lucídio Bianchetti

Organizador:

Prof. MSc. Ilson Paulo Ramos Blogoslawski

Revisão

Olivio Matheussi

Zenilto Tambosi

Diagramação:

MSW Soluções Gráficas Ltda

Capa:

Paulo Sergio Zembruski

Normatização:

MSc. Ilson Paulo Ramos Blogoslawski

UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
Caminhos. Vol. 1, n. 2. Rio do Sul: Editora UNIDAVI, 2004

ISSN 1678-8990

Ensino superior, Pesquisa, Educação.

Sumário

- Sentimentos e Vivência da Equipe de Enfermagem na Assistência a Mães e Família Durante o Processo de Luto por Perda Fetal _____ **09**
Adriana dos Anjos da Silva Schneider / Isabel Cristina Pacheco Van der Sand
- Estudo do Comportamento Mecânico da Liga de Alumínio AA 2124 Hipersilicada _____ **29**
André Hekermann Buss / Cesar Edil da Costa
- Teaching Listening Practicabilities to Enhance Aural Comprehension _____ **43**
Célia Ferrarez Beckedorff / Iara Jane Wolstein
- O Ensino Superior no Alto Vale do Itajaí e o Desenvolvimento Regional _____ **63**
Clóvis Neumann
- Perfil Empresarial na Prática do Comércio Eletrônico _____ **79**
Fábio Alexandini / Aldo Von Wangenheim / Rogério Cid Bastos
- Movimentos de Autoria: Um Diálogo com os Acadêmicos do Curso de Letras ____ **99**
Flávio Joaquim Fronza
- O Desenvolvimento Florestal no Contexto da Agricultura Familiar Catarinense: Limites, Contradições e Potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável _____ **111**
Paulo José da Fonseca Pires / Eliane Dalmora
- Corrigindo Dificuldades de Aprendizagem Através do Lúdico _____ **137**
Rita Ferrari Cuoco / Silvinha Alflen Cucco

Do Tambor à Internet: A Era do Jornalismo Veloz _____ **155**

Walfried Wachholz

"Itá Carú - A Pedra que Come" de Godoy Cruz - Mescla do Folclore
Argentino e Substrato Cultural Indígena _____ **181**

Larry Clauberg

Constitucionalidade ou Inconstitucionalidade da Lei Estadual Paranense
de nº 10.248, de 10 de Janeiro de 1993, em Processo de nº 855 no
Supremo Tribunal Federal _____ **195**

Joubert Farley Eger

Apresentação

Em 2000 nascia a revista Caminhos, de maneira incipiente e tímida, porém retratava com maestria a produção dos professores da FEDAVI, Fundação que estava em processo de transformação em Universidade.

No dia 13 de junho de 2003 foi lançada a primeira revista de divulgação científica da UNIDAVI, durante o primeiro Congresso Interno de Iniciação Científica.

Neste 2º semestre de 2003 é, com especial satisfação, que se apresenta a toda a comunidade acadêmica e comunidade em geral, o segundo número da revista de divulgação científica da UNIDAVI - Caminhos.

Os artigos aqui reunidos são resultado de trabalhos de especialização, mestrado, doutorado, estudos e pesquisas efetivados pelos docentes da UNIDAVI. A grandeza e riqueza dos textos estão em sua forma de fazer-se, em sua multidisciplinaridade, possibilitando interfaces com diversas áreas, ao longo de cada escripte:

É permitido "conhecer os sentimentos e as condutas da equipe de enfermagem frente ao processo de luto vivenciado por gestantes e família durante a internação hospitalar".

O alumínio aqui marca presença, sendo que "vem a cada momento sendo mais solicitado pelas empresas, pela suas propriedades, onde se destacam a relação densidade/resistência à corrosão".

No que se refere ao ensino da língua, menciona-se "Procedimentos que devem ser seguidos pelo professor(a) ao ensinar a habilidade da compreensão auditiva em sala de aula".

O desenvolvimento regional, é tratado como "... Momento de reversão deste cenário, através da consolidação de um modelo de universidade, da formação do homem global, de investimentos em ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, formando profissionais capazes de gerar mudanças tecnológicas, e não apenas de acompanhá-las.

As tecnologias têm muito a contribuir com o comércio, por isso "a descrição de procedimentos que devem ser seguidos na prática comercial e a partir desta, descrever quais características que diferenciam as empresas no uso do comércio eletrônico.

O curso de letras da Universidade para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, contribui, mostrando que tem no seu projeto-piloto, a discussão da função (discursiva) do autor.

Também está presente uma amostra enfática relacionada a dificuldades em traduzir para outro idioma as "idiosincrasias" que existem entre as línguas.

Faz-se possível identificar "O desenvolvimento florestal no contexto da agricultura familiar catarinense: limites, contradições e potencialidades para o desenvolvimento sustentável".

Faz-se possível identificar uma sucinta análise crítica das dificuldades de aprendizagem e as razões de "propiciar às crianças de forma lúdica e prazerosa, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, corrigindo suas dificuldades de aprendizagem".

O jornalismo aqui está sinalizado pela trajetória, onde, "pássou por uma profunda transformação norteada pela velocidade crescente. A inovação tecnológica, ferramenta de aceleração, provocou um impacto profundo sobre o modelo de produção, transmissão e recepção das notícias em todo o globo.

Ainda é possível encontrar "Uma sucinta análise crítica das razões provisórias tomadas pelo Supremo tribunal Federal (STF) no processo de nº 855.

É graças ao empenho de cada autor e da coordenação de Pesquisa que este número se torna realidade.

Neste momento de transição e de "exercício democrático" pelo qual passa a UNIDAVI, rogo a toda comunidade acadêmica o especial empenho em fortalecer a "nossa" universidade para que ela, ainda quese bebê com seus dois anos de idade, se faça grande, promissora e forte, por poder ter suas funções de produtora e socializadora do conhecimento, renovadas, ampliadas e materializadas, podendo nesta e em muitas outras revistas mostrar sua pujança através dos textos produzidos como o resultado da produção de conhecimento e acesso deste à comunidade.

Após esta apresentação elaborada pela professora Celi Terezinha Wolf, queremos afirmar que, com muito empenho e dedicação esperamos responder, a cada número elaborado por esta Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão e contando com a contribuição de cada autor no espaço de universalização do conhecimento da UNIDAVI, convidar aos docentes e discentes para o desafio de criar e publicar suas produções científicas, deixamos aos leitores mais este número da Revista CAMINHOS. Queremos encontra-lo nas próximas páginas da terceira edição.

Ibson Paulo Ramos Blogoslowski

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Artigos

Caminhos

SENTIMENTOS E VIVÊNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA A MÃES E FAMÍLIA DURANTE O PROCESSO DE LUTO POR PERDA FETAL

Adriana dos Anjos da Silva Schneider ¹
Isabel Cristina Pacheco Van der Sand ²

RESUMO

O estudo objetivou conhecer os sentimentos e as condutas da equipe de enfermagem frente ao processo de luto vivenciado por gestantes e família durante a internação hospitalar, bem como identificar a percepção da equipe de enfermagem quanto à possibilidade de assistência a ser dispensada durante este processo. Trata-se de um estudo qualitativo que contou com a participação de dez profissionais da equipe de enfermagem de unidade de puerpério, de uma maternidade de João Pessoa PB. Emergiram da análise dos dados, realizada à luz dos pressupostos de Miayo (2000), quatro temas: 1) percepção da equipe de enfermagem em relação à mãe que "perdeu" seu bebê; 2) sentimentos da equipe de enfermagem frente a situação de perda fetal; 3) práticas de enfermagem frente a paciente em situação de luto por morte fetal; 4) percepção da equipe de enfermagem quanto ao preparo profissional para lidar com a morte.

Palavras chaves

Assistência de enfermagem, perda fetal, processo de luto

Feelings and experience of the nursing staff at the attendance to mothers and family during the mourning process due fetal loss

ABSTRACT

The purpose of this research was to identify the feelings and proceedings of the nursing staff face to mourning process experienced by pregnant women and family during the period spent at the hospital, and even to recognize the perception of the nursing staff regarding the possible assistance to be used during such process. That is a qualitative research, which has counted on ten professional participants of the nursing staff from children ward at a maternity hospital in João Pessoa PB. The analysis of the data, following Minayo (2000)

¹ Enfermeira, professora Pós-graduanda, Atuante em saúde pública Brusque - SC
adrianaasilva@yahoo.com.br - 47 350 5272.

² Professora orientadora, mestre em Enfermagem Obstétrica pela USP.

prepositions, resulted in four topics: 1) perception of the nursing staff related to the mother who lost her baby; 2) feelings of the nursing staff face the fetal loss situation; 3) nursing practices face the patient in mourning situation due fetal loss; 4) perception of the nursing staff regarding the professional preparation to deal with the death.

KeyWords

Nursing attendance, fetal loss, mourning process.

INTRODUÇÃO

Durante atividades práticas como aluna do curso de enfermagem em Unidade Obstétrica, houve a oportunidade de vivenciar várias atividades ,e dentre estas, despertou especial interesse a situação de perda fetal e todo o envolvimento que esta condição implica no relacionamento familiar e profissional. Diante dessa situação, é nítida a dificuldade que os profissionais desta área encontram em interagir e proporcionar cuidados aos pais e familiares. Num espaço onde o nascimento norteia a prática da enfermagem, não se está, em geral, "preparado" para a morte.

A morte fetal não representa uma condição rara, porém a equipe de saúde parece ter

pouca disposição para estudos sobre este tema, o que contribuiria para a melhora na prestação de cuidados à mãe e familiares enlutados.

Em pesquisa realizada sobre a percepção de mães frente à morte neonatal, foi concluído por Fernandes; Kretzer; Santos (1991, p. 140) que há uma necessidade de os profissionais refletirem sobre a morte e o morrer, para identificar as reais necessidades da mãe durante o processo de luto, e que "a preparação pessoal e profissional é de grande importância para atuar frente à situação morte, a fim de amenizar o sofrimento da mãe e da família".

Em vista das vivências e percepções até aqui relatadas foi desenvolvido estudo que buscava responder à seguinte problemática: "Quais os sentimentos e a vivência da equipe de Enfermagem frente ao processo de perda e luto vivenciados por gestantes e família assistidas no âmbito hospitalar?"

REFERENCIAL TEÓRICO: LUTO NA PERDA FETAL

A situação de morte representa um período de crise e desperta uma amplitude de sentimentos ligados à dor psíquica daqueles que estão envolvidos neste contexto. Segundo Cataldo Neto & Majola (1997, p. 10), "a perda do ente

querido impõe: a aceitação da morte e de sua irreversibilidade; a lamentação da perda; a desvinculação dos laços que os uniam e a permissão para a sua partida". Esse processo constitui o luto, que envolve sentimentos e comportamentos desencadeados pela vivência da perda e que pode caracterizar-se em luto denominado normal e patológico (complicado).

A experiência de uma perda é emoldurada pela percepção individual da mesma. Sendo assim, a apresentação do luto e de seu processo de resolução varia de indivíduo para indivíduo, cada qual enfrentando e respondendo às perdas de forma bastante diversificada. Esta diferença depende da personalidade do indivíduo, de experiências prévias de vida, de sua história patológica passada, do significado da perda, da natureza do relacionamento entre o falecido e o enlutado, da existência de uma rede social e familiar de apoio, de sua bagagem cultural e de eventos intercorrentes de vida, entre outros. (CATALDO NETO & MAJOLA, 1997, p. 10)

Para a gestante, a perda fetal causada por morte ou por aborto, independentemente da forma com que a gestação foi percebida por ela e sua família, é uma situação que se apresenta como inesperada e de consideráveis manifestações psicológicas. A perda causada por abortamento não é percebida pela sociedade como capaz de provocar um processo de luto e

que por ser socialmente negado, pode contribuir para a existência de reações emocionais. A perda fetal insere-se num momento de crise normativa, que diz respeito ao ciclo gravídico-puerperal e que se sobrepõe a uma crise acidental, esta desencadeada pela ocorrência do abortamento (QUAYLE; NEDER & ZUGAIB, 1995).

A perda fetal define o término da gestação, "a ausência de sinais que marquem a maternidade/promessa, do filho morto, a ausência de recordações e de momentos partilhados com o que se foi, parecem constituir-se em fatores complicadores da resolução do processo de luto" (QUAYLE; NEDER & ZUGAIB, 1995, p. 188).

No óbito fetal, como em qualquer outra perda, espera-se que o luto pelo filho perdido ocorra. E quando esse processo não acontece, quando a gestante não consegue enfrentar a perda, esta poderá desencadear o processo denominado luto patológico. (QUAYLE, 1998). A definição de luto patológico é descrito por Cataldo Neto & Majola (1997, p. 12), como um "desvio do processo normal de luto, no qual o paciente se torna abatido e oprimido e lança mão de meios de enfrentamento mal-adaptativos que interferem com a habilidade individual de funcionamento nas esferas cognitiva, comportamental e do desenvolvi-

mento". Ainda enfatiza que o fracasso na elaboração do luto pode significar uma complicação médica e/ou psiquiátrica.

A assistência a pais e família durante o luto em sua vivência imediata se dá, de acordo com Magalhães; Santos; Caldeira (1997), em âmbito hospitalar. Por sua vez, a instituição hospitalar está organizada em um sistema de saúde que visa preservar a vida, ou seja, combater a morte, e portanto, objetiva a produção de serviço esquecendo, muitas vezes, que esta produção deve ser dirigida ao homem. Comprometida com o processo de cura, a instituição hospitalar nega a morte e prioriza a eficiência técnica, deixando de lado cuidados que integram a exigência humana, como a dignidade e a individualidade. Morrer em um hospital significa que a instituição fracassou, e morrer em uma Enfermaria Obstétrica, onde normalmente não ocorrem mortes, é a materialização deste fato (GUEDES & TORRES, 1984).

Ao focalizar a assistência em uma unidade obstétrica, em sentido amplo, é possível afirmar que esta volta-se para o sentido oposto ao da morte, empreendendo todos os seus esforços para ajudar a trazer e proporcionar a vida. Observa-se, por vezes, que o atendimento à gestante e à família que estão passando pela dor da perda não é visto como

necessário, em geral, pelos profissionais desta área. Tal conduta pode ser justificada na seguinte acepção:

A dor da perda geralmente rompe o equilíbrio familiar e institucional, não havendo espaço na maternidade para esses 'pais sem filhos'. Os profissionais, talvez por sentirem que falharam em seu trabalho, tendem a afastar-se desses casais, despreparados para lidar com a dor psíquica que, embora reconhecida, é desvalorizada. (QUAYLE, 1998, p. 218)

Evita-se, desta forma, aproximar-se da dor existente, sem perceber que com esta atitude nega-se legitimidade a esta dor, pois "para a mulher e a sua família, não foi um feto que se perdeu. Foi um filho, uma promessa, alguém que jamais será esquecido. É esta a perda que é desconsiderada" (QUAYLE, NEDER & ZUGAIB, 1995, p. 188).

Para a equipe de Enfermagem Obstétrica, o "cuidado tem se mostrado muito difícil, dada a situação da mãe, percebida por eles como geradora de muito sofrimento" (BARBIERI; POPIM; BOEMER, 1992, p. 13). A assistência, no entanto, tem se distanciado do papel da equipe de enfermagem, que é fundamentalmente o de cuidador. Essa distância é, até certo ponto, entendida porque a situação de morte vem revestida de sofrimento, que é também sentido pela equipe de enfermagem. Esse

distanciamento, de acordo com Gonçalves (1994, p. 243), "é uma forma quase que inevitável de entrar em contato com a morte sem morrer junto, o que leva o profissional a dar seqüência no seu trabalho sem muito sofrimento".

Segundo Quayle (1998), os profissionais que trabalham em obstetrícia necessariamente se confrontam com a possibilidade da morte, e é fundamental que estes estejam "preparados" ou sensibilizados para facilitar a expressão do luto. Portanto, é necessário conhecer distintamente os sentimentos da equipe de enfermagem e da mãe que sofre a perda. Para isso ocorrer é preciso que o profissional perceba suas próprias frustrações, para que elas não o impeçam de perceber o sofrimento e as necessidades dos pais e da família que vêm no profissional um suporte emocional imediato.

Cidade apud Martins, Quayle, Souza & Zugaib (1998, p.156), orienta sobre os cuidados psicológicos em relação aos familiares que passaram por uma perda:

[...] que se abra um espaço para estes falarem de sua dor, esclarecendo aos mesmos os estágios do luto em que estão e que irão passar, a fim de aceitarem melhor a perda e elaborarem totalmente o luto, com tempo. Este espaço propicia também alívio da culpa, presente principalmente quando a morte ocorrida é a de um

filho. Nos casos da perda pré-natal, há impossibilidade de aceitar a morte de alguém que nem sequer nasceu.

Envolver-se com essas questões faz os profissionais da saúde reportarem-se a uma atitude de atendimento multidisciplinar, em que todos da equipe estejam atentos no sentido de oferecer suporte emocional e físico com qualidade e, essencialmente, estar realmente presentes para ouvir as angústias desse momento de dor. Aliado a esse entendimento de equipe multidisciplinar, MARTINHO; SABBI; BRIDDI; CATALDO apud CATALDO NETO & MAJOLA (1996), referem que é fundamental que os profissionais da área da saúde tenham seus conflitos em relação ao luto e à morte conhecidos e elaborados, tornando-se mais sensíveis e habilidosos para que possam agir de forma adequada e proporcionar apoio psicológico no processo do luto e do morrer.

O compromisso da assistência durante a fase de luto por perda fetal não deve ser restrita a um único profissional. É necessário que haja um trabalho em equipe. No que se refere à expressão de trabalho multidisciplinar, deve-se entender que essa atitude sugere um grupo de profissionais que operam de modo cooperativo, tendo os mesmos objetivos em uma determinada situação, de forma que haja entre os envolvidos uma complementariedade de papéis e funções. O enten-

dimento deste conceito afasta a idéia de que uma equipe multidisciplinar seja constituída de um agrupamento de profissionais de áreas diferentes (CAMPOS, 1990).

Ainda, neste sentido, é indispensável a conscientização de que cada profissional é um agente de saúde mental ou promotor de iatrogenias. QUAYLE, NEDER & ZUGAIB (1995, p.188) apontam que “não cabe somente ao psicólogo ter uma atenção terapeuticamente correta e, neste sentido, a formação de grupos de reflexão de profissionais, bem como a consultoria psicológica, são instrumentos valiosos.”

Não é suficiente ter um bom desenvolvimento técnico frente às situações de perdas gestacionais; é essencial o reconhecimento da existência de uma perda, e que esta não se resume a uma perda fetal. Existe uma ferida narcísea. Existe um luto a ser realizado e respeitado. No profissional, existe o luto por sua fantasia de impotência. No casal, o luto por uma perda de tantos significados possíveis. (QUAYLE; NEDER & ZUGAIB, 1995, p. 188).

Para facilitar a assistência de enfermagem em situação de luto por perda fetal é preciso que ocorram mudanças no comportamento e na conduta por parte dos profissionais assistentes, no sentido de viabilizar a aproximação com a perda entendida como aquela sentida pelo pa-

ciente e a sentida pelo profissional da enfermagem. A principal mudança, segundo QUAYLE; NEDER & ZUGAIB (1995, p. 151) diz respeito à disponibilidade do profissional. “Disponibilidade para repartir as informações solicitadas. Para respeitar o momento do casal, avaliando sua capacidade de assimilar o que é transmitido. Para descobrir, junto com eles, quando e quanto querem saber, ver, ouvir.”

METODOLOGIA

Dada a natureza do objeto do estudo e de seus objetivos optou-se pelo uso do método de investigação qualitativa, que se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada. “Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2000, p. 22).

Participaram do estudo, dez profissionais que integram a equipe de enfermagem de uma maternidade do município de João Pessoa - PB, local em que realizou atividade curricular do curso de enfermagem. Entre estes, auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros, que atuam na área

obstétrica, especificamente na unidade de puerpério. Para a participação na coleta de dados, era necessário que o profissional tivesse tido previamente a oportunidade de vivenciar situações de morte por perda fetal e ter assistido a pais e família durante o luto na fase hospitalar.

A coleta dos dados foi realizada no período de 21 de julho a 31 de agosto de 2000, por meio de questionário composto por perguntas abertas: "Comente sobre sua vivência com a situação de morte por perda fetal no seu local de trabalho"; "O que você sentiu ou sente quando vivencia situações de perda fetal em seu local de trabalho?"; "O que você faz para atender as necessidades da mãe e família que perdeu o bebê?"; "Você já teve em algum momento, algum tipo de preparo para lidar com a morte, o luto no ambiente de trabalho?"

O questionário foi entregue ao funcionário que demonstrou interesse em respondê-lo a ele, firmando-se no momento da entrega um compromisso entre pesquisador e pesquisado de que a devolução deveria ser efetivada no próximo turno de trabalho.

No momento da apresentação do pesquisador no campo de estudo foi mencionado o interesse e os objetivos da pesquisa, assim como a instituição a qual o pesquisador estava vinculado.

A coleta dos dados efetivou-se com a permissão do participante, do comprometimento ético por parte do pesquisador, que garantiu sigilo, quanto às informações obtidas. E com o objetivo de garantir o anonimato das colaboradoras do estudo os questionários foram numerados e, neste estudo, eles apresentaram-se abreviados por QUEST, seguido do número correspondente.

A análise dos dados seguiu a orientação metodológica de (MINAYO, 1998, p. 234-238), que consiste em ordenação dos dados; classificação dos dados e análise final.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Das informações coletadas, foram construídos quatro temas, por convergência de idéias. O primeiro trata da percepção da equipe de enfermagem em relação à mãe que "perdeu" seu bebê; o segundo aborda os sentimentos da equipe de enfermagem frente a situação de perda fetal; o terceiro enfoca as práticas de enfermagem em face da paciente em situação de luto por morte fetal; e o último, trata da percepção da equipe de enfermagem quanto ao preparo profissional para lidar com a morte.

Tema 1: Percepção da equipe de enfermagem em relação à mãe que “perdeu” seu bebê

Unidade de registro 1: **É difícil para a mãe.**

A análise e interpretação dos depoimentos, referentes à percepção da equipe de enfermagem quanto ao que representa a perda fetal para a mãe, evidenciam que ela considera que essa perda é um momento difícil. Observe o que nos dizem as colaboradoras:

“Não é fácil (para a mãe) [...]”
Quest.1

“É um momento difícil (para a mãe) [...]” Quest. 3

“É muito difícil para elas (para as mães) [...]” Quest.5

“[...] Realmente é uma situação muito difícil (para a mãe).”
Quest. 10

Aliada à percepção de que é difícil para mãe, a equipe de enfermagem aponta como um agravamento no processo de elaboração do luto, o fato desta permanecer internada em enfermaria juntamente com outras mães com seus bebês vivos.

“[...] Ter que ficar dividindo a mesma enfermaria com as outras pacientes que estão com seus bebês vivos.”
Quest.5

“[...] às vezes ela é uma paciente interna como todas aquelas que estão ali, entendeu? Só que tem um caso especial porque ela perdeu o

bebê [...] tá junto, fica em enfermaria, onde todos... por exemplo assim: uma enfermaria com doze leitos, dez têm o nenê do lado e aquelas duas não têm! Ai, fica aquela coisa, ela tá do lado sabendo que perdeu o nenê, poderia tá com ele lá.” Quest. 10

Estes depoimentos apontam para uma necessidade de mudança na conduta institucional, no que se refere à permanência das mães que perderam seus bebês na mesma enfermaria em que se encontram as puérperas com seus filhos vivos. Há uma convergência da equipe, demonstrada nos depoimentos, no sentido de que se ofereça um espaço reservado para as mães enlutadas, pois a convivência com as outras mães e seus bebês pode, na visão das entrevistadas, incrementar o sentimento de impotência destas mães no seu papel de progenitora.

Nesse sentido, QUAYLE (1998, p. 219) relata que a perda de um filho pode representar “algo que não vingou, não deu certo, que não virá a ser. Algo que se deteriora, que pode estragá-la, consumi-la, contaminá-la. Punila, afinal ela não foi capaz de criar/conter/gestar/proteger”, estes fatores demonstram um atual e momentâneo estado de impotência vivenciado pela mãe.

Unidade de registro 2: **É triste para mãe.**

As colaboradoras ainda expressam que a perda fetal é entendida pela equipe como um momento difícil por traduzir que a situação de morte é, para a mãe, um momento de muita tristeza ocasionada pela dor da perda. Os relatos da equipe mostram tal percepção:

" Sinto uma vivência muito triste (para a mãe) [...] " Quest.4

" É uma situação muito triste (para a mãe) [...] " Quest.5; Quest.7

" Muito...é muito doloroso (para a mãe) [...] " Quest.10

BOWBY apud FERNANDES; KRETZER; SANTOS (1991, p. 137), afirmam que a 'perda de uma pessoa amada é uma das experiências mais intensamente dolorosas que o ser humano pode sofrer. É penosa não só para quem experimenta, como para quem observa, ainda que pelo simples fato de sermos tão impotentes para ajudar.'

A vivência no campo de pesquisa possibilitou a observação de manifestação de movimentos faciais e gestuais, por parte de elementos da equipe de enfermagem, que demonstravam sentimentos de tristeza, evidenciando que para a equipe a perda fetal, também, representa um momento difícil e revestido de muita tristeza.

Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de uma ambivalência no que se refere aos sentimentos percebidos pela equipe em relação à mãe enlutada, pois a situação que a equipe expressa como difícil e triste para a mãe é também a expressão de seus sentimentos em relação à morte. QUAYLE (1998, p.216) aponta que, para a existência de uma dificuldade do ser humano em lidar com as perdas, que "talvez íntima e subjetivamente, lembrem a última e irreversível perda a de si mesmo, que a morte traz", e que desencadeiam sentimentos de tristeza, sensação de vazio e de irreversibilidade. Também afirma que, o encontro com a morte faz com que o profissional vivencie um luto por sua fantasia de onipotência.

Unidade de registro 3: **A mãe reage de diferentes formas.**

Os depoimentos das colaboradoras permitem identificar algumas reações emocionais e sentimentos vivenciadas pelas mães quando da morte de seus bebês, tais como "crise de histeria", depressão, tristeza, choro, agressividade e sensação de fracasso". Veja o que afirmam as colaboradoras:

"Vivenciei vários tipos de situações, tais como pacientes em crise de histeria, pacientes depressivas [...] " Quest.1

“Aí, tem umas que ficam triste, outras aceitam com mais facilidade”. Quest.7

“Tem umas que ficam chorando bastante, outras são mais conformadas, já sabem desde a gravidez que correm risco de perder”. Quest.8

“ela fica [...] tem mães que ficam muito agressivas...não querem mais nada, não querem tomar nenhum medicamento [...] elas dizem: não quero mais. Já perdi meu filho, não tenho mais o que fazer, eu quero ir embora deste hospital”. Quest.10

As reações descritas pela equipe parecem apontar algumas daquelas manifestas em paciente enlutado, descritas por Bowby; Parkes apud Cataldo Neto; Majola (1998), que incluem choque, negação, saudades e busca pelo falecido, depressão e reorganização. Dessa maneira, é possível constatar que a perda fetal que é traduzida pela equipe como um momento doloroso, pois reconhecem que a vivência dos primeiros estágios deste processo se dá, na maioria das vezes, dentro de hospitais, em meio a estranhos que não compartilham de seus anseios, de expectativas de vida e de sentimentos.

Desta forma, cabe ressaltar a importância de que a equipe de enfermagem, que assiste a mãe durante o período de luto na fase hospitalar, esteja preparada quanto à possível presença de reações emocionais na mãe e

família que perdeu seu bebê, e que esteja atenta no sentido de identificar a intensidade dessas reações e sintomas, bem como a persistência dos mesmos. Esta identificação é importante para diagnóstico de sintomas de luto patológico, que poderão levar a alterações psiquiátricas se não forem observadas e tratadas a tempo e de maneira adequada.

Ainda, em relação às reações emocionais da mãe frente ao óbito de seu filho, Fernandes; Kretzer; Santos (1991); Quayle (1998), afirmam que elas podem ser amenizadas, se a mãe for incentivada a tocar o bebê após a morte e/ou participar dos cuidados dispensados a ele no berçário. Pelo que afirmam, essas práticas contribuem para que ocorra o processamento da perda tornando-a real, evitando a sensação de irrealidade quanto ao fato de ter tido o bebê.

A compreensão dos profissionais em relação a forma como se dá o processo de luto, consiste em um dos modos de amenizar as consequências que podem ocorrer em virtude das reações emocionais vividas pela mãe que passa pela dor da perda.

Tema 2: Sentimentos da equipe de enfermagem frente a situação de perda fetal

Unidade de registro 1:
Tristeza: “senti como se fosse o meu bebê”

As expressões da equipe de enfermagem evidenciam a existência de uma postura empática em relação à mãe durante o processo de luto decorrente da perda de seus bebês, assim como uma evidência de que a equipe sente-se como se também estivesse perdendo um filho.

"Sinto-me triste [...] tento me colocar no lugar dela e tentar de alguma forma amenizar o sofrimento dela." Quest. 5

"Eu senti como se fosse o meu bebê [...]" Quest. 6

"A gente sente muito. A gente sabe que a mãe queria muito aquela vida, a gente sente como se fosse a gente. Acho que pra ela é a mesma dor de perder alguém que já existe no mundo." Quest. 7

"Eu fico triste [...] é como se fosse [...] é como se fosse um filho meu [...]" Quest. 8

"A gente sente uma tristeza imagina logo se fosse com a gente [...] o sentimento é como se fosse nosso..." Quest. 9

"A gente sente uma tristeza muito grande [...] não sei... é como se o RN fosse nosso, como se a paciente fosse família nossa." Quest. 10

Há uma evidência de uma identificação da equipe com os sentimentos vivenciados pela mãe, o que sugere que ela, em decorrência de sua proximidade com a morte, sente-se confrontada às suas próprias perdas, o que segundo Quayle (1998), desencadeia no profissional a sensação de vazio, de tristeza e

de irreversibilidade, em que a situação de morte leva o profissional a refletir a respeito de sua própria finitude. Ainda, neste sentido, a autora aponta para a necessidade da equipe em perceber as suas próprias frustrações no que se refere à morte, o que contribuiria para que se disponibilizem para assistir a mãe e a família que perdeu o bebê.

Unidade de registro 2: Impotência frente à morte: "a gente não pode ajudar"

Ainda em relação aos sentimentos da equipe em face de situação de perda fetal, é possível visualizar que expressam em seus depoimentos um sentimento de impotência relacionada à morte. Nesse sentido observe:

"[...] (é triste) não poder salvar o bebê." Quest. 4

"[...] é horrível você ver um bebê morto e não poder fazer nada." Quest. 6

"A gente não pode ajudar." Quest. 10

É possível afirmar a existência de uma relação estreita entre o sentimento de impotência, a percepção de que na situação de morte não há reversão do acontecido, e o sentimento de fracasso, o qual é percebido como um não cumprimento das funções e dos objetivos do

profissional de saúde, que especificamente em maternidade, estão condicionadas em trazer e proporcionar a vida. Tais percepções contribuem para derrubar a fantasia de onipotência do profissional de saúde. Na visão de Cataldo Neto; Majola (1997, p. 15), " a experiência de lidar e estar em contato com a morte, gera toda uma gama de reações, bem como, sentimentos de impotência e de extremo vazio', o que confirma mais uma vez a necessidade de conhecimento e elaboração do profissional da saúde em relação aos seus conflitos diante do luto e da morte.

Tema 3: Práticas da enfermagem frente à paciente em situação de luto por morte fetal

Unidade de registro 1: **Dar apoio psicológico.**

A equipe, de uma maneira geral, expressa que atua mediante uma prática que se resume em prestar apoio psicológico, como pode ser identificado em seus depoimentos, em relação a sua atuação na assistência à mãe e família durante o processo de luto.

"Neste momento o carinho e a paciência se fazem necessários [...] o apoio psicológico é fundamental." Quest. 1

"...procuro dar o maior apoio possível que me compete."

Quest.3

"O que eu posso fazer é consolar a mãe e família..."

Quest. 3

"Procuro falar e confortar a mãe na medida do possível."

Quest.6

"Assim [...]conversar com a paciente tentando conformá-la." Quest.7

"A gente dá um apoio psicológico." Quest.8

"A gente procura dá apoio à mãe. Dá aquela força pra que ela não abaixe a cabeça e fique pensando besteira [...] a gente tem que respirar fundo para ser mais forte que a tristeza. A gente convive com a mãezinha [...] a gente tem que ser mais forte que ela pra dar apoio." Quest. 9

"A gente só pode [...] tudo o que a gente pode fazer é tentar dá um apoio psicológico." Quest.10

Essas expressões demonstram que a equipe de enfermagem consegue descrever formas de atuar e interagir na assistência à mãe e à família durante o processo de luto por perda fetal, e que denomina a assistência de "prestar apoio psicológico". Por outro lado, em função de seus próprios conflitos em relação à morte, por vezes, considera a existência de um despreparo em lidar com algumas situações. Este despreparo pode estar intimamente relacionado com o recente trauma vivenciado também pela equipe, pois a morte mesmo em profissionais experientes traz

consigo uma certa sensação de angústia.

Unidade de registro 2: **Chamar o psicólogo**

A equipe demonstra não reconhecer que suas atitudes, reveladas na unidade de registro anterior, possam constituir-se em práticas de apoio psicológico, e assim expressam que precisam transferir a assistência à mãe e família para o profissional psicólogo. Algumas vezes, no entanto, o encaminhamento para o psicólogo se dá quando as formas de apoio psicológico usadas pela enfermagem não trazem os resultados esperados pela equipe. Vejamos o que nos informam as participantes:

"[...] Informo a equipe de psicólogos para que exerçam suas funções como profissionais da área sobre a paciente e seus familiares." Quest. 2

"[...] quando necessário chamamos o serviço de psicologia." Quest.3

"[...] caso não consiga, a gente chama o psicólogo." Quest.7

"Quando não há conformação por parte da mãe e família, a gente chama o psicólogo porque eles têm uma formação melhor pra dá um apoio." Quest.8

A transferência da assistência para o psicólogo é determinada segundo Quayle (1998, p. 223), em função da definição de seu

papel que se caracteriza por "lidar com aspectos escamoteados e pouco evidentes da realidade", e desta forma, ressalta que o compromisso da assistência durante a fase de luto por perda fetal não deve ser restrita a um único profissional. Por essa razão, a autora destaca que é indispensável que a equipe esteja conscientizada de que não cabe somente ao psicólogo ter uma atuação terapêuticamente correta. Enfatiza, ainda, a necessidade de um trabalho multidisciplinar, em que as funções do grupo de profissionais caminhem para uma atitude de complementaridade de papéis.

Foi ainda evidenciada, nos depoimentos em relação às práticas de enfermagem, a existência de uma atitude de negação da morte:

"[...] Gosto de trabalhar com a vida, e com a morte é uma situação que não desejo passar mesmo." Quest.6

"Eu sei que a morte existe, mas não me conformo. Eu não tenho uma estrutura muito boa para lidar com a morte." Quest.8

Em relação à morte, GUEDES; TORRES (1984) afirmam que apesar de sua inevitabilidade e irreversibilidade, ela está intimamente associada à negação por ser "não apenas o mais significativo e singular de todos os eventos individuais, mas também um evento social e cultural", e que deve ser sempre

analisada a partir das expectativas cultural e individual, e do ponto de vista individual, a negação da morte é inerente ao homem, uma vez que toda a sua natureza protesta contra a morte.

Nesse sentido, (QUAYLE, 1998, p. 226), ressalta que para favorecer o atendimento às mães e à família durante o processo de luto por perda fetal, é útil “a formação de grupos de profissionais para reflexão e discussão de casos”. Sendo a morte um fato inevitável, é imprescindível que este tema seja trabalhado em equipe, ressaltando sua relevância em relação a assistência dispensada, tanto por profissionais de enfermagem quanto por profissionais da psicologia.

Tema 4: A percepção da equipe de enfermagem quanto ao preparo profissional para lidar com a morte.

Unidade de registro 1: **Não recebemos preparo.**

Em face do questionamento da equipe em relação a ter tido algum preparo para lidar com a morte fetal, houve a constatação através dos depoimentos, de que a temática morte é um assunto pouco discutido tanto na formação profissional, assim como em treinamentos à equipe de

enfermagem. Os depoimentos a seguir nos revelam esta faceta da formação dos membros da equipe de enfermagem:

“[...] a experiência do dia-a-dia foi me ensinando, e as situações apresentadas vai-nos mostrando como lidar com cada paciente.” Quest. 1

“ Apenas quando era aluna do curso de auxiliar de enfermagem. Quest. 3

“[...] infelizmente nós não tivemos nenhum preparo.” Quest.4

“ Nem quando estudava (tive algum preparo) [...]” Quest.07

“ Não tenho nenhuma lembrança de ter tido algum preparo.” Quest. 9

“Pra gente no período de aula, a gente na escola, a gente vê isso. Recebe orientação. Mas eu acho que as escolas deveriam se aprofundar mais.” Quest. 10

Nesse sentido, Barbieri; Popim; Boemer (1992, p. 16), afirmam a dificuldade de abordagem da temática morte nos diversos níveis de formação e em cursos de treinamento, o que segundo elas levam os profissionais a se sentirem despreparados para lidar com a morte e o morrer. E ainda, enfatizam como sugestão para uma mudança de posicionamento neste sentido, de que a enfermeira enquanto líder da equipe poderá refletir a respeito de alternativas a serem pensadas no sentido de proporcionar preparo aos funcionários do serviço de enfermagem para que estes “tenham melhores

condições para lidar, se envolver e compartilhar de experiências em que a morte e o morrer se fazem sentir.”

Unidade de registro 2: **Desejamos receber preparo para lidar com a morte.**

Concomitante à percepção sobre o pouco ou nenhum preparo para lidar com situações da morte e do morrer, há uma manifestação da equipe quanto à necessidade de receber preparo para tal, o que é demonstrada a seguir:

“[...] seria bastante importante que nós profissionais da área da enfermagem participássemos de algum treinamento, que nos ajudasse a prestar maior apoio à mãe que perdeu seu bebê e que se encontrasse bastante fragilizada.” Quest. 5

“[...] Acho que deveria ter algum treinamento nesse sentido.” Quest. 7

“[...] Acho também que deveria ter (preparo). Seria muito bom. Acho que é uma vontade de todos buscar em orientação para o atendimento nesse sentido, porém o pessoal não comenta. Quest. 8

“[...] eu acho que a gente deveria receber um treinamento...” Quest. 10

Percebe-se que a equipe de enfermagem está conscientizada quanto a sua inabilidade em lidar com a morte, mas que por razões

intrínsecas, não demonstra necessidade de mobilizar-se, de buscar informações que venham ao encontro de satisfazer e proporcionar maior informação e preparo para lidar com a morte no contexto de trabalho e, assim, viabilizar um atendimento adequado a paciente enlutada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a identificação de algumas facetas que pareceram relevantes em relação aos sentimentos e à vivência da equipe de enfermagem na assistência à mãe e à família durante o processo de luto por perda fetal.

Dessa forma, na percepção da equipe, caracteriza-se como difícil para a mãe o processo de luto pela perda de seu bebê, e ela aponta como agravante no processo de elaboração do luto, a permanência dela numa mesma enfermaria em que se encontram as outras mães com seus bebês vivos. Nesse sentido a equipe aponta a necessidade de uma mudança na conduta institucional, para que se ofereça um espaço reservado às mães enlutadas.

O estudo indica também que a equipe de enfermagem percebe que para a mãe a perda fetal constitui-se em um momento que envolve muita tristeza, o que também é sentido pelos integrantes da equipe. Tal

sentimento parece originar-se em virtude do encontro do profissional com a morte e seu conseqüente enlutamento, o que é agravado pela sua fantasia de onipotência. Ainda percebe a existência de diferentes reações apresentadas pelas mães enlutadas, e, nesse sentido, cabe ressaltar a importância do conhecimento das reações esperadas, para que possam ser identificadas e tratadas a tempo e de maneira adequada, buscando-se evitar um enlutamento patológico.

Em relação aos sentimentos da equipe de enfermagem, constatou-se a existência de uma postura empática, ou um processo de identificação com a mãe em que a equipe sente-se como se estivesse também perdendo um filho, e que de modo similar à mãe demonstra sentimentos de impotência frente à situação de morte. De acordo com os autores estudados e com os dados coletados, tanto no tema um (percepção da equipe de enfermagem em relação à mãe que “perdeu” seu bebê) como no tema dois (sentimentos da equipe de enfermagem diante da situação de perda fetal), observou-se uma concordância conceitual e prática no sentido da demonstração de impotência.

A equipe de enfermagem não considera que suas práticas de assistência à mãe e à família

durante o processo de luto constituam-se em prestar apoio psicológico. Esse posicionamento da equipe parece apontar para um desconhecimento das fases constituintes do processo de luto, e de que as reações apresentadas pela mãe neste momento não representam a ineficácia de suas ações.

Nesse sentido, considera-se a necessidade de que o tema morte seja privilegiado nos currículos dos cursos de formação dos profissionais da área da saúde, bem como em programas de educação continuada nas diferentes instituições que atendem o indivíduo no processo de morte e morrer. Tal compreensão vem ao encontro do desejo explicitado pela equipe colaboradora deste estudo, que aponta para a necessidade de obter informações quanto à assistência de enfermagem no processo de luto, bem como, a discussão e reflexão desta temática.

Com relação às práticas de enfermagem, a equipe demonstra entender e conhecer como prestar apoio psicológico na assistência à mãe e à família em situação de perda fetal, porém não a reconhece como atitudes que se constituam em práticas de apoio psicológico. E, dessa forma, por vezes, transferem a assistência à mãe e à família para o profissional psicólogo por entender que o tema morte estaria mais afeto à psicologia.

É possível afirmar, que na bibliografia consultada, pouco ou quase nada foi encontrado em relação à assistência de enfermagem à família que também vive o luto pela morte do bebê. Nesse sentido, para a família, a perda fetal pode desencadear um luto pela idealização do bebê, pelo que poderia a vinda desta criança representar no contexto familiar. Também na coleta dos dados, a assistência à família pouco foi mencionada havendo uma preocupação maior em assistir a mãe. Dessa forma, ressalta-se a importância da equipe que presta assistência, atentar para esta demanda.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, Adriana ; POPIM, Regina Célia ; BOEMER, Magali. A morte no contexto da enfermagem obstétrica: uma percepção do cuidar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre 13(2): 11-16, jul/1992.
- BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal : Porto Editora, 1994.
- CAMPOS, Maria A. **Trabalho em equipe multiprofissional: uma reflexão crítica**. Mimeo, 1990.
- CASSOLA, Rossevelt M. S. (Coord.). **Da morte**. Estudos brasileiros. Campinas-SP: Papyrus, 1991.
- CATALDO NETO, Alfredo; MAJOLA, Ricardo R. O luto normal, o luto patológico e o médico. **Revista de Medicina da PUC - RS**, Porto Alegre, 7 (1): 9-16, jan/març, 1997.
- FERNADES, Maria de Fátima ; KRETZER, Maria Regina ; SANTOS, Vera Lúcia. Morte neonatal: percepção de mães. **Revista Hospitalar de Administração da Saúde**, 15(3): 136-40, mai/jun.1991.
- GONÇALVES, Maria C. Nós e a morte - um estudo psicológico. **Revista Escola de Enfermagem USP**, v.28, nº3, p. 243-50, dez.1994.
- GUEDES, Wanda G.; TORRES, Wilma da C. A negação da morte e suas implicações na instituição hospitalar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 36(4): 102-111, out/dez.1984.
- IBGE. www.ibge.gov.br. Supervisão de documentação e disseminação de informações do IBGE na Paraíba, 1999.
- KOVÁCS, Maria Júlio. O medo da morte uma abordagem multidimensional. **Boletim de Psicologia**, 37 (87): 58-62,1987.
- KUBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 5.ed, São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- LÜDKE, Menga; ANDRÈ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU, 1986.
- MAGALHÃES, Zilda R.; SANTOS, Geralda F.; CALDEIRA, Valda da P. Morte nas instituições de saúde: uma abordagem ética. **Enfermagem Revista**, Belo Horizonte, 3 (6): 5-9, dez.1997.

MARTINS, Alessandra ; QUAYLE, Julieta ; SOUZA, Mara ; ZUGAIB, Marcelo. O impacto emocional materno diante da perda fetal durante a gestação: aspectos qualitativos. **Revista Ginecologia & Obstetrícia**, 9(3): 153-159, 1998.

MINAYO, Maria C. de S. **O Desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo : Hucitec Abrasco, 1998.

_____. **Pesquisa social** - Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ : Vozes, 16. ed., 2000.

QUAYLE, Julieta; NEDER, Matilde; ZUGAIB, Marcelo. Representações emocionais do abortamento espontâneo. **Revista Ginecologia Obstetrícia**, São Paulo, 6 (4): 184-189, 1995.

QUAYLE, Julieta. Óbito fetal e anomalias fetais: repercussões emocionais maternas. In: TEDESCO; ZUGAIB; QUAYLE. **Obstetrícia psicossomática**. São Paulo: Atheneu, 1998.

SESAU - SECRETARIA DE SAÚDE. **Relatório da Gestão Municipal de Saúde**, Prefeitura Municipal de João Pessoa. Coordenação de Planejamento (COPLAN), 1999.

SOARES, Gilberto Santos. A subjetividade da experiência do abortamento. **Política & Trabalho**. PPGS (Programa Pós-Graduação Saúde-UFPB), 14: 61-74, set/98, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DA LIGA DE ALUMÍNIO AA 2124 HIPERSILICADA.

André Hekermann Buss ¹
Cesar Edil da Costa ²

Resumo

O alumínio vem a cada momento sendo mais solicitado pelas empresas, pelas suas propriedades, em que se destacam a relação densidade/resistência e a boa resistência à corrosão. Algumas destas propriedades podem ser aprimoradas dispersando partículas duras, como óxidos, nitretos e carbonetos para formar os materiais compósitos ou a adição de partículas de silício através da metalurgia do pó formando ligas hipersiliciadas, e em ambos casos resultando num acréscimo da resistência ao desgaste, ampliando um mercado crescente em diferentes áreas, como no setor automobilístico, setor aeronáutico ou ainda em áreas militares. Este trabalho consiste no estudo da liga AA 2124, com adições de 13 % e 17% de partículas de silício, obtidas via moagem em moinho de bolas por 10h de moagem, numa relação de pó/bolas de 1:10. Os pós de silício foram peneirados e agrupados considerando tamanhos grandes (partículas de 100 e 120 mesh), tamanhos médios (partículas de 200 e 270 mesh) e tamanhos pequenos (partículas menores do que 325 mesh). A obtenção do produto final foi através da

mistura manual, e posterior compactação e extrusão a quente a 500°C. com as barras de extrusão se destinaram algumas para o tratamento térmico de solubilização a 505°C e envelhecimento a 190°C por 12 horas. A caracterização mecânica das amostras foi feita através de dureza, resistência ao desgaste, tração, e caracterizadas estruturalmente via microscopia ótica e MEV, onde possibilitou compararmos os resultados com e sem o tratamento térmico. Os resultados obtidos são muito promissores principalmente para aplicações em que a propriedade principal é a resistência ao desgaste.

Palavras-chave

Alumínio silício, metalurgia do pó, desgaste.

ABSTRACT

The aluminum comes to every moment being more requested by the companies, because it possesses properties that assist its main expectations, where when we spoke in the properties of the aluminum it is had to

¹ Professor
Universitário e Mestre
em Engenharia pela
UDESC.
ahbuss@yahoo.com.br

² Professor Dr. da
Universidade do
Estado de Santa
Catarina - CCT/UDESC
Campus universitário
89223-100
Joinville/SC.
dem2cec@joinville.udesc.br

mention the relationship density / mechanical resistance and the good resistance to the corrosion. Some of these properties can be improved as, for example, dispersing hard particles, as it is the case of the addition of silicon particles, resulting in an increment of the resistance to the wear. The silicon will act as reinforcement to the material, and characteristics as this it is well seen by the consuming market. With a growing and receptive market in different sections, as in the automobile section, aeronautical section or still in military sections, there is the need to increase still more the studies with the alloy of aluminum. In this context a research was developed gone back to the study of the alloy AA 2124, with additions of 13% and 17% in silicon particles, obtained through in mill of balls by 10 h, in a powder relationship / balls of 1:10. The silicon powders were sifted and contained according to size distribution considering big sizes (particles of 100 and 120 mesh), medium size (particles of 200 and 270 mesh) and small sizes (smaller particles than 325 mesh). The obtaining of the final product went through to manual mixture, and later it was compacted for obtaining in the forms and under pressure it went by a hole the hot in a temperature of 500°C. With the bars some were destined for the thermal treatment to 505°C

and aging for 190°C for 12 hours. The mechanical characterization of the samples was made through hardness, resistance to the waste, traction, and characterized through optic microscopic and MEV, where it facilitated we compare the results with and without the thermal treatment. It was looked for to identify the influence of the morphology of the particles on the mechanical properties of the material. With that is possible to obtain a comparative one between the properties and the morphologic conditions of the material and to foresee some practical applications.

INTRODUÇÃO

Uma alternativa para o desenvolvimento de ligas de alumínio é a obtenção de ligas hipersiliciadas por metalurgia do pó, permitindo ultrapassar os limites de solubilidade com um estrito controle das partículas de silício primário, com uma homogeneidade superior às ligas obtidas por fundição.

Recentes estudos demonstram a possibilidade de incrementar as propriedades de desgaste, fazendo com que estas ligas tenham um comportamento similar a materiais compósitos reforçados com óxidos ou carbonetos (NAVAS, 1997).

O aumento das propriedades mecânicas é justificado pelo endurecimento por precipitação, com a formação de fases duras como CuAl_2 e AlFeSi (KOBAYASHI, 1999).

Os processos de fabricação normalmente inclui etapas de consolidação por extrusão, eliminando etapas intermediárias de sinterização e resultando em um produto coeso, isento de porosidades (DA COSTA, 1998).

A melhora da resistência ao desgaste é melhorada primeiramente pelas características de endurecibilidade da matriz e principalmente pela dispersão homogênea das partículas de silício primário (MOHAMMED, 1987).

A técnica de metalurgia do pó permite ultrapassar os limites tradicionais de ligas de Al-Si podendo chegar a valores acima de 30%, eliminando as tendências de segregação que ocorrem em ligas fundidas, por serem processadas em estado sólido.

PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

Materiais e métodos.

O processo experimental teve seu ponto de partida na

obtenção da liga AA 2124, com adição de silício no ponto eutético e uma composição hipersilicada. A composição da liga pode ser observada na tabela 1. O grau de pureza do silício é de 95% em análise realizada em laboratório. O silício adquirido em pedra foi moído em moinho de bolas, sendo as bolas de alumina num tempo total de 10 h na relação 1:10 (silício / bolas). Após os três lotes de pós moídos, foi feita a distribuição granulométrica das partículas de silício através de peneiramento.

Analisando a distribuição granulométrica fez-se a união dos pós das peneiras em 3 grupos, ficando 100 mesh unindo com a peneira de 120 mesh, que chamamos de "G"; 200 com 270 mesh, onde identificamos como sendo "M", e 325 com as partículas de silício mais finas, que denominamos de "P". Os pós com granulometria "G" têm tamanhos superiores a $75 \mu\text{m}$. Os de granulometria "P" apresentam tamanhos dos pós menores do que a $45 \mu\text{m}$, sendo os pós "M" ficando com granulometria intermediária entre os valores mencionados.

Após preparação dos pós e peneiramento do silício, adicionamos este silício na liga

Elemento	Al.	Cu	Mg	Fe	Mn	Si
%	92,0	4,9	1,8	0,3	0,8	0,2

Quadro 1 - Composição da liga AA 2124

FONTE: Acervo do autor.

de Alumínio AA 2124, em porcentagem de 13% e 17%. Com isto obtivemos uma amostra eutética e uma hipereutética, além de deixarmos duas amostras sem adição de silício para servir de comparação, denominada liga base. A distribuição e homogeneização do silício junto à liga foram efetuadas através de mistura manual pelo período de 20 minutos.

A compactação dos pós se realizou com a aplicação de uma pressão de 300 MPa de forma unidirecional, obtendo uma pré-forma cilíndrica de 25 mm de diâmetro.

Extrusão

Com a pré-forma cilíndrica, partiu-se para o processo de extrusão, em que se utilizou como lubrificante a Grafite para evitar oxidação da pré-forma, reduzir atrito e principalmente favorecer o processo de deformação na extrusão. A temperatura empregada foi de 500°C, com tempo de 30 minutos para homogeneização e uma pressão média de 380 MPa, resultando em barras de 5 mm de diâmetro e 300 mm de comprimento.

Uma vez adquiridas as barras, destinou-se uma de cada barra para tratamento térmico, que consiste na solubilização e envelhecimento, com o intuito

de estudar o efeito que se procede no material quanto às propriedades mecânicas.

Com as barras se obtiveram amostras para estudo em ensaios de desgaste, amostras para ensaio de tração, de dureza e metalografia.

Tratamento térmico

Conforme Norma ASTM B 597-86, o tratamento térmico empregado foi o T6 que consta de solubilização e posterior envelhecimento artificial.

Considerando que estamos trabalhando com liga obtida por metalurgia do pó foi feito um estudo da temperatura de solubilização em temperaturas acima e abaixo da temperatura indicada pela norma e após estes testes realizados com pequenas amostras se concluiu que a temperatura ideal para a solubilização é de 505°C, estando de acordo com a norma. O tempo de permanência na temperatura foi de 40 minutos com resfriamento em água e envelhecimento em 12 horas à temperatura de 190°C.

Resistência à tração

O ensaio de resistência à tração foi realizado conforme norma técnica tendo, portanto uma variante que foi os corpos de prova que foram utilizados em

dimensões inferiores aos mencionados em normas, mas seguindo obviamente as mesmas proporções dimensionais, aferindo as amostras uma característica típica e adequada ao ensaio ao qual estamos mencionando.

Resistência ao desgaste

Fez-se o ensaio de desgaste nas 14 amostras, sendo 7 tratadas termicamente e 7 sem o tratamento térmico. O estudo consiste em submeter às amostras a máquina de ensaio ao desgaste utilizando como pino uma bola de alumina de 6 mm de diâmetro, numa velocidade de 159 rpm, e uma distância de 1000 metros, seguindo a norma ASTM G 99-95. O ensaio foi à temperatura ambiente e umidade inferior a 30 %.

Posteriormente ao ensaio se realizou nova pesagem das amostras para analisar o desgaste em função da diferença de peso.

RESULTADOS E ANÁLISE

PROPRIEDADES MECÂNICAS

Dureza

Destacamos as vantagens deste ensaio perante as análises realizadas, em que ressaltamos a importância do ensaio de dureza para verificação da eficácia do tratamento térmico empregado nas amostras, fornecendo-nos parâmetros que posteriormente são utilizados como comparativo entre as amostras, e dessa forma fornece subsídios para compreendermos melhor o processo envolvido. Neste processo pode-

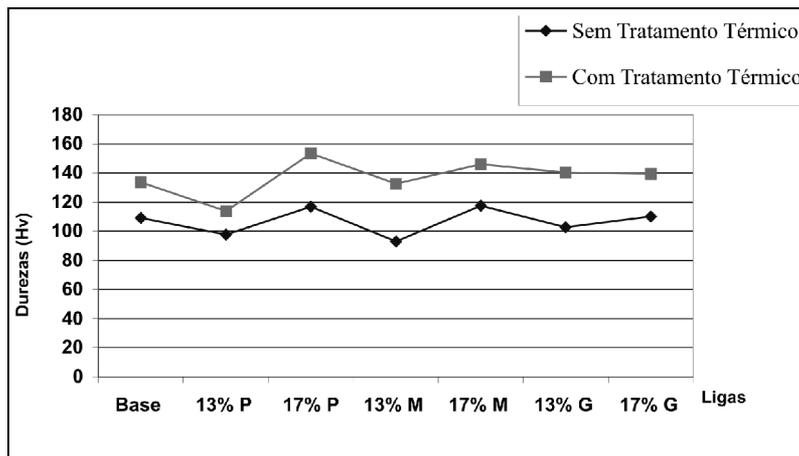


Figura 2 - Resultado do ensaio de dureza Vickers (HV)

FONTE: Acervo do autor.

se citar a comprovação da influência das partículas de silício junto à matriz, aferindo valores superiores de dureza, pois as partículas são comprovadamente mais duras do que a matriz. Pode-se verificar, através do ensaio de dureza, a presença e a influência das partículas de silício na matriz quanto a sua granulometria, pois partículas maiores ocupam maior área sendo mais facilmente detectadas pelo penetrador, quando no uso do ensaio.

Na figura 2 temos uma melhor compreensão dos dados levantados e em relação à liga base todas as amostras apresentaram valores similares sem grande disparidade, em que se destaca que após o tratamento térmico, como já esperado, resulta em maior dureza em relação às sem o tratamento térmico, isto se deve à precipitação do silício e cobre na matriz.

Houve similaridade nos resultados quando comparamos as durezas com diferentes porcentagens de silício, em que com 13% Si sempre registrou menores durezas do que amostras com 17% Si. Isso se justifica pelo fato de as partículas de silício serem mais duras do que a matriz, quanto maior o tamanho, maior será a área ocupada resultando em valores superiores.

Ao analisarmos as amostras com 13% Si seja P, M ou G, na condição sem tratamento térmico novamente há valores bem próximos, sendo considerados similares. Já as amostras com tratamento térmico (T.T.) apresentaram maior dureza do que as sem tratamento térmico, e também tiveram valores próximos seguindo a similaridade da leitura.

Salienta-se que a amostra 13% M obteve menor dureza

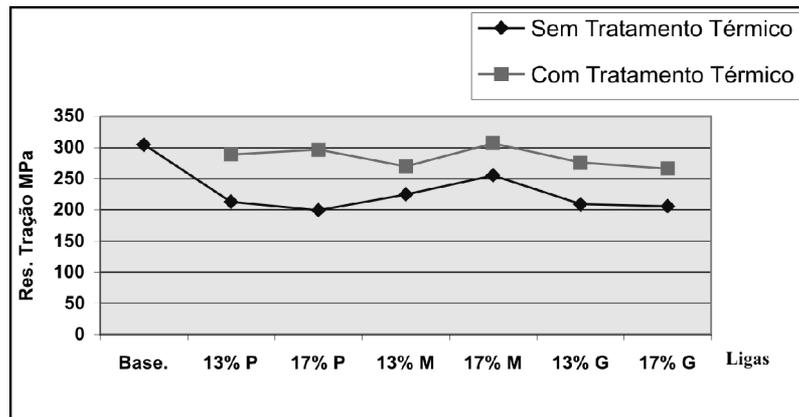


Figura 3 - Resultado do Ensaio de Resistência à Tração em MPa.

FONTE: Acervo do autor.

sem o tratamento térmico. Isto se deve ao fato da distribuição granulométrica, até demonstrado pelos valores do desvio padrão. Mas, lembramos que tal fato não descaracteriza a amostra, sendo considerada uma pequena e desprezível diferença de valores de dureza. O menor valor verificado nas amostras com o tratamento térmico foi na amostra 13% P, em que o predomínio da dureza se dá pela matriz em função da maior probabilidade de ser aferida pela dureza, devido a pouca porcentagem de partículas de silício.

Resistência a tração

Os resultados verificados neste ensaio seguem conforme figura 3.

A amostra sem tratamento térmico apresentou alta resistência à tração. Ao compararmos com as demais ligas que contêm o reforço das partículas de silício apresentam resultados superiores, pois as amostras sem tratamento térmico tiveram resultados inferiores, com isso se pressupõe a influência das partículas de silício e do tratamento térmico na liga.

Quanto à distribuição granulométrica, observa-se que para as composições estudadas a distribuição de 17% de Si em P e em G são semelhantes, em que granulometria M tem maior resistência à tração, isto é

explicado pela presença de partículas de Si, que contemplam a faixa intermediária, onde o tamanho das partículas favorece o bloqueio da propagação de trincas e fissuras na matriz.

Com esses resultados pode-se concluir que maiores porcentagens de silício irão influenciar diretamente na resistência à tração devido à maior ação dessas partículas na matriz, vindo a contribuir para o acréscimo da resistência, enquanto que menores porcentagens de silício contribuem menos, além de uma distribuição M favorecer a resistência à tração.

As amostras com tratamento térmico apresentam valores superiores da resistência mecânica, o qual é considerado normal, porque com a precipitação da matriz há o endurecimento da mesma e por consequência uma melhora na resistência à tração, com a formação de fases como o Cu Al₂ e Al Fe Si, por exemplo. (KOBAYASHI, 1999).

Observou-se que partículas poligonais têm concentrações de tensões nas suas arestas, gerando um acréscimo dos valores da resistência à tração. Estas tensões são favoráveis apenas quando agem de forma isolada estas partículas junto a matriz, pois um aglomerado de partículas poderá causar tensões demasiadas vindo a prejudicar as resistências mecânicas do

material.

Um outro aspecto observado e mencionado por Urreta (2000), diz respeito às fases formadas no composto como AlFeSi que favorece a fratura, pois forma partículas interfaciais originando uma fratura transgranular.

A amostra 17% M apresentou, dentre as demais, a melhor resistência à tração, em que se explica devido ao fato de apresentarem uma granulometria média das partículas, agregando na matriz condições favoráveis como as tensões nas arestas dos polígonos dos cristais grandes, como também o fato de as partículas menores servirem de ponto nucleante a precipitados.

Resistência ao desgaste

Conforme já citado anterior-

mente o ensaio de resistência ao desgaste consta de uma perspectiva da análise em relação à perda de peso das amostras e da diferença volumétrica, em que os resultados seguem consecutivamente nas figuras 4.

O ensaio seguiu a norma ASTM G 99-95 para ensaio de resistência ao desgaste.

Com os resultados obtidos, podemos observar que a liga base apresenta baixa resistência ao desgaste, em que tanto a perda volumétrica como a perda em peso, foram significativas, atingindo os maiores patamares entre todas as outras ligas.

A ação do tratamento térmico contribuiu para incrementar a resistência ao desgaste devido à precipitação do cobre da matriz, além da formação de outras fases como AlFeSi e Al₂CuMg, por exemplo.

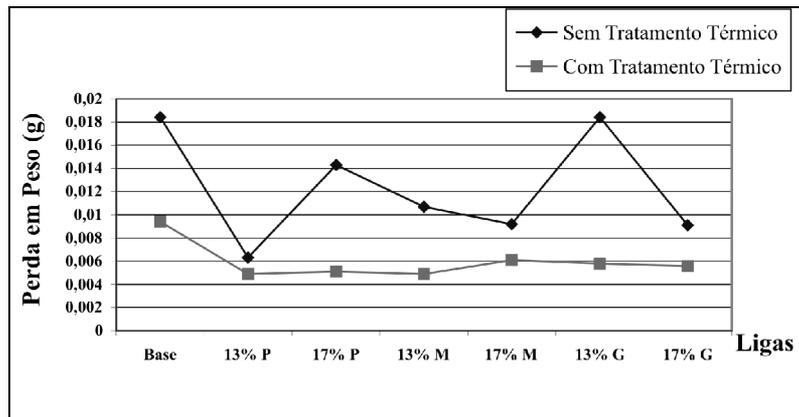


Figura 4 - Resultados dos ensaios de Resistência ao desgaste em Perda em peso (g).
FONTE: Acervo do autor.

As demais ligas apresentam adições de partículas de silício, o qual tem alta dureza em relação à matriz e favorece a resistência ao desgaste. As partículas de silício duras distribuídas na matriz homogeneamente provocam quando da ação do pino do desgaste sobre as partículas (o qual é uma região de alta dureza e com menor rugosidade do que a matriz), um deslizamento do pino sobre a superfície das partículas, ocasionando um menor desgaste da liga o qual denominamos aumento da resistência ao desgaste.

Nota-se que os resultados com 13% Si em P tiveram melhores resistências ao desgaste do que na liga P com 17% Si, isso se deve ao fato de as partículas com 17% Si apresentarem maior desprendimento da matriz devido à maior probabilidade de formar aglomerados, e quando da ação do pino de desgaste. Estas partículas arrancadas voltam a incorporar-se à pista atuando como um elemento abrasivo. Semelhantemente, ocorreu na liga 13% G, só que em maiores proporções de desprendimento da matriz, sendo significativo na liga sem a condição do tratamento térmico.

A ação do tratamento térmico melhora a resistência das ligas. Para as ligas com tamanho de partículas P, verifica-se uma coerência entre os resultados

com o tratamento térmico, e ao observarmos as demais ligas com a mesma distribuição granulométrica com tratamento térmico, também apresentam similaridade dos resultados, independente da quantidade adicionado, não havendo o desprendimento das partículas de silício de forma tão significativa a ponto de interferir na resistência do composto. Portanto, pode-se associar o tratamento térmico não apenas como favorecedor do acréscimo da resistência da matriz ao desgaste e do acréscimo da dureza do composto, mas também vem como melhorador das condições interfaciais entre matriz/partículas, tanto pela ação de precipitação em que as partículas atuam como nucleantes destas precipitações, principalmente quando forem de pequenas dimensões. O tratamento térmico provoca uma maior difusão nas interfaces aumentando a energia interfacial, havendo desta forma uma maior adesão das partículas na matriz.

A liga M com tratamento térmico demonstrou que o composto com 13% Si tem melhor distribuição em área na matriz do que o composto com 17% Si, isto veio a favorecer a resistência ao desgaste, pois uma melhor distribuição significa uma maior continuidade superficial de partículas de silício, que são duras, oferecendo de forma contínua uma boa resistência ao

desgaste. Analisando os compostos sem o tratamento térmico observa-se uma menor resistência ao desgaste, em que o tratamento térmico reforça a interface e favorece a precipitação tanto do cobre como do silício da matriz, os quais irão aumentar a resistência ao desgaste dos compostos.

Ao analisarmos a liga com granulometria G verificamos similaridade entre os resultados com a presença do tratamento térmico, o qual também se verificou nos demais compostos e notamos completa disparidade entre os resultados 13% Si e 17% Si para os compostos sem o tratamento térmico.

Realizando uma comparação entre todos os compostos com 13% Si (P, M e G) sem tratamento térmico, verificamos uma menor resistência ao desgaste conforme há o acréscimo da granulometria. Isso está associado à região de interface, e principalmente que numa região do composto com partículas pequenas pode se desprender algumas destas partículas que pouco vão influenciar na resistência do composto, pois estas partículas ocupam uma pequena área superficial na amostra, o que não ocorre quando as partículas com maiores tamanhos, onde uma destas partículas se solta deixando uma grande área da matriz exposta à ação do desgaste.

Para os compostos com 17% Si ocorre um processo inverso do que das amostras com 13% Si, ou seja, quanto maior a granulometria das partículas de silício maior a resistência ao desgaste. Nesse ponto há a evidência de que estas partículas maiores ocupam maiores áreas propiciando um acréscimo na resistência ao desgaste, e as partículas com 17% Si na granulometria P foi justificada anteriormente pelo maior desprendimento das partículas da matriz, além de que as partículas com 13% Si com granulometria P agem como nucleante da precipitação, fato anteriormente mencionado.

Lembramos que partículas maiores tendem a apresentar maiores índices de porosidade, e estes poros favorecem a desagregação das partículas da matriz [SO,LI, HSIEH, 1998], principalmente quando da ação do pino provocando o desgaste do composto.

CONCLUSÕES

- O método de processamento seguido para a obtenção da liga AA 2124 + % Si demonstrou ser eficaz para a obtenção de produtos com densidade máxima ou teórica, e em consequência apresentou alta performance.
- As propriedades mecânicas são influenciadas pelas adições de partículas de silício. A resistência à tração para as ligas com

adições de silício possuem valores muito similares com um pequeno incremento para 17% de partículas com tamanho M.

- A adição de partículas de silício melhoram o comportamento ao desgaste da liga base AA 2124 , sendo recomendável para aplicações em que estas propriedades sejam predominantes.
- O mecanismo de desgaste predominante nos materiais com adições de Si, foi do tipo abrasivo.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Designação: NBR 6864.

ASTM. **Standard Practice for Heat Treatment Of Aluminium Alloys**. Designation: B 597-86, 1986.

ASTM. **Standard Test Method for Wear with a Pin-on-Disk Apparatus**. G 99-95, pp 386-390,1995.

DA COSTA, C. E., **Obtencion de Materiales Compuestos de Matriz de Alumínio Reforzados com Intermetalicos via Pulvimetalurgia. Estudio y Optimizacion de la Aleacion Base y los Intermetalicos Obtenidos por Alecion Mecânica** Tese Doctoral Universidad Politécnica de Madrid Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas, 1998.

GUPTA, A. K.; LLOYD, D. J.; COURT, S. A.; **Precipitation hardening in Al-Mg-Si alloys with and without excess Si**. Materials Science e Engineering, , February 2001.

LEE, Y. C; DAHLE, A. K.; STJOHN, D. H.; HUTT, J. E. C.; **The effect refinement and silicon content on grain formation in hypoeutectic Al-Si alloys**, The University of Queensland, Brisbane, Australia, Materials Science e Engineering , August 1998.

MOHAMMED, K. J.; DWARKADASA, E. S.; **Wear in Al-Si Alloys under Dry Slifing Conditions**; Vol. 119, 1987.

NAVAS, Ana Maria; **Estúdio de la Influencia Del Tamaño de Partículas de Si em la Aleación AA 2024 Hipersilicada por via Pulvimetalúrgica**, Proyecto fin de Carrera, Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas Departamento de Ingeniería de Materiales, Febrero, 1997.

NOGITA, K; DAHLE, A. K.; **Eutectic solidification in hipoeutectic Al-Si alloys: electron backscatter diffraction analysis**, Department of Mining, The University of Queensland, Brisbane, Australia, November 2000.

SO, H.; LI, W. C.; HSIEH, H. K.; **Assessment of the powder extrusion of silicon-aluminium alloy**, Department of Mechanical Engeneering, National Taiwan, Taipei, Taiwan, Journal of Materials Processing Technology; June 1999.

URRETA, S. E.; LOUCHET, F.; GHILARDUCCI, A.; **Fracture behaviour of**

na **Al-Mg-Si industrial alloy**, Centro atomico Bariloche, Instituto Balseiro, Bariloche; Argentina; June, 2000.

VERRAN, G.O.; CRISTOFOLINI, R.; JUSSIANI, J. C. **Influência das condições de ensaio sobre o desgaste em compósitos de ligas de Al-Partículas Cerâmicas**. Anais do II Congresso Internacional de Tecnologia Metalúrgica e dos Materiais, ABM, Outubro 1997.

TEACHING LISTENING PRACTICATILITIES TO ENHANCE AURAL COMPREHENSION

Célia Ferrarez Beckedorff ¹
Iara Jane Wolstein ²

RESUMO

Este artigo descreve procedimentos que devem ser seguidos pelo professor(a) ao ensinar a habilidade da compreensão auditiva em sala de aula. Estes procedimentos são baseados em pesquisas recentes no aprendizado de língua estrangeira. As maneiras de se usar vídeos, música, poesia, textos gravados são descritas e várias atividades são apresentadas.

Palavras-chave:

Ouvir-antes-pos-durante-língua-tarefa

ABSTRACT

This paper describes procedures to be followed by the teacher when teaching the listening ability in classroom. These procedures are based on recent research in foreign language learning. The ways video, music, poems and aural material can be used are described and various activities are presented.

Key words:

listening-pre-post-while-listening-language-task.

One of the most difficult ability to be mastered in the process of acquiring/learning a foreign language is aural comprehension. The most frequent complaints heard from students is that they do not understand what is said on tapes, videos, and any kind of media in general or even in real life situations. Students are trained all their lives to understand each word of the oral discourse and teachers in general do not perceive that most of the times this is not necessary, that sometimes understanding the gist already ensures enough comprehension to respond to a situation either in real life or in the classroom answering questions.

The main purpose of teaching listening is to expose students to and allow them to hear different types of accents, such as British or American English, Australian, Indian, French, Swiss and of many other nationalities in order to expose them not only to

¹ Master in English and Corresponding Literature by UFSC Professor at Unidavi and FURB
e-mail: celia@unidavi.edu.br

² Master in English and Corresponding Literature by UFSC Professor at FURB
e-mail: jane@furb.br

grammar and vocabulary, but also to rhythm, intonation, pronunciation and stress of the world language of English.

Pronunciation is often different from the phonological representation found in the dictionaries; vocabulary is colloquial and most of the times the presence of noise hinders understanding of 100%. Besides these features of real life listening, the listener knows in advance who is speaking, what is going to be said and the purpose of listening, that is, the listener knows the context and has a reason to listen.

According to Ur (1996), in real life, in our first language, we listen to *interviews, instructions-loudspeaker announcements radio news - television programs shopping - telephone and on line chats - lectures - gossip - story telling - on line productions - music*, among others. We understand that a teacher has to expose students to the kind of discourse above and also call attention to the following features present in it. First of all, the kind of language we hear in the above situations is informal ungrammatical, and redundant. We understand that a teacher has to expose students to the kinds of discourse above and call attention to the following features present in it:

- the kind of language we hear in the above situations is

informal, slightly ungrammatical and redundant. The language is spoken in short chunks; the pronunciation is slurred and noise can prevent understanding of the whole text.

- In real situation, the listener knows in advance the context (reason to listen and content).
- Listeners can often see the environment. It is blind when we listen to a radio or telephone.
- The time of exposure to speech is usually not long due to turn taking
- The speaker may adapt the discourse depending on the listener's reactions regarding understanding (p.105) .

Even though, according to Ur (1996, pp. 111-112) learners in general often complain about the listening class by saying that they are not able to:

- distinguish the sounds of the foreign language
- understand every word (it is difficult for them to accept that they do not have to understand every word)
- understand people when they speak fast
- understand when hearing the text only once
- follow the text when it is too long

HOW TO SOLVE THESE DIFFICULTIES

First of all, students should have an idea of what they are going to hear in order to activate their schemata (background knowledge) and anticipate what is going to be said. This will help students to succeed in the task which will motivate them. Thus, teachers can use a picture, a map, a diagram a written text, pre teach unknown vocabulary (when absolutely necessary). It is essential that curiosity is awakened by giving some hints to special messages hidden in the context. For example, the teacher could use a little bit of discourse analysis on the passage to be heard by calling their attention

to irony traces, power relations, genre, and conclusions drawn from inferences in order to motivate students to listen.

Second, students should have a reason to listen because the purpose guides the listener to listen selectively for specific information to fulfill their curiosity. Thus, the teacher should give the task first, that is, set the question or explain what piece of information they have to find out. For example, the teacher asks the students: "What did Sally choose to eat?" and then plays the part that contains this answer. He stops and checks the answer. In case students are not able to provide the answer, the teacher repeats

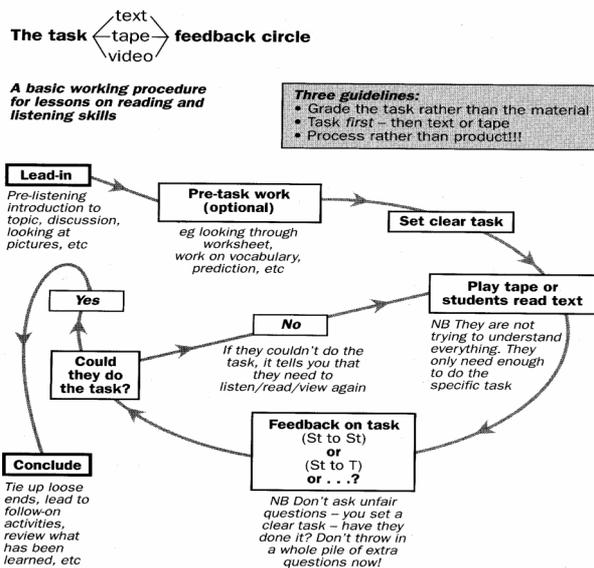


Figura 1 - The task text/ tape/ video/ feedback circle
Source: Scrivener,1994, p. 150.

the same passage. The teacher again asks the next question and plays the part of the corresponding answer. He checks it with the students and continues to the other questions till the end of the listening passage. The students should not listen to the entire passage twice, for example, and then answer comprehension questions; instead, teacher and student should interact all the time and students should answer questions while listening.

This procedure is shown in figure 1

Furthermore, the listening class can be more enjoyable if :

- the texts are not too long
- there is a maximum of three speakers whose voice can be easily distinguished
- the speakers speak at normal speed using simple grammar and vocabulary
- there are no background noises
- there is image (video or live), not just audio
- the students have knowledge about the topic
- there is repetition (redundancies) and pauses in the text
- the text is of the students' interest.

LISTENING STRATEGIES

Some actions can be taken by the learners which seem to lead to a more successful mastering of language skills. Thus, to enhance listening comprehension the following steps can be undertaken by the learners (Oxford, 1990).

- Watch TV shows or movies or listen to the radio in the new language.
- Attend and participate in out-of-class events where the new language is spoken.
- Try to understand what has been heard or read without translating it word-for-word into one's language.
- When not understanding all the words read or heard, guess the general meaning by using any clue found, for example, clues from the context or situation.
- In a conversation anticipate what the other person is going to say based on what has been said before.
- When someone is speaking in the new language try to concentrate on what the person is saying and put unrelated topics out of mind.
- Take responsibility for finding opportunities to practise the new language.
- Look actively for people with whom it is possible to speak

the new language.

- If not understanding, ask the speaker to slow down, repeat, or clarify what was said
- Ask other people to verify if what has been said or understood is correct.
- In conversation with other in the new language, ask questions in order to be as involved as possible and to show interest.

By keeping in mind the above hints, the teacher will be exposing the students to real life listening since its characteristics mentioned before will be present. The above hints can also be solutions for the problems presented by Ur (1996, p. 111-112).

Moreover, there are some techniques that help soften the process:

- Keep the recording short not more than 2 minutes or so.
- Play the tape a sufficient number of times (the teacher often finds material easy and does not play the tape enough times).
- Let students discuss answers together - pairs/small groups.
- Don't immediately acknowledge correct answers with words or facial expressions - throw answers back to the class: *What do you think of X's answer - do you agree?*

- Don't be led by one strong student. Have they all got it?
- Aim to get the students to agree together without your help. Until they agree, play the tape again whenever they need to hear it, to confirm or refute their ideas.
- Play little bits of the tape (a word, a phrase, a sentence) again and again until it is clear.
- Give help if they are completely stuck - but with the aim of getting them to work it out if at all possible (eg "There are three words in this sentence" or "Listen to what she says here") rather than giving them the answers.
- Give them control of the tape recorder - to listen as and when and to what they wish.
- Don't cheat them by changing your requirements halfway - ie don't set one task but then afterwards ask for answers to something completely different!
- Try to make sure the task is within their abilities. It should be difficult, but achievable. The sense of achievement in finishing a task should be great: "It was difficult - but we did it!"

(SCRIVENER, 1994, p. 149)

Gower et al (1995, p. 88) add to the above by stating that a teacher can make a listening task

easy when:

- The texts are fairly short.
- They have only one speaker, or two speakers who are easy to tell apart.
- The speaker(s) speak slowly (though naturally), in a standard accent, and use simple grammar and vocabulary.
- The speakers can be heard clearly - there is no distracting background noise.
- The speakers can be heard and are 'live' or on video rather than recorded solely on audio.
- The topic is familiar.
- The structure of the text is simple and straightforward but not too dense - there is repetition, pausing, etc.
- The students are interested in and prepared for what they will hear.

TYPES OF LISTENING ACTIVITIES

According to Ur (1998, p. 113-114) listening activities can be classified in four categories which will be addressed below.

01. No overt response - facial expression and body language signal understanding or not when the student is not required to verbalize the response. This is the case of story telling, jokes, songs and sometimes video.

02. Short responses

- **Obeying instructions**= learners perform what they are told to (physical exercises, drawings, general instructions).
- **Ticking off items** in a list according to what they hear.
- **Detecting mistakes True or false** - the teacher hands out a series of statements about a video or aural recorded text which the students are going to watch or listen to and the teacher reads these statements together with the students in order to prepare them for the activity. Then the students watch or listen to the recorded text and decide which statements are true and which are false. Remember to work with the hand out first in order to prepare the students for the activity. Always set the task first.
- **Cloze** - students receive a hand out of a text with gaps to be filled in. After listening to the complete text, they should write in the missing words. The procedure should be like this: (a) the teacher goes through the worksheet with the students; (b) teacher plays the whole recorded text to show context; (c) teacher plays the recorded text stopping after each one or

two gaps according to the level of difficulty of the material; (d) teacher plays the recorded text as many times as necessary to the full comprehension; (e) students listen to the whole text again as a follow up.

- **Guessing definitions** - the teacher reads a short text which describes a person, thing or place and the students have to find out what this is. This activity is suitable for all levels; can be the teacher's own production and uses very short classtime.

- **Skimming and scanning** - students listen to a fairly short text and have to identify the general idea/gist (skimming) or else to a specific information (scanning). The teacher should remember to set the questions first before students listen to the passage.

03. Longer responses - depending on the proficiency level of the group the teacher can ask the students to provide longer responses such as answering questions which demand long answers, note-taking, paraphrasing a listening text, summarizing a listening text, filling in more than one word in a gap, discussion of a problem that was heard. The teacher may bring to the class a recorded literary passage and students just listen to it, comment, identify the

tone (dramatic, ironic, sarcastic, comic, happy, etc) of a passage read aloud. The internet is a good source for this type of free material.

04. Extended responses - the listening activity is seen as a means of introducing another ability like writing or speaking to build an integrated skills lesson. Thus students may hear a passage which will serve as a bridge to foster a discussion to write an essay or a short composition.

According to Nunan (in RICHARDS and RENANDYA, 2002, p. 242247) the teaching of listening nowadays is not focusing on form, instead it focuses on meaning. The teaching of listening should involve three stages in a listening class:

Pre-listening = preparing students to listen

As a general principle, try to play the recording once for overall comprehension

- Tell your students they shouldn't worry that they have to understand every word they hear. Not every word is important!
- Where possible, make sure students know what they are listening for before you start listening. Explain they should

focus only on the information they need.

- Give two or three general questions to check students comprehension of the basic details.
- If possible, check for any words that your students may not know. Pre-teach these so they do not interfere with understanding.
- Brainstorm students' ideas on the topic they are going to listen to. This will help focus them.
- Don't choose a listening that is too long. If necessary, stop the recording at certain points and review what students have understood so far.

While listening = listening to carry out tasks

- Play the recording again for specific details.
- Tell students to note any dates, people or places they hear.
- Divide students into groups and give each group a different listening task (e.g. different questions). Then swap their answers and have students listen again and check their classmates' answers.
- Don't be afraid to repeat the recording... especially the parts students have most trouble

understanding.

Post-listening = follow up

- Tell students to compare their notes and discuss what they understood in pairs or small groups.
- Encourage students to respond to what they heard. For example, where possible ask questions like *Do you agree?* and encourage debate.
- Tell pairs to write a summary of the main points. Then have them compare their summaries and check if they covered all the main points.
- Play the recording again and tell students to call out 'Stop!' when they hear the answers they were listening for.
- Put students into groups and tell them to make a list of comprehension questions to ask each other.
- Tell students to make a list in their notebooks of any new vocabulary they feel is useful.

In sum, according to Goh (2003, pp 3-5), aural comprehension involves more than one ability when listening and that is why students should be exposed to various kinds of tasks which practise the following:

- Comprehension of details

which calls for specific information such as numbers and key words.

- Comprehension of main ideas or listening for gist
- Comprehension to infer, that is, the speaker may omit certain information and the hearer should be able to bridge the gap by using inference.
- Comprehension to select information, that is, depending on the goal of the hearer, attention will be concentrated on the parts that are of interest.
- Comprehension to predict, that is, the hearer tries to predict what is going to be said, what should be said and tries to confirm these predictions.

USING SONGS IN THE ENGLISH LANGUAGE CLASSROOM

The acquisition of vocabulary is enhanced when there is a combination of music and pedagogically-sound techniques; thus, foreign language acquisition is more successful when combined with music

(www.geocities.com/ESLmusic/articles/articles03.html).

Music has shown to be a very important factor of motivation in the EFL classroom. Whenever you tell your students that they are going to listen to music, they

immediately respond with eagerness, curiosity and attentiveness to the proposed activity. Music creates a relaxing and enjoyable atmosphere resulting in a successful learning environment. Thus, music can be an effective teaching tool since students who are usually quiet engage in the class activity. Besides being fun and enhance learning, music is generally a good reference in terms of culture because it brings information about human relations, ethics, customs, history, humor and regional and cultural differences.

Below several steps and tips are presented:

- Songs, rhymes and chants are good means of teaching stress and intonation patterns of English.
- Songs constitute a context for language use for children. They become more outgoing when they play or sing.
- Music becomes easier to imitate and remember language because it 'sticks.'
- Songs have high frequency vocabulary and facilitate memorizing when associated with a linguistic item.
- Like poetry music develops students' creativity and interpretation skills because it allows for different kinds of interpretations and meanings.

- Teachers should plan a class with music very carefully and not just using it as a means of killing time with almost always the same type of activity, i.e., gap filling.
- Gap filling exercises should deal with very easy vocabulary. In case the song chosen presents too many unknown words, these should be pre-taught. Another variation could be the listing of the new words which are to be filled in so that the students use them as hints.
- The title of the song should be given after the activity so that students do not have in mind a pre-determined interpretation of it.
- It is essential to have a good sound equipment.
- Students at the elementary level should not be corrected in order not to discourage them to participate, while students beyond this level should be corrected regarding grammar and accuracy (in case the activity allows it).
- A class with music can also be productive with blind and partially deaf students since they can feel the rhythm better and use their creativity to visualize the content.
- While preparing the activities with songs, the teacher should not forget to listen to the

whole song thoroughly and pay attention to whether there are un-audible words. Moreover, having a colleague doing the activity as a way of pre-testing it will ensure a successful lesson; thus, avoiding embarrassing situations which indicate an unprepared teacher.

- Depending on the type of activity it is useful to number the verses in order to make correction easier specially when the exercise deals with gap filling, synonyms, verb tenses, etc.

(Adapted from Malgorzata, 2000 "Using Music in the Classroom").

Selecting music:

- The lyrics should be clear and loud.
- The vocabulary should be appropriate to the level.
- Short and slow songs are suggested for beginning-level students while songs that tell stories can be used with higher level students.
- Exercises on vocabulary and tenses are good to begin with.

The lyrics of some songs can bring up interesting discussions (debate) on a certain topic or to different interpretations. Ex.

- Simon and Garfunkel - *El Condor Pasa*

- Pink Floyd - *The Wall*
- Simon and Garfunkel - *Bridge over Troubled Water* - compared to James Taylor - *You've got a friend*
- John Lennon's *Working Class hero (work)*
- Bruce Springsteen - *The River (work)*
- Cat Stevens - *New York times (city life)*

(<http://www.esl-lounge.com/songsab.html>).

Suggestions of activities:

01. Filling in gaps for: rhyming words; grammatical words; verb tenses; synonyms and antonyms.
02. Match
 - columns of English words from the song with their native language equivalents;
 - English words (ex: synonyms or antonyms with a given list in the mother tongue)
 - The mother tongue and the English verses, but do not separate the verses into stanzas
03. Find a synonym or antonym of an English word in a verse or a stanza that means the same as a given word in the mother tongue.
04. Comprehension questions after other exercises to work on

more detailed vocabulary and grammar.

05. Transformation exercises. Ex: change sentences from active to passive; from direct into indirect speech; from masculine to feminine point of view (the students change all the personal pronouns and possessives).

06. Separate the verses on a continuous paragraph with dashes;

(<http://usuarios.lycos.es/jcac0012/lyrics/ideaslyrics.html>)

07. Put the stanzas into the correct order;

08. Messenger and scribe = the teacher sticks on the wall outside the classroom chunks of the lyrics. Students work in pairs (one is the messenger and the other is the scribe). The scribe goes out, reads the chunks, tries to memorize as much as possible and returns to the classroom and dictates the text to the scribe who writes the message down. At the end they listen to the song and put the chunks in order.

09. Multiple choice lyrics = the teacher prepares different versions of some of the lyrics. Students listen to the song and underline the correct ones (Ex: 'we both love our freedom / we'll always be / we'll never be together').

10. Extra words the teacher adds some extra words to the lyrics and the students listen to identify

and correct them.

Poems, like songs, contextualize a grammar lesson effectively. Since poetry is often spoken, repeated, dealt with, and considered, it acts as an effective tool for practicing a specific grammatical structure. Through repeating and considering the poem, the grammatical structures become more deeply internalized. Thus, poetry not only provides a rewarding resource for structured practice of grammar, but also a proper basis for review. If a poem that exemplifies a particular structure is also a good poem, it engages the eye, the ear and the tongue simultaneously while also stimulating and moving us; this polymorphic effect makes poetry easier to memorize than other things for many students (Celce-Murcia and Hills, 1988, p.123).

An interesting idea would be to compare a poem to a song. Ask the students to read the poem, explain the vocabulary, if necessary, and then play the song. Students then write or discuss the differences between them. For example:

The road not taken

Robert Frost

Two roads diverged in a yellow
wood,
And sorry I could not travel both
And be one traveler, long I stood

And looked down one as far as I
could
To where it bent in the
undergrowth;

Then took the other, as just as
fair,
And having perhaps the better
claim,
Because it was grassy and
wanted wear;
Though as for that the passing
there
Had worn them really about the
same,

And both that morning equally
lay
In leaves no step had trodden
black.

Oh, I kept the first for another
day!
Yet knowing how way leads on
to way,
I doubted if I should ever come
back.

I shall be telling this with a sigh
Somewhere ages and ages
hence:

Two roads diverged in a wood,
and I--

I took the one less traveled by,
And that has made all the
difference.

(http://www.tnellen.com/cybereng/road_not.html)

My Way

Frank Sinatra

And now, the end is near;
And so I face the final curtain.

My friend, I'll say it clear,
I'll state my case, of which I'm
certain.

I've lived a life that's full.
I've traveled each and ev'ry
highway;
And more, much more than this,
I did it my way.

Regrets, I've had a few;
But then again, too few to
mention.
I did what I had to do
And saw it through without
exemption.

I planned each charted course;
Each careful step along the
byway,
But more, much more than this,
I did it my way.

Yes, there were times, I'm sure
you knew
When I bit off more than I could
chew.
But through it all, when there
was doubt,
I ate it up and spit it out.
I faced it all and I stood tall;
And did it my way.

I've loved, I've laughed and cried.
I've had my fill; my share of
losing.
And now, as tears subside,
I find it all so amusing.

To think I did all that;
And may I say - not in a shy way,
"no, oh no not me,
I did it my way".

For what is a man, what has he
got?
If not himself, then he has
naught.
To say the things he truly feels;
And not the words of one who
kneels.
The record shows I took the
blows -
And did it my way!

(<http://www.lyricsfreak.com/f/frank-sinatra/56378.html>)

The selection of the activities songs or poems should depend on the temperament of the class. Music can also be used in order to just create a relaxing and creative atmosphere leading students to mental fantasies which can be associated to moving image such as videos. According to Maley (in Stempleski & Tomalin, 2001, p.ix), "film attracts students through the power in has to tell a story."

USING VIDEO IN THE ENGLISH LANGUAGE CLASSROOM

Among the four abilities listening comprehension is generally considered the most difficult to be mastered. With the implementation of technology, however, listening in the classroom has become more enjoyable and less pressing with

the use of VCR, DVD, cable TV, and the Internet since students can see what is happening, that is, they have a context while they hear what is being said. Besides context, the image allows students to observe facial expressions, body language and cultural aspects. It can even be used with adults and also with children who cannot read and write well yet.

There are two kinds of video material:

- **Instructional** videos are specially devised to be used in classrooms and the language content and length are tailored to teach the form of the language. They can be presented in single episodes or in the form of a soap opera. Single episodes tend to be more interesting since they are usually humorous while soap operas tend to make students impatient since they want to know the end of the story and do not want to wait for a next class. Examples:

ON TRACK - Oxford

HEADWAY (which accompanies the Headway series - Oxford)

ONLY IN AMERICA - Oxford

GRAPEVINE - Oxford

ENGLISH CHANNEL - Oxford

- **Authentic** videos include movies, television programs, news broadcasts which present real-language spoken at a normal

speed not controlled or adjusted as the instructional videos which present real-language, but as said above, are tailored to present specific language items. Examples of movies appreciated by students are: *Shrek*, *Monsters Inc.*, *Toy Story*, *A Bug's Life*, *The Simpsons*; *Finding Nemo*; *Ice Age*.

Stages of a video lesson

As already explained in figure 1, the video lesson follows the same guidelines as a listening lesson. Before presenting the video (pre-viewing), teachers have to prepare students for the viewing by discussing vocabulary, discussing aspects of culture and predicting content, for example. While viewing, the teacher should pay attention to students' reactions to check whether they are understanding or not. At this stage, the teacher should use the pause, rewind, and play buttons whenever needed. After viewing, the teacher should prepare follow up activities and discussions.

Below are some tips to ensure a successful video class:

- Be fully conversant with the tape (contents, length, order, etc.).
- Always check the tape beforehand: quality, format (PAL, SECAM, long play/ short play, etc.).

- Always check the VCR/DVD/TV beforehand: power supply, connections, remote control, channel, etc.
- Always try to work with a remote control.
- Make sure you are familiar with the VCR/DVD and its controls (play, pause, rewind, volume, channels, etc.).
- Before the lesson insert the tape, cue it and zero de VCR/DVD.
- Check the volume, tone and angle of view from different parts of the room.
- Make sure you rewind to the right place. Take your time. Nothing is worse than losing your place.
- Try creating your own worksheets tailored to an authentic sequence.
- Give students something to watch or listen while the tape is playing. This can get increasingly difficult or detailed with each repetition.
- Don't play a tape without giving an introduction or setting the context (unless there is a good reason for not doing so).
- Let the tape do the work. Don't say yourself what the tape says.
- Don't play a tape for too long without stopping.

- Be sensitive and realistic as to what students can be expected to memorize.

(<http://usuarios.lycos.es/jcac0012/lyrics/ideaslyrics.html>)

VIDEO ACTIVITIES

01. "In the news"

- Tell the students they are going to see a film clip showing an event that might be reported in a newspaper. Explain that you will play the film clip twice. Their task is to watch to get the general idea, and then to watch again and make notes to answer the questions on the worksheet.
- Introduce the activity by discussing news reporting with the class. Explain the difference between:

Reporter = It's a person who finds out and reports about facts (or events) in the media (newspaper, magazines, radio, TV, etc)

Journalist = It's the person who writes about news, makes (writes) comments for newspapers and magazines or texts for TV and radio, editing and preparing the material.

Then the teacher asks:

How many different kinds of reporters can you name? (Sports reporter, news reporter, crime reporter, etc.)

Do you think that being a reporter is a good profession? Why? (The advantages and disadvantages of being a reporter)

- Explain that the factual content of a news story usually answers questions based on the “five Ws and an H” of an event.
- Students watch the sequence . After watching, teacher writes the “Wh” questions on the board. Go over the items to make sure the students understand what they should do.
- Students answer the questions or write about the event based on the questions.
 - Who is the story about?
 - What happened? List the important events and facts of the story
 - When did it happen? Be as specific as you can about the date and time
 - Where did the event take place?
 - Why and how did it happen? What reasons or causes were given for what happened?
- When they have completed their questions, divide the class into small groups and get students to compare and discuss the items on the worksheet.
- Finally, in the lesson or as

homework, students work individually or in pairs and write up a short news based on the film clip.

(Stempleski, Susan and Barry Tomalin, 2001, p.69).

02 Video Bingo.

This is something that can be done using video in the class, specifically to practice functional or situational English.

Choose a video or video clip in which you know there will be a lot of functional language e.g. inviting, accepting, offering, requesting, etc. Thus, for example, you could show a clip of people in a bar or restaurant making their orders.

Elicit and practice the relevant language beforehand and then give the students a simple 3 by 3 tic-tac-toe grid, as follows:

Then, getting the students to work in pairs or small groups, the

teacher asks them to predict the language they are going to hear. It is vital for the teacher to set the scene accurately of the video the students are about to see. In this way, the students will not be guessing blindly. The teacher tells the students that there must be at least three words in their predictions, so they can't just guess 'Yes please' , but 'No thank you' is fine.

Here is an example of a student's prediction grid to give you an idea of the sort of functional language you could target and the amount of clues you should give beforehand.

The example situation, as described by the teacher, was '**a couple ordering a meal in a restaurant and the woman is vegetarian.**'

If you want, you can employ a simple scoring system whereby

the groups get a point for every word in a correct prediction - this would be an incentive for them to guess, for instance, 'can we have the...' and not just 'can we have...'. Or you can stick to classic bingo rules and have wins awarded for lines and full house.

(<http://www.esl-lounge.com/level2/lev2videobingo.html>)

03. Pink Panther Cartoon

The Pink Panther shows without telling, leaving it to your students to do the telling, with your help. They're wonderful stories that allow you to use language of whatever level of difficulty matches your students ability.

(<http://www.eslcafe.com/ideas/separator.cgi?display:918180788-14980.txt>)

No, thank you.	I'll have the...	Can we have the...
I don't eat meat	Asd for dessert?	Yes, of course
What would you like...	How would you like...	No, that's all.

CONCLUSION

With the current changes in teaching English as a foreign language the listening classes nowadays are not used anymore as a means of teaching grammar, but they can become an enjoyable time for students to learn to hear the language in real-life situations and learn how to interact with one another, besides becoming culturally aware. This is possible due to another development in English language methodology which has recently seen authentic materials as sources of input that contribute to the process of becoming competent in listening . Listening is not just testing, that is, getting answers right. On the other hand, to have a successful listening class in which students are able to comprehend at least the gist, the teacher should have in mind the need of teaching strategies, that is, hints to prepare students to achieve better listening skills. Also, rather than grading the texts, the tasks should be graded. The process is more important than the product. Success in a listening class can also be achieved if the class follows the steps of pre-listening, while listening and post-listening. Most important it is for students to have clearly in their minds that the process is more important than answering correctly and this

means that sometimes not every word has to be understood. Finally, frequent exposure to well planned listening classes, which take into account students' motivation and feelings, will certainly result in students with a good competence in the listening skill.

REFERENCES

CELCE-MURCIA, M. & HILLES, S. . **Techniques and resources in teaching grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

GOH, C.M. **Ensino da Compreensão Oral em Aulas de Idiomas**. São Paulo: SBS- Special Books Services, 2003.

GOWER, R.; PHILLIPS, D. and WALTERS, S. **Teaching Practice Handbook**. London. Heinemann Educational Books, 1995.

MALEY, A . (ed) **Film**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MALGORZATA, J. **"Using Music in the classroom."** Forum, 38(4), 30, 2000.

MURPHEY, T. **Music and Song**. Oxford: OUP, 2000.

NUNAN, David. "The changing face of listening" in RICHARDS, J.C. and RENANDYA, W.A. (eds). **Methodology in Language Teaching** An Anthology of Current Practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OXFORD, R.L. **Language learning strategies what every teacher should know**. New York: Newbury House Publishers, 1990.

SCRIVENER, J. **Learning Teaching**. London. Macmillan Heinemann Educational Books, 1994.

STEMPLESKI, Susan and Barry Tomalin. **Film**. Oxford: OUP, 2001.

TANNER, R. and GREEN, C. **Tasks for teacher Education coursebook**. Addison Wesley Longman Limited, 1998.

_____**Tasks for teacher Education trainer´s book**. Addison Wesley Longman Limited, 1998.

TOMALIN, B. **Teaching English with Technology**. Chelmsford, Essex: IBI Multimedia, 2001.

UR, P. **A Course in English Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Internet resources for poems:

<http://iteslj.org/Techniques/Saricoban-Songs.html>

Internet resources for songs:

www.geocities.com/ESLmusic/articles/articles03.html

<http://www.esl-lounge.com/songsab.html>

<http://usuarios.lycos.es/jcac0012/lyrics/ideaslyrics.html>

<http://www.lyricsfreak.com/f/frank-sinatra/56378.html>

http://www.tnellen.com/cybereng/road_not.html

Internet resources for videos:

<http://usuarios.lycos.es/jcac0012/lyrics/ideaslyrics.html>

<http://www.esl-lounge.com/level2/lev2videobingo.html>

<http://www.eslcafe.com/ideas/sefer.cgi?display:918180788-14980.txt>

O ENSINO SUPERIOR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Clóvis Neumann ¹

RESUMO

O mundo divide-se cada vez mais entre a parte que é capaz de produzir conhecimento próprio e a outra parte que o copia, no qual a força e o apelo com que os produtos de alta tecnologia atingem a sociedade são conseqüências de ações de uma rede, entrelaçada por complexos conhecimentos científicos e tecnológicos. Entretanto as mudanças que hoje são encaradas naturalmente nos países com economias mais desenvolvidas estão gerando novos valores, hábitos e sobrepondo culturas, sem que isso esteja claro para todos os envolvidos. No Alto Vale do Itajaí percebe-se que há uma disritmia nesse processo de mudanças na sociedade, tanto pelo perfil das atividades econômicas desenvolvidas na região, quanto pela performance dos seus indicadores econômicos e sociais. O ensino superior no Alto Vale do Itajaí por décadas ficou estagnado, devido à falta de percepção e assimilação dos processos de mudanças na sociedade, devido a falta de atualização de seus quadros e devido a falta de uma estratégia organizacional contextualizada, comprometendo o desenvolvimento econômico e social

regional, pois é impossível formular e manter um projeto de desenvolvimento sem o domínio do conhecimento. A universidade, que tem por natureza, um papel a desempenhar na superação dessa disritmia no processo de mudanças. Como catalisadora do processo de desenvolvimento, através da contextualização de seu processo de formação, direcionando o ensino, a pesquisa e a extensão em ações integradas com o mercado e com o poder público, deveria propiciar assim as condições básicas para o desenvolvimento econômico e social sustentável. O momento é de reversão desse cenário, através da consolidação de um modelo de universidade, da formação do homem global, de investimentos em ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, formando profissionais capazes de gerar mudanças tecnológicas, e não apenas de acompanhá-las.

Palavras-chave:

Ensino, Mudança, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The world, more and more, is

¹ NEUMANN, Clóvis. Doutor em Engenharia de Produção; Coordenador do Curso de Engenharia de Produção da UNIDAVI. E-mail: neumann@unidavi.edu.br

being divided into the half that is able to produce the own knowledge and the half that copies this knowledge, in which the strength and the appeal that the high technology affects the society are consequences by a web action, connected through a complex scientific and technological knowledge. However, the changes naturally noticed in the countries with a more developed economy nowadays, are generating new values, habits and overcoming cultures, without make it clear for all the ones involved in the process. In the Alto Vale do Itajaí, is perceivable a disequilibrium concerning this process of changing in the society as the result of the profile of the economical activities developed in the region, or because of the performance of its economic and social indicators. The university education in the Alto Vale do Itajaí, for decades, has been stagnant due to the lack of perception and assimilation of the changing process in the society, lack of recycling of its parameters, as well as an organizational and contextualized strategy, prejudicing the economical and social development of the region. It's impossible to formulate and to maintain a development project without the knowledge domination and so the university, which obviously, has a role to perform overcoming this

disequilibrium in the process of changes, working as the leader of the development process, through the contextualization of its formation process; heading the education, the research and the extension in integrated actions with the market and the political power, promoting, on this way, the basic condition for the economical and social-sustainable development. The moment is for reversion of this scenery, consolidating a model of university, forming a global man, investing in science, research, technology and innovation, forming professionals able to promote technological changes and not only follow them.

Key-words:

Education, Change, Development.

INTRODUÇÃO

Dados mundiais publicados pela Organização das Nações Unidas - ONU (1999) nos mostram que continua existindo uma grande defasagem na qualidade de vida e especialmente no nível de informações entre os países do norte e do sul do planeta, especialmente no que se refere à capacidade de assimilar e aplicar a ciência e a tecnologia voltadas para o desenvolvimento geral. Informa o artigo que o quinto da população mundial

que vive nos países de renda mais elevada tem 86% do Produto Interno Bruto - PIB, enquanto que o quinto de menor renda, apenas 1% do PIB. Esses dados nos colocam diante de uma dura realidade, demonstrando que os países, de um modo geral, não deram a devida prioridade à dimensão humana do desenvolvimento, deixando de oferecer condições de vida e educação adequadas às suas populações.

Considera-se a informação matéria-prima do conhecimento, e Davenport (1998) salienta que o conhecimento é uma informação dotada de valor. De acordo com Pereira & Fonseca (2001), conhecimento é uma forma organizada de informação consolidada pela mente humana por meio de mecanismos cognitivos da inteligência, da memória e atenção.

Os grandes desafios enfrentados pelas sociedades e, em particular pelas empresas, decorrem das transformações sociais causadas pela velocidade com que têm sido gerados novos conhecimentos, concretizados através da introdução no mercado de novos produtos e serviços. Esses novos produtos e serviços, frutos do avanço científico e tecnológico, modificam as complexas relações sociais, tornando-as, ao mesmo tempo mais intensas e mais efêmeras.

Segundo Moraes e Serra (2001),

“As universidades, das mais antigas e duradouras instituições do mundo, têm uma posição bem definida: a de produtoras de conhecimento. Com a rapidez da evolução tecnológica nos dias atuais, o mercado exige uma formação e uma capacitação profissional mais sofisticadas, daí porque o sucesso das universidades no século 20 dar-se principalmente através do triunfo da ciência, do aprimoramento do conhecimento e da demanda maciça por educação”.

De fato a habilidade ou a inabilidade das sociedades de manejar a tecnologia e particularmente aquelas que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, formata vastamente seu destino a ponto de podermos dizer que, enquanto a tecnologia por si não determina a evolução histórica e a mudança histórica, a tecnologia (ou a sua falta) incorpora a capacidade das sociedades de se transformarem a si mesmas, bem como decidirem, sempre em processo conflitivo, os usos do seu potencial tecnológico.

Della Giustina (2003) abordando o papel que a universidade tem a desempenhar na superação da disritmia do processo de mudanças destaca:

“No entanto, seu papel tem sido modesto no desempenho dessa função, sobretudo no que se refere às áreas da ciência social, onde a crítica subjetiva, a emoção ou a ideologia tem superado a postura de análise, formulação e proposta de

novos modelos para si mesmo e para a sociedade. Isto fez a universidade perder espaço e a sociedade perder um valioso instrumento de efetiva transformação das instituições que a integram, consolidando e agravando a disritmia do processo global”.

Historicamente, as ciências sociais, humanas e exatas têm demonstrado serem áreas do conhecimento fundamentais em determinados contextos históricos, entretanto no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e a inovação, ressalta-se que as ciências exatas têm um papel predominante. Como escreveu precisamente Layton (1986), “the engineer is a both a scientist and a businessman”, em função de sua missão de criador de tecnologias para a produção de bens e de serviços, confere ao engenheiro um papel econômico e social de destaque, pois independentemente da área, a principal atividade do engenheiro é criar novas alternativas de desenvolvimento.

Se avaliarmos o mundo técnico tomando como base a orientação das suas realizações materiais, da multiplicidade e da utilidade dos produtos e serviços hoje disponíveis no mercado de consumo, distinguindo-o apenas sob o ângulo das pretensas benesses que ele nos proporcionaria, é difícil não enxergá-lo como vitorioso. Isso talvez porque o caminho da concordância, mesmo que soe como um

navegar livre ao sabor de um progresso determinante, parece ser mais conveniente que a confrontação, e nos promete frutos imediatos mais fartos.

Entretanto, apesar deste forte desejo de vermos “progresso” em tudo à nossa volta, estamos sempre tentando adivinhar o que o futuro nos reserva e muito pouco fazendo para que construamos um futuro. A interação entre as ações da universidade, do mercado e do poder público, avaliando os cenários e tendências da sociedade num contexto regional, de forma ampla e integrada, poderia ser um bom reinício da história do Alto Vale do Itajaí.

PERFIL ECONÔMICO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O Estado de Santa Catarina localiza-se no Sul do Brasil, bem no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. Possui uma população de 5.356.360 habitantes (Censo IBGE 2000), uma área de 95,4 km² distribuídos entre 293 municípios, gerando uma densidade populacional de 56,14 hab/km². Politicamente dividi-se em 8 regiões hidrográficas, Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul, Meio Oeste e Oeste.

O site oficial do governo do Estado assim descreve o Vale do Itajaí: um "pedacinho da Alemanha" encravado em Santa Catarina, situado entre a Capital e o Nordeste do estado. A herança dos pioneiros germânicos deixou marcas na arquitetura em estilo enxaimel, na culinária e nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil. Sua paisagem de morros, matas, rios e cachoeiras é um forte atrativo para os ecoturistas. Os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul. O Vale do Itajaí é subdividido em três microrregiões, o Alto Vale do Itajaí, o Médio Vale do Itajaí e a Foz do Rio Itajaí.

A microrregião do Alto Vale do Itajaí situa-se geograficamente ao centro do Estado de Santa Catarina, possui uma

população total de 242.610 habitantes (Censo IBGE 2000), ocupando uma área de 7.427 km² distribuída em 28 municípios, gerando uma densidade populacional de 32,67 hab/km². A região corresponde a 4,53% da população estadual e a 7,78% da área do território catarinense. A Figura 1 apresenta a localização da microrregião, com destaque para os municípios de Taió, Presidente Getúlio, Apiúna, Ituporanga e Rio do Sul, a capital do Alto Vale do Itajaí.

O Quadro 1 apresenta a relação dos municípios que compõem a microrregião do Alto Vale do Itajaí, apresentando também a área, população e



Figura 1 - Alto Vale do Itajaí
Fonte: UNIDAVI (2003)

Município	Área (km ²)	População	Densidade (hab/km ²)
Rio do Sul	262	51.650	197,14
Ituporanga	335	19.492	58,19
Taió	714	16.257	22,77
Ibirama	268	15.802	58,96
Presidente Getúlio	322	12.333	38,3
Pouso Redondo	363	12.203	33,62
Santa Terezinha	721	8.840	12,26
Lontras	197	8.381	42,54
Agrolândia	192	7.810	40,68
Salete	167	7.163	42,89
Rio do Oeste	244	6.730	27,58
Rio do Campo	496	6.522	13,15
Petrolândia	251	6.406	25,52
Vidal Ramos	343	6.279	18,31
Trombudo Central	101	5.795	57,38
Vítor Meirelles	423	5.519	13,05
Aurora	226	5.474	24,22
Imbuia	124	5.246	42,31
Laurentino	68	5.062	74,44
José Boiteux	358	4.594	12,83
Agronômica	116	4.257	36,7
Atalanta	98	3.429	34,99
Dona Emma	146	3.309	22,66
Witmarsum	130	3.251	25,01
Braço do Trombudo	90	3.187	35,41
Mirim Doce	333	2.753	8,27
Chapadão do Lageado	114	2.561	22,46
Presidente Nereu	225	2.305	10,24
Total	7.427	242.610	32,67

Quadro 1 - Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fonte: Acervo do autor.

densidade populacional de cada município.

Alguns municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí ostentam altos indicadores de desenvolvimento social; no Índice de Desenvolvimento Social-IDS (SDM, 2003), Presidente Getúlio está em 4º lugar; Rio do Sul no 6º e Ibirama no 37º lugar. No Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (SDM, 2003), Rio

do Sul está em 12º lugar, Laurentino no 76º e Trombudo Central no 77º lugar.

Mas ao analisar as variáveis que compõem o IDS e IDH, a região tem um baixo desempenho em pontos básicos para o desenvolvimento regional. Para o IDS os piores desempenhos da região são nos seguintes itens: energia comercial, PIB municipal *per capita* e atendimento no

ensino médio. Para o IDH os piores desempenhos da região são nos seguintes itens: abastecimento de água, grau de escolaridade (entre 11 e 14 anos de estudo), destino do lixo e esgoto sanitário.

Os setores econômicos com maior destaque regional são o madeireiro (Salete), a agricultura (Ituporanga e Braço do Trombudo), a indústria mecânica e do jeans (Rio do Sul). Destaca-se:

- Metalúrgica: Componentes e equipamentos automotivos, máquinas, móveis tubulares, acessórios industriais e fundidos em geral;
- Mecânica: Caldeiras, equipamentos para indústria de papelão, torno mecânico e prensas;
- Mobiliário: Copas, cozinhas, dormitórios e demais artigos no ramo;
- Têxtil/Vestuário: Jeans, Malhas, Confecções em Geral e Fiação;
- Produtos Alimentícios: Carnes e derivados;
- Componentes Eletroeletrônicos: Alto-falantes, caixas acústicas e amplificadas.

Em Rio do Sul, capital do Alto Vale do Itajaí, segundo a *homepage* oficial do município, o objetivo é atingir novas frentes de expansão do setor de agricultura, especialmente no tocante a

pecuária de leite, suinocultura, avicultura e mais recentemente a piscicultura. A implementação de projetos de agroindústrias vem se caracterizando em meta fundamental para o maior desenvolvimento e fixação do homem no campo.

Nesse município o ramo do vestuário começa a conquistar importantes espaços e assume destaque no estado pela sua especialização em Jeans, além das indústrias mecânica, metalúrgica e eletrônica responsáveis pela produção de máquinas e componentes automotivos. Apesar do reconhecimento da relevância regional dessas iniciativas, estas são caracterizadas por ações isoladas de alguns empreendedores visionários. Percebe-se a falta de interação entre os atores fundamentais no processo de desenvolvimento regional.

Dessa falta de envolvimento, resultam indicadores econômicos microrregionais preocupantes. Mesmo tendo na microrregião o município de Braço do Trombudo, 2º PIB/*per capita* no estado, o PIB/*per capita* dos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí AMAVI, é 36% menor que do a média do Vale do Itajaí e 22% menor que a média estadual.

O Quadro 2 apresenta os valores do PIB de Santa Catarina, da região do Vale do Itajaí e da microrregião do Alto Vale do Itajaí.

	Municípios	PIB Global (R\$)	População	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Santa Catarina	293	39.657.081.981	5.356.360	7.381
Vale do Itajaí	54	10.099.506.140	1.119.331	9.022
Alto Vale do Itajaí	27	1.283.453.055	222.978	5.756

Quadro 2 - PIB de Santa Catarina, do Vale do Itajaí e do Alto Vale do Itajaí
 Fonte: Secretaria da Fazenda /SC. (2002)

O Vale do Itajaí é subdividido em 3 microrregiões, organizadas em 3 associações de municípios, na Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI. Os GRÁFICOS 1 e 2 apresentam os valores do PIB e do PIB *per capita*

das associações dos municípios do Vale do Itajaí.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS no mês de agosto/02 ficou 66% abaixo da média do Vale do Itajaí e 60% abaixo da média estadual. Também a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industria-

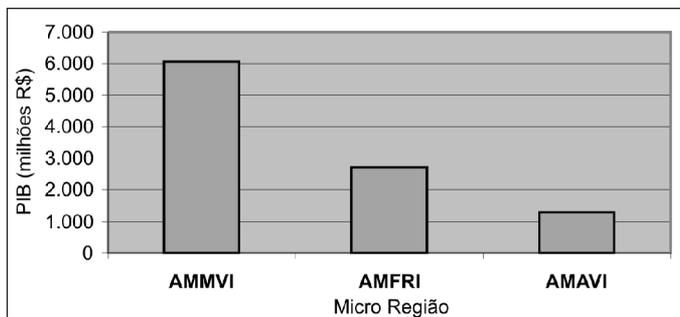


Gráfico 1 - PIB das Associações dos Municípios do Vale do Itajaí.
 Fonte: Secretaria da Fazenda /SC. (2002)

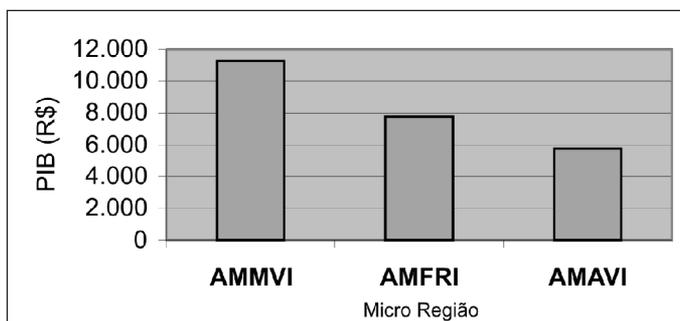


Gráfico 2 - PIB *per capita* das Associações dos Municípios do Vale do Itajaí.
 Fonte: Secretaria da Fazenda /SC. (2002)

lizados-IPÍ no mesmo período ficou 66% abaixo da média do Vale do Itajaí e 57% abaixo da média estadual.

Analisando de forma global, a própria formação das etnias que ocupam nossa região, verifica-se que outras regiões catarinenses têm formação similar à nossa, embora geograficamente distintas; algumas dessas regiões têm instituições de ensino superior com tempo de constituição próxima ao da UNIDAVI; como exemplo cita-se o caso da FURB e da UNIVALI, ambas situadas também no Vale do Itajaí. Estas conseguiram gerar as condições básicas para o seu desenvolvimento econômico e social da sua área de abrangência, devido à ampliação de sua percepção das mudanças ocorridas mundialmente e através de uma visão estratégica, identificando oportunidades e conseqüentemente mudando o perfil de suas atividades produtivas.

Ao longo de sua história a sociedade vem passando por mudança de valores, crenças e comportamentos, gerando ondas que retratam uma real quebra de paradigmas. Segundo Angeloni e Fernandes (2000):

“Pode-se verificar a passagem da onda agrícola (iniciada há 6000 anos) e a onda industrial (iniciada há 300 anos) para a onda da informação e do conhecimento. Na passagem de uma onda, há uma trans-

ferência de valores ficando evidente que o paradigma industrial está voltado para os aspectos tangíveis da organização, e o paradigma do conhecimento está fundamentado nos ativos intangíveis, onde o foco principal é a construção do conhecimento”.

Pelo perfil das principais atividades econômicas da nossa microrregião, percebe-se que estas têm conotação com ondas baseadas na era do músculo, caracterizadas por atividades agrícolas e industriais e que retratam o baixo nível de desenvolvimento tecnológico, verificados pelos baixos valores que percebe anualmente a população do Alto Vale do Itajaí, resultantes da baixa capacitação profissional e do baixo valor agregado nos produtos e serviços produzidos. Refletindo sobre este contexto de mudança de paradigmas, Santos (2003, p.2) destaca:

“O momento presente é um ponto de inflexão entre a era da certeza e do raciocínio lógico (era industrial) e uma nova era caracterizada pela imprecisão, pelo futuro desconhecido e pelo número infinito de possibilidades objetivas que se apresentam (era do conhecimento)”.

Santos (2003, p.5) ressalta que os ativos intangíveis são o capital intelectual e que devem estar disseminados em todas as organizações. Para tal, a universidade, através de um processo de formação generalista tem o papel de transformar informa-

ções em conhecimentos, pois o mundo caminha rapidamente para a complexidade e a interdependência global e a universidade deve situar-se e situar sua ação nessa perspectiva, na qual a educação é o meio para a mudança de uma cultura sub-desenvolvida e essencialmente consumista para uma cultura geradora de conhecimentos.

Segundo Moraes e Serra (2001, p.1),

“A universidade contemporânea não deve ser entendida como produtora de conhecimento ou como transmissora de cultura, mas também como o maior agente do desenvolvimento econômico. No mundo atual, em que idéias e habilidade para desenvolvê-las, contam como mais um dos tradicionais fatores de produção, tem-se a universidade não só como um laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, mas também como meio através do qual um país incrementa seu capital intelectual, tornando-o apto para competir numa economia globalizada”.

A UNIVERSIDADE COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tendo a universidade a missão de gerar conhecimentos, considera-se que o desenvolvimento econômico regional depende do desenvolvimento interno da universidade, da sua maior

eficácia e pertinência com seus objetivos estratégicos e destaca-se que esta, por natureza, deve ser entendida como principal fator de desenvolvimento econômico regional.

Segundo Moraes e Serra (2001, p. 3),

“Vontade política, recursos adequados e ação efetiva são remédios infalíveis para a doença crônica da ignorância, do atraso e da servidão. Parece cada vez mais claro que os países que almejam crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida, além da capacidade competitiva para suas empresas, estão valorizando mais o ensino, porque a economia globalizada está cobrando cada vez mais capacitação da mão-de-obra”.

São nos cursos de ciências exatas que utilizam-se de conhecimentos científicos e tecnológicos para obter soluções para problemas, oriundos de necessidades detectadas, usando para isso procedimentos semelhantes de trabalho. Desde o início do processo de formação, os estudantes dos cursos de engenharia, por exemplo, utilizam-se para tal da pesquisa, do método de pesquisa, da investigação científica, da análise e da síntese.

Nesses cursos enfatiza-se a pesquisa como um conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos, que objetiva a descoberta de novos conhecimentos, a inven-

ção de novas técnicas e a exploração ou criação de novas realidades. As capacidades de raciocínio lógico e de raciocínio crítico, a familiaridade com o processo de tomada de decisão, as capacidades de análise e síntese, e a criatividade, todas são importantes para uma carreira tecnológica.

Salienta-se que os desenvolvimentos científicos e tecnológicos devem seguir caminhos paralelos, pois o sucesso de um possibilita a sublimação do outro. A ciência através dos conhecimentos permite a evolução da tecnologia e, reciprocamente, a tecnologia permite a ciência dar corpo às mais audaciosas idéias. O desenvolvimento tecnológico está relacionado, sobretudo, à definição de procedimentos técnicos, tão eficazes quanto possível, para permitir a produção de algum bem ou serviço.

Assim, os pesquisadores, através dos seus procedimentos científicos ou tecnológicos, trabalham para o progresso da ciência e para o avanço das técnicas. O estudante de engenharia, através de um de seus principais métodos de trabalho, a pesquisa científica, treina passos no caminho da ciência, enviando esforços com caráter de redescoberta e da conquista para si próprio.

Segundo Bazzo & Pereira (1997), o engenheiro deverá

estar constantemente atento ao que acontece à sua volta para poder captar, com precisão, aquilo que clama por uma solução. Isso, por si só, já justifica a importância da engenharia perante a sociedade, posto que são exatamente os seus profissionais que transformam em realidade, pelos melhores meios disponíveis, novas estruturas, dispositivos e processos que contribuem para o homem dominar o seu meio ambiente e viver com dignidade.

Segundo Da Silva (1999),

“Os engenheiros, atores principais nesta luta veloz, potencializada pela necessidade de competição entre as nações e as empresas, vivem um dilema criado por eles mesmos. Aqueles que não vencerem a correnteza da evolução científica e tecnológica tornar-se-ão profissionalmente obsoletos, suas empresas perderão competitividade e irão à falência e seus países amargarão o desenvolvimento e a dependência externa de maior fonte de riqueza do mundo moderno: o conhecimento”.

Perante a diversidade das funções exercidas, dos contextos profissionais e das responsabilidades que o engenheiro vai encontrar ao abordar sua carreira profissional e as evoluções que este inevitavelmente vai ter sob o impulso das novas tecnologias e da globalização da economia, uma questão que logo surge é a seguinte: quais são os fatores pessoais inatos ou a desenvolver

por treinamento adequado e a formação a adquirir para responder à procura do mercado do trabalho?

Para os profissionais do século XXI, será fundamental saber montar seu próprio trabalho, como autônomo, o que depende fundamentalmente da habilidade de pesquisa e elaboração própria, em que a pesquisa representa a capacidade de compreender adequadamente o mercado, suas flutuações e expectativas, oportunidades que entram e outras que saem, potencialidades e limites, além da necessidade de constante atualização diante do conhecimento e a elaboração representa a habilidade de formulação autônoma criativa.

CONCLUSÕES

Parte dos problemas que atualmente afetam o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e que economicamente nos posicionam numa situação inferior na região e no estado decorre da falta de uma percepção entre o cenário regional e as exigências de mudanças nos processos organizacionais de uma sociedade globalizada, que já vem se configurando deste as últimas décadas do século XX, gerando atividades econômicas, valores e comportamentos que identificam uma sociedade agrícola e pré-industrial do século XIX.

Os indicadores econômicos do Alto Vale do Itajaí retratam uma sucessão de omissões e descasos ao longo de décadas em questões vitais no processo de desenvolvimento, no qual o ensino superior de então não cumpriu sua missão de gerador de conhecimentos e a falta da oferta de cursos superiores na área de ciência e tecnologia não propiciou as condições básicas para que se fomentasse o desenvolvimento, refletindo no cenário econômico e social atual.

Hoje a UNIDAVI começa a colher os frutos da reversão deste cenário, que está associada a uma formação superior de forma produtiva e construtiva, focalizando a realidade social exterior à universidade, de modo que se formem profissionais capazes de transformar efetivamente a realidade, empregando a ciência e a tecnologia para a construção de uma sociedade mais justa.

Destaca-se que, para corresponder às expectativas dos processos de mudanças neste início de século, a sociedade precisa de profissionais criativos, multifuncionais, flexíveis, dinâmicos, pró-ativos, engajados, participativos, críticos, com grande capacidade de trabalho em equipe, além de competentes tecnicamente. Mais ainda, os novos profissionais devem ser essencialmente vetores na condução da sociedade, na adaptação de seus anseios, na

operacionalização e no desenvolvimento de produtos, e cabe a eles, a preocupação com a escassez de recursos naturais, e os impactos ambientais, em contrapartida com a necessidade de conforto e adequação de moradias e objetos de consumo.

Com a realização do planejamento estratégico, a UNIDAVI identifica seus pontos fortes e fracos e o contexto regional e estadual em que está inserida, analisando os cenários e as tendências educacionais nacionais, para através da pesquisa e da extensão, definir ações e linhas de pesquisas prioritárias no contexto sócio-econômico regional, utilizando-se da pesquisa como metodologia de ensino.

Apesar de vivermos num contexto globalizado, a UNIDAVI é o presente e o futuro do Alto Vale do Itajaí e cabe a cada um de nós sermos os atores principais desse processo de mudanças.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, Maria Terezinha; FERNANDES, Cândido Brito. **Organizações do conhecimento: dos modelos à aplicação prática.** In: Encontro Nacional dos Estudos Organizacionais. Anais do 1º Encontro nacional dos Estudos Organizacionais. Curitiba. 2000.

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à Engenharia.** 5. ed. Florianópolis: UFSC. 1997.

DA SILVA, Décio. O engenheiro que as empresas querem. - In: **Formação do Engenheiro.** Florianópolis: UFSC. 1999.

DAVENPORT, T.H. **Ecologia da Informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.

DELLA GIUSTINA, Osvaldo. **A universidade Renovada.** Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras Educação Brasileira, v. 18, n. 37, jul/dez 1996, p. 89-101. Brasília, DF.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE. 2000.

IDS-ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível: <www.sdm.se.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2003.

IDH-ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO Disponível: <www.sdm.se.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2003.

LAYTON Jr., E.T. **The Revolt of the Engineers: social responsibility of the american engineering profession.** Baltimore: John Hopkins University Press. 1986.

MORAES, Anna Maria Pereira de; SERRA, Fernando Antonio Ribeiro. **A questão da qualidade no ensino superior vista sob a ótica da prestação de serviços.** Revista Ensino e Sociedade da ANPUD, ano 1, nº 2, jul. 2001.

ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre o desenvolvimento humano das nações unidas.** 1999.

PEREIRA, M.J.L. de B.; FONSECA, J.G.M. - **Fases da decisão - as mudanças de paradigmas e o poder da decisão.** São Paulo: Makron Books, 1997.

SANTOS, Neri dos. **Gestão do conhecimento e da aprendizagem organizacional.** Apostila do Curso de Especialização em Gestão e Liderança Universitária. Unisul, Florianópolis, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA.
Disponível: <www.sef.sc.gov.br> Acesso em: 15 ago. 2002.

PERFIL EMPRESARIAL NA PRÁTICA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

Fábio Alexandrini ¹
Aldo von Wangenheim, ²
Rogério Cid Bastos ²

RESUMO

Este artigo centra-se no estudo do Comércio Eletrônico como forma de comercialização. Seu principal objetivo foi investigar esta prática comercial e a partir desta, descrever quais características diferenciam as empresas no uso do Comércio Eletrônico. A metodologia adotada é constituída por uma pesquisa de campo com as empresas que fazem uso da Internet. Os resultados do estudo permitiram identificar pontos de diferenciação entre empresas que utilizam, pretendem e não tem pretensão definida sobre uso do comércio eletrônico.

Palavras chave:

Comércio Eletrônico, Perfil Empresarial.

ABSTRACT

This paper is centered on studies about e-commerce as the commercial form in the companies. It's main objective was the investigate this commercial practice which is based on this, describe which features are different using e-

commerce. The methodology adopted includes field research with companies that access the Internet. The results of study will allow to identify the different points between companies that have access, or want and do not have definitive presume about e-commerce.

Keywords:

E-commerce, Enterprise Profile.

INTRODUÇÃO

O Comércio Eletrônico (E-Commerce), o qual é realizado via Internet, a Rede Mundial de Computadores, é um dos campos mais promissores para a venda de produtos e serviços, ainda não tendo sido exploradas totalmente suas potencialidades. Por se tratar de venda direta aos usuários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, esta prática estaria enquadrada como uma das formas de "Marketing Direto" mais recentes e portanto menos exploradas. Geller(1998).

Segundo Ron Martin(1999), consultor de marketing e publicidade, a Internet como

¹ Professor Titular do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação UNIDAVI, Mestre em Engenharia de Produção, Aluno do Doutorado do Curso de Engenharia de Produção e Sistemas Área de Concentração Inteligência Aplicada.

² Professor Titular do Departamento de Informática e Estatística da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

meio de comercialização está atualmente na situação dos anúncios feitos na televisão dos anos 40. Os anunciantes da época utilizavam-se dos mesmos anúncios veiculados na rádio para expor os produtos, até que descobriram como realmente aquele veículo de comunicação funcionava. Passaram a utilizar, além da fala, o instrumento da Imagem para expor produtos e serviços, e hoje, as empresas tentam usar a tecnologia

tradicional de resposta direta e novamente desconhecendo e não compreendendo a linguagem e cultura da Internet como veículo de comunicação e comercialização.

O “comércio” é o ato de troca ou permuta entre valores, produtos naturais ou industriais. Negócio, tráfico, revenda, compra e venda de mercadorias ou produtos. Que segundo (LAS CASAS,1994), durante sua

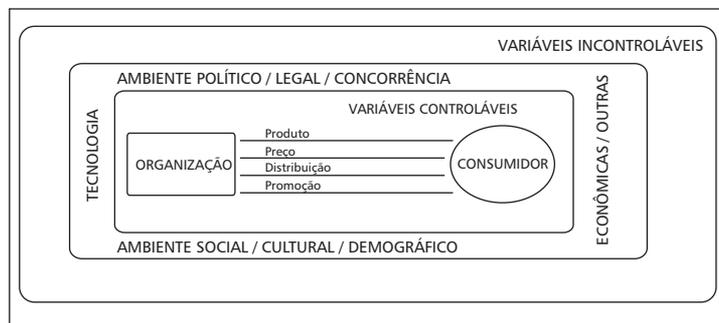


Figura 1 - Elementos importantes para o Comércio.
 FONTE: Las Casas (1994)

ANTES	AGORA
Faz tudo na própria empresa.	Compra mais de fora (terceirização).
Melhora por si mesma.	Melhora por comparação com os concorrentes.
Vai adiante Sozinha.	Colabora em rede com outras empresas.
Opera com departamentos divididos.	Gerência processos de negócios com equipes multidisciplinares.
Foco Doméstico.	Foco Global.
Voltada para o produto.	Voltada para o mercado e o cliente.
Produtos Padronizados.	Produtos adaptados e/ou personalizado.
Pratica Marketing de massa.	Pratica Marketing direcionado.
Foco no Produto.	Foco na cadeia de valores.
Encontra uma vantagem competitiva sustentável.	Continua inventando vantagens.
Desenvolve novos produtos vagarosa e cuidadosamente.	Acelera o ciclo de desenvolvimento de novos produtos.
Utiliza muitos fornecedores.	Utiliza poucos fornecedores.
Gerência de cima para baixo.	Gerência para cima, para baixo e transversalmente.
Opera no mercado físico.	Opera também no mercado virtual.

Quadro 1 - Empresas Comerciais em Transição.
 FONTE: Kotller(1999)

evolução foi criando elementos essenciais como os canais de distribuição, que devem estar em sintonia com os outros elementos do Marketing: produto, preço, distribuição e promoção, conforme demonstrado na Figura 1.

Segundo Kotler(1999), atualmente o comércio tradicional está sofrendo grandes mudanças e de forma sempre mais acelerada, principalmente pelo processo de transição da sociedade industrial para a economia da informação. Segundo este mesmo autor as empresas comerciais estão em transição nesta virada de século, conforme demonstrado no Quadro 1. Estas mudanças normalmente são motivadas pelo panorama econômico, que atualmente está sendo moldado por duas poderosas forças: tecnologia e globalização, que estão produzindo profundas alterações no cenário mundial. Kotler(1999) também indica que os consumidores estão mudando, ficando mais sofisticados e

mais sensíveis a preços, com pouco tempo para compras querendo mais conveniência. Têm altas expectativas quanto aos serviços de atendimentos, sendo menos fiéis a fornecedores e marcas. O que tem levado muitas empresas a gastarem demasiadamente em promoção de vendas e elevando o custo da força de vendas para manterem seus níveis de vendas. Citando que o marketing também sofreu uma reengenharia completa dentro da economia da informação e irá transformar-se em cibermarketing ou Marketing para o "Ciber Espaço", nome referenciado ao ambiente de Internet. Conforme o Quadro 1, as empresas estão utilizando os recursos da Internet e podem ser virtuais estando em qualquer lugar, enviar e receber mensagens simultaneamente a qualquer hora e mudando completamente os conceitos do que faziam antes em relação ao agora.

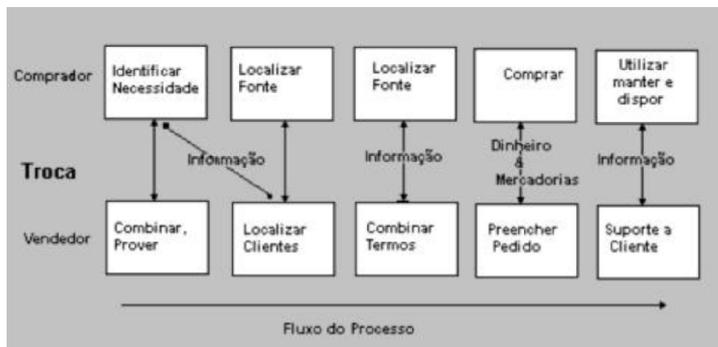


Figura 2 - Modelo de Comércio Eletrônico.
 FONTE: Bloch, Pigneur e Seveg (1996)

DEFINIÇÕES E ASPECTOS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

O comércio eletrônico é definido segundo Ribeiro(1998) como sendo “a atividade mercantil, que em última análise, vai fazer a conexão eletrônica entre a empresa e o cliente”, fazendo ainda a distinção de E-business que define como a estratégia da empresa para exploração da Internet com fins comerciais. Albertin(1999) o define como sendo “a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio num ambiente eletrônico, por meio da aplicação intensa de tecnologias de comunicação e informação, atendendo aos objetivos do negócio”. Salienta ainda que estes processos podem ser realizados completa ou parcialmente, incluindo transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidores, intra-organização, utilizando infra-estrutura, predominantemente pública, de fácil e livre acesso com baixo custo. Para Cameron(1997) inclui-se dentro do comércio eletrônico qualquer negócio transacionado eletronicamente, seja entre dois parceiros de

negócio ou entre o negócio e seus clientes.

Kalakota e Whinston (1997) abordam comércio eletrônico sobre várias perspectivas como a de comunicação sendo a entrega de informações, produtos/serviços, ou pagamentos por meio de linhas telefônicas, redes de computadores ou qualquer outro meio eletrônico.

A Figura 2 apresenta um modelo de ciclo de vida de comércio eletrônico, com a perspectiva entre o comprador e vendedor. Neste ciclo usa-se toda a infra-estrutura digital em todas as fases do processo de uma transação comercial normal, a qual independente no número de fases, baseia-se no princípio mais elementar do comércio, “as trocas”.

Albertin (1999) aborda os sistemas desenvolvidos para comércio eletrônico como alavancas de novas estratégias de gerenciamento de clientes, conectando diretamente compradores e vendedores, apoiando troca de informações totalmente

Categoria	Ambiente	Facilidades
Negócio – a – Negócio. (B2B)	Entre empresas	Gerenciamento de fornecedor, estoque, canais distribuição, pagamentos
Negócio – a – Consumidor. (B2C)	Vendas de empresas diretas às pessoas	Maior número de informações sobre produtos, facilidade de compras e formas de pagamento, Interação social, gerenciamento de finança pessoal
Intra – organizacional.	Dentro das empresas	Comunicação de grupos de trabalho, publicações eletrônicas, produtividade da equipe de vendas.

Quadro 2 - Categoria para Aplicações E-commerce.

FONTE: Albertin (1999)

SETE MANEIRAS DE UTILIZAR A INTERNET	
1. Realizar pesquisas.	
2. Oferecer informações:	
- Informações sobre produtos, serviços, endereços e história da empresa (Coca - Cola).	
- Suporte técnico a clientes (PalmPilot).	
- Conselhos ao cliente (Clinique,Amazon).	
- Clips de áudio e/o vídeo para amostragem de músicas, livros e vídeos.	
- Informações sobre funcionários e força de vendas.	
- Sistema de informações de revendedoras (Ford).	
- Oferecimento de metainformações (Edmubd's).	
3. Promover fóruns de debate.	
4. Oferecer treinamento.	
5. Oferecer compras e vendas on-line.	
- Canal adicional de pedidos (Dell).	
- Canal único de pedidos (Cdnw,Amazon).	
6. Promover leilões e trocas on-line.	
7. Oferecer produtos ou serviços na forma de bits.	

Figura 3 - Sete Maneiras de Utilizar a Internet.

FONTE: Kotller(1999)

digitais entre ambos. Eliminam os limites de tempo e lugar, apoiando a interatividade e adaptando-se dinamicamente ao comportamento do cliente, além de permitir a atualização de preços e condições de pagamento em tempo real. Dividindo o comércio eletrônico em três categorias básicas conforme o Quadro 2.

Kotller (1999), por sua vez, define o comércio eletrônico como sendo as compras e vendas on-line, mas apresenta também

pelo menos outra seis maneiras de como as empresas podem tirar vantagens utilizando a Internet, conforme a Figura 3. Também relaciona nomes marcas e empresas mundialmente conhecidas que já adotaram alguma destas formas de uso.

Para Bloch, Pigneur e Seveg (1996) o uso do comércio eletrônico traz uma série de benefícios ao ambiente empresarial sejam quantitativos ou diretamente mensuráveis e qualitativos de ordem indireta,

Benefício	Origem e Resultados no Ambiente
Promoção Produtos.	Contato Direto com Cliente, maior quantidade de informações disponíveis.
Novo Canal Vendas.	Grande alcance direto a clientes e retornos interatividade.
Economia Direta.	Redução de custos com o uso de estrutura pública e compartilhada tal como Internet.
Inovação de Produtos.	Retorno dos clientes e customizações geram novos produtos que satisfazem melhor as necessidade.
Tempo.	Redução do ciclo de vida entre produzir, vender e entregar graças ágil comunicação.
Serviço a Clientes.	Sistemas inteligentes de apoio a clientes.
Novas oportunidades de negócio.	Amplia capacidade de atuação e melhora o nível de informações entre cliente e produtor.
Relacionamentos.	Construção de sistemas que permitam o atendimento personalizado aos clientes.

Quadro 3 - Benefícios ao Ambiente Empresarial

FONTE: Bloch, Pigneur e Seveg (1996)

conforme o Quadro 3.

Para Yesil (1999), uma das grandes contribuições do comércio eletrônico é a facilitação do processo de compra e venda, através da criação de vitrines virtuais de uma loja no espaço cibernético onde o cliente, através de seu computador doméstico, a qualquer hora do dia ou da noite, pode procurar e adquirir produtos e serviços. Albertin (1999) considera que aplicações de tecnologia da informação voltadas ao comércio eletrônico que mais devem afetar o relacionamento com os clientes são as de home page, e-mail, EDI, home banking e office banking, pois possuem um grande potencial de mudar os processos de negociação entre as empresas e seus clientes. Em contrapartida, estas mesmas aplicações são as que devem contribuir de forma mais significativa para a obtenção de informações sobre os clientes, podendo facilitar a customização dos produtos e serviços, podendo melhorar, de forma considerável, o relacionamento entre ambos.

Uma das grandes contribuições do comércio eletrônico é o grande poder de divulgação de produtos e serviços, além da facilidade de adicionar novas informações e serviços sobre os já existentes de forma rápida, tornado-se instantânea a disponibilização a todos os

interessados. Um dos pontos potenciais do comércio eletrônico reside nas facilidades de identificação de novos produtos e serviços, devido a mudanças nos relacionamentos dos clientes, graças à interatividade gerada neste novo modelo.

No aspecto de novas oportunidades de negócio, as empresas têm trabalhado de duas maneiras distintas, algumas aplicam diretamente em seus negócios o comércio eletrônico e outras o fazem através de parcerias para prestação de serviços on-line ou outra utilização da tecnologia da informação no comércio eletrônico. As empresas de um modo geral, buscam na tecnologia da informação e no comércio eletrônico economia direta, com a redução de custos, aumento da produtividade até a viabilização de atendimento a um número elevado de clientes e transações. Para tanto têm realizado grandes investimentos nesta área, mas não representando maiores custos.

PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A pesquisa de campo investiga o perfil das empresas que utilizam a Internet no Brasil. Os tópicos abordados na pesquisa relacionam-se à identificação da empresa, bem como, informações que permitam avaliar fatores ligados a sua

prática comercial. Estes fatores possibilitam obter as características relacionadas a forma de comercialização, canais de distribuição, atendimento ao cliente, conhecimento do nível de satisfação dos clientes, campanhas de marketing, informações de fornecedores, exploração da Internet e situação da Informática da Empresa, como também investimentos nestas áreas.

O universo de pesquisa está baseado nos endereços eletrônicos (e-mail) do anuário de empresas cadastradas do site www.netbusiness.com.br, divulgado em julho de 1998, através de CD com o título "E-commerce Ready Internet Business". Isto significa dizer que somente foram pesquisadas as empresas que já estavam utilizando a Internet em seus escritórios. Constatou-se que o número total de questionários retornados com respostas válidas

via e-mails foi de 156 (cento e cinquenta e seis); que o número de e-mails não encontrados em função da troca de endereços foi de 1755 (um mil setecentos e cinquenta e cinco). Notou-se também 88 (oitenta e oito) e-mails de auto-reposta, 60 (sessenta) e-mails de pedido informações e traçando elogios sobre a pesquisa e apenas 12 (doze) casos de pessoas que solicitaram a exclusão de seus endereços da lista e exigindo o não envio de novas pesquisas para elas.

Do universo respostas, 19,23% têm a atividade de comércio, 25,64% indústrias e 55,13% atuam na área de serviço, o que vem a confirmar os prognósticos de "Jack Welch" em Slater (1999), o principal executivo do Grupo General Electric, de que a grande saída para os negócios das empresas no final do século XX e século XXI, está em atuar na área de

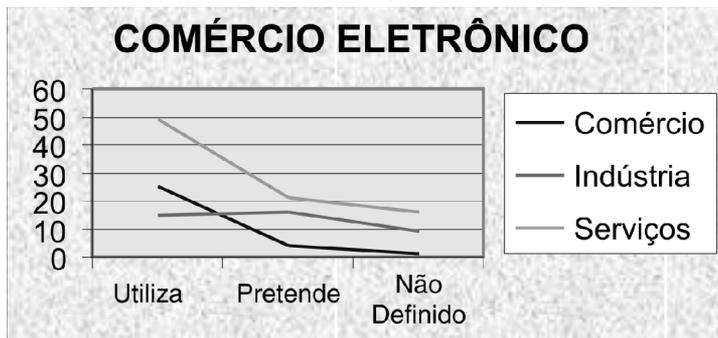


Gráfico 1 - Gráfico da Situação do Comércio Eletrônico nas empresas pesquisadas por atividade.

FONTE: Acervo do autor.

serviços, sendo que 57,05% utilizam o comércio eletrônico, 26,28% não utilizam ainda, mas pretendem até no máximo em 2001 iniciar o uso e apenas 16,67% ainda não utilizam e nem têm definição de pretensão de utilizar, demonstrando 83,33% de empresas que já usam a Internet ou estão aderindo ao comércio eletrônico nos próximos anos, vindo a confirmar os prognósticos da maioria dos autores citados neste trabalho, sobre as grandes tendências e mudanças durante a transição deste milênio.

Após aplicar a regra do Qui quadrado nas questões da pesquisa, em busca da significância desejada, acima de 0.05, esta foi encontrada em apenas duas: atividade econômica e vendas anuais.

Na análise de Vendas Anuais em dólares, existe, conforme o

Gráfico 2, uma distribuição mais equilibrada nas empresas que já usam o comércio eletrônico variando em 25 e 33 nas três faixas de valores. Entre as empresas que pretendem usar, há uma maior concentração nas faixas de até 1 milhão, 19 empresas e acima de 1 milhão, 14 empresas. Isso demonstra que as empresas de vários níveis estão aderindo ao e-commerce, enquanto as empresas que não têm pretensão definida ficam mais concentradas na faixa de até 100 mil com 17 casos.

Destaca-se que a mais antiga que já utiliza o comércio eletrônico foi fundada em 1937 e a mais recente 1998, entre as que têm pretensão de implantar o comércio eletrônico até o ano de 2001, a mais antiga foi fundada em 1925 e a mais recente em 1998, porém a média de ano de fundação fica em torno do ano

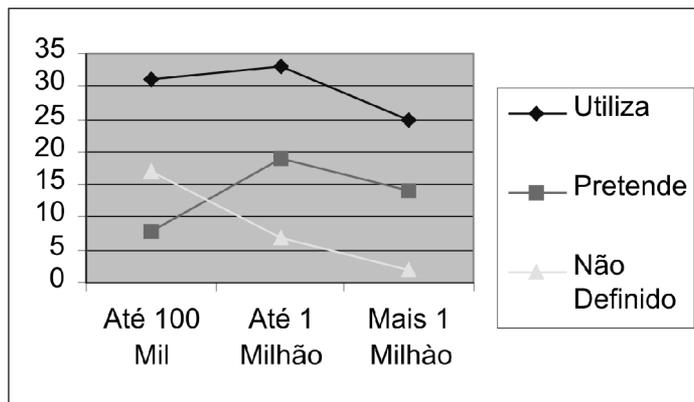


Gráfico 2 - Vendas Anuais

FONTE: Acervo do autor.

de 1978. No Número de Empregados, 74,36% está em até 50 funcionários, demonstrando a tendência mundial de redução do quadro de funcionários diretamente trabalhando nas empresas visando à redução de custos, passando normalmente para terceirização ou uso de trabalhadores temporários.

Nos processos o maior destaque está na Qualidade Total, onde mais de 50% das empresas que usam ou pretendem, já utilizam ou pretendem utilizar também o comércio eletrônico. Próximo a este índice, está a Certificação ISO9000 que também tem esta característica de aceitação nas empresas para o comércio eletrônico e a Reengenharia de Processos chega a índices de 30 % de interesse nas mesmas empresas. Isso demonstra que estas empresas que já usam o comércio eletrônico, estão mais abertas a novos

processos dentro de suas estruturas organizacionais.

As empresas que não têm definição quanto ao comércio eletrônico possuem baixa pretensão para outros processos, em média 19 % para Qualidade Total e Certificação ISO9000 e o índice mais baixo de todos 3,85% de pretensão sobre a Reengenharia de Processos. Isso demonstra que estas empresas não pretendem promover nenhum tipo de mudança significativa nos próximos anos.

No item grau de eficiência atribuído, conforme Gráfico 1.3, as empresas que já utilizam o comércio eletrônico há mais tempo, têm índices médios de eficiência mais altos que as empresas que utilizam o E-commerce há menos tempo. Isto normalmente ocorre porque quanto mais tempo a empresa emprega o comércio eletrônico, mais ela conhece seus clientes,

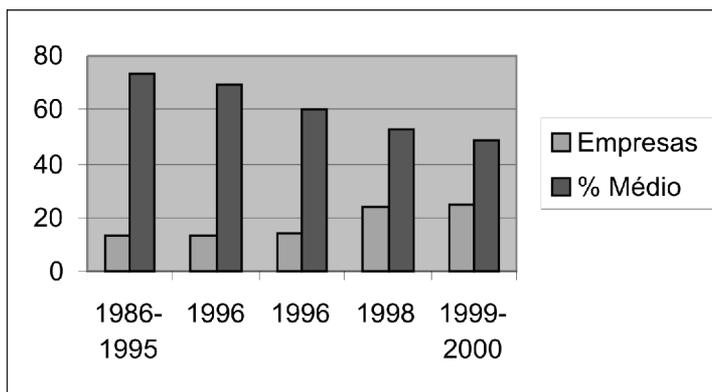


Gráfico 3 - Eficiência Comércio Eletrônico/Número Empresa por Faixa Anos
 FONTE: Acervo do autor.

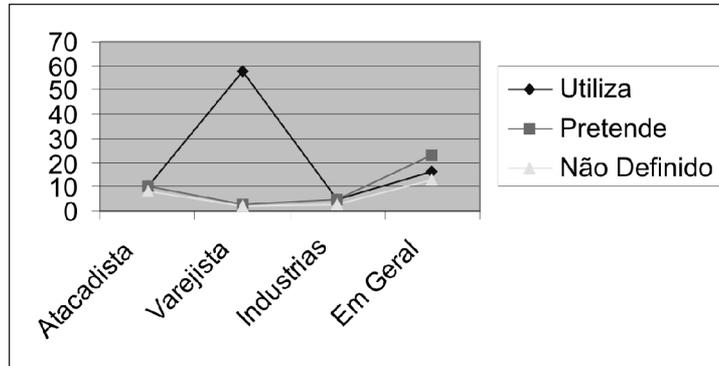


Gráfico 4 - Tipos de Cliente.

FONTE: Acervo do autor.

costumes e a linguagem a ser empregada para vender seus produtos e serviços.

O tipo de cliente predominante nas empresas pesquisadas que utilizam efetivamente o E-commerce são comerciantes varejistas, 58 (65,17% das que usam e-commerce). Isso demonstra o que Albertin (1999) cita "que o maior volume de investimentos em comércio eletrônico inicialmente será destinado para as transações

negócio-a-negócio" ou "business to business" (B2B), uma vez que são facilitados pelo maior volume financeiro e a maior probabilidade de haver o uso de tecnologias adequadas por parte do cliente. Num segundo momento os investimentos serão mais focados em transações negócio-a-consumidor ou "business to consumers" (B2C), o que também é demonstrado no Gráfico 4, onde das empresas que pretendem usar o comércio

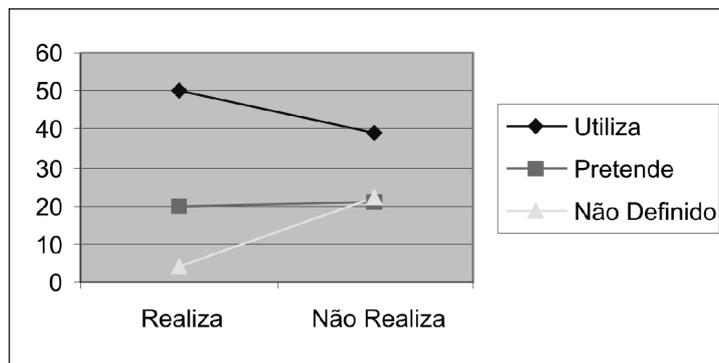


Gráfico 5 - Gráfico Realização Pesquisa Satisfação Cliente.

FONTE: Acervo do autor.

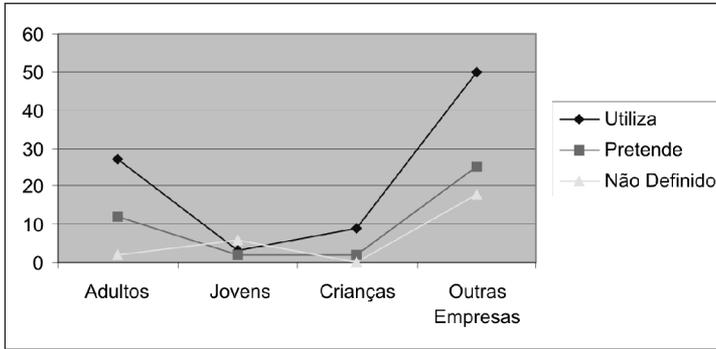


Gráfico 6 - Público Alvo
 FONTE: Acervo do autor.

eletrônico, 23 casos, têm clientela "Em Geral", grupo que engloba outros tipos de clientes e principalmente consumidores finais.

A "pesquisa da satisfação do cliente", fato ligado à manutenção do cliente conquistado, foi um grande destaque principalmente das empresas que usam o comércio eletrônico, sendo situação inversa nas empresas sem definição e há um equilíbrio nas empresas que pretendem, conforme demons-

trado no Gráfico 5.

Outro destaque nos serviços de pós-venda foi o SAC onde 13 empresas (menos de 9%) pesquisadas, identificaram a sua inexistência. A grande maioria usa o telefone, seguido de perto pelo e-mail. Obviamente, geram a situação inversa no caso das empresas que utilizam o comércio eletrônico.

Na pesquisa o público alvo indica o maior índice para o tipo negócio-a-negócio (B2B), dando

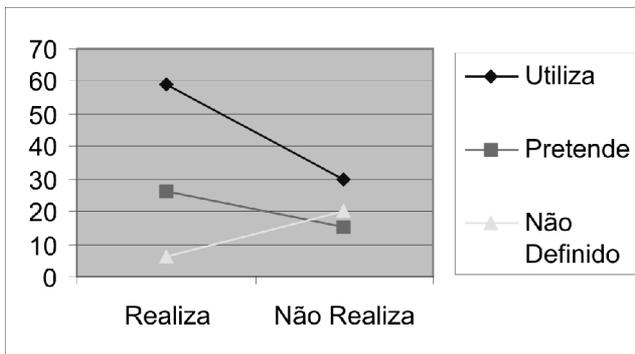


Gráfico 7 - Atendimento Personalizado
 FONTE: Acervo do autor.

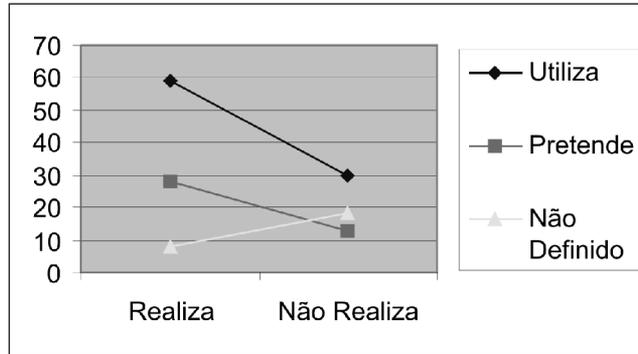


Gráfico 8 - Gráfico Investimentos em Marketing
 FONTE: Acervo do autor.

prioridade ao atendimento de outras empresas. Outro item em evidência são clientes da faixa adulta, que obviamente possuem maior poder aquisitivo, seguido ainda pelas crianças e posteriormente pelos jovens. Reforçando mais ainda a preocupação com o cliente e sua satisfação, as empresas que usam ou pretendem usar o comércio eletrônico realizam atendimento personalizado a seus clientes com índices de 66,29% e 63,41% respectivamente. E médias de 75,59% e 80,65% dos números de vendas totais, com índices que variam entre 5 e 100% destas vendas.

Sobre as campanhas de marketing e publicidade, o maior destaque ficou com investimentos em marketing e um número expressivo de empresas que usam ou pretendem usar o e-commerce, conforme Gráfico 1.8. Nessas empresas, a média de investimentos fica de 9,42% e 10,46 % respectivamente, contra

apenas 4,38% das empresas que não pretendem usar o e-commerce.

O envio de mala direta aos clientes varia entre 63,41% e 82,02% das repostas obtidas o que indica a existência de bancos de dados sobre os clientes das empresas pesquisadas, o que possui uma grande importância na opinião de Geller (1998) para o contato com os clientes.

Também existe a preocupação das empresas em manter seus clientes, onde 60% destas possuem programas de fidelização dos clientes. Até mesmo metade das que não têm pretensão de usar o comércio eletrônico definido. O meio de comunicação usado para as campanhas de marketing, em que as empresa poderiam optar por mais de uma opção simultaneamente, o grande destaque ficou com a Internet 116 casos (74,36%), seguido pelos 91 casos de jornais e

revistas (“imprensa escrita” 58,33%) seguido pelo correio, rádio e televisão. Na periodicidade de lançamento de novos produtos, o maior destaque ficou na semestral, porém não há um equilíbrio com os demais períodos.

Nas “Equipes de Vendas”, o maior índice encontrado está nas empresas que já utilizam o E-commerce, que somam 60 casos, o que demonstra o uso de comércio eletrônico em meios como EDI, Home Banking e outros citados por Albertin (1999).

Entre as empresas pesquisadas, a mais antiga das áreas de informática iniciou em 1973 e a mais recente em 2000. Nota-se que na época de 1973, havia domínio absoluto dos mainframes. Já a mais recente, está na faixa das empresas que pretendem usar E-commerce. Das empresas que não têm pretensão definida acerca do E-commerce, a mais antiga é de

1980 onde os microcomputadores iniciaram seu reinado. Quanto às empresas que utilizam o comércio eletrônico, suas áreas de informática são mais jovens 1984 a 1999 e indicam uma maior receptividade e assimilação de novas tecnologias por parte de seus dirigentes.

Em nível de investimentos na área de informática, as empresas que pretendem usar o E-commerce estão investindo fortemente com a média de 17,26% sobre o faturamento, variando entre 0,50 e 60%. Em um nível mais baixo de investimentos, estão as empresa que já usam o E-commerce 12,19%, possivelmente porque já fizeram um investimento inicial de forma mais agressiva. Obviamente, as empresas que não têm pretensão definida de usar o E-commerce têm a mais baixa média de todas 5,33 % sobre o faturamento, investimentos apenas para manutenção dos sistemas já existentes.

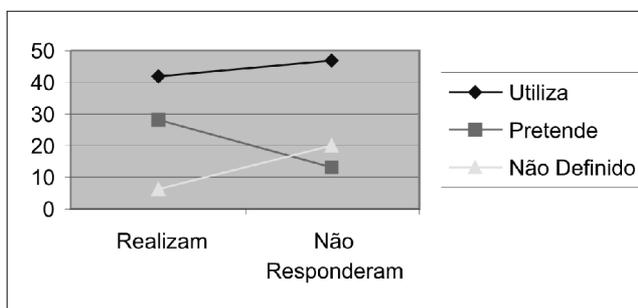


Gráfico 9 - Investimentos na área de Informática

FONTE: Acervo do autor.

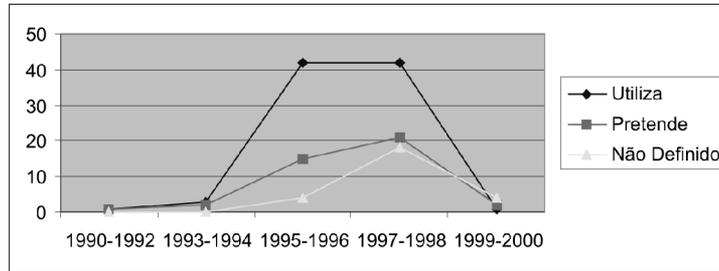


Gráfico 10 - Ano Início Uso da Internet.
 FONTE: Acervo do autor.

Quanto ao número de funcionários, a grande maioria possui até 5 funcionários de informática 115 casos. Na faixa de 6 até 10 funcionários, a liderança é das empresas que usam o E-commerce 17 casos.

No item "Serviço de Software" a grande maioria 106 casos (67,95%) utiliza software e serviços próprios contra 36 casos (23,08%) de terceirizados. Este índice é menor, 19,10%, para as empresas que usam o E-commerce, possivelmente em função da necessidade de atualizações e melhoramentos constantes visando um melhor

atendimento aos interesses dos clientes.

O grande domínio no item equipamento fica por conta das redes de micros principalmente nas empresas que usam e as que pretendem usar o E-commerce, entre 73 e 33 casos respectivamente, o que vem a confirmar que é a melhor plataforma para trabalhar com aplicações de Tecnologia da Informação e E-commerce. O índice apenas é mais baixo nas 18 empresas que não têm pretensão definida quanto ao comércio eletrônico, pois elas têm o maior índice de mainframes, 5 casos.

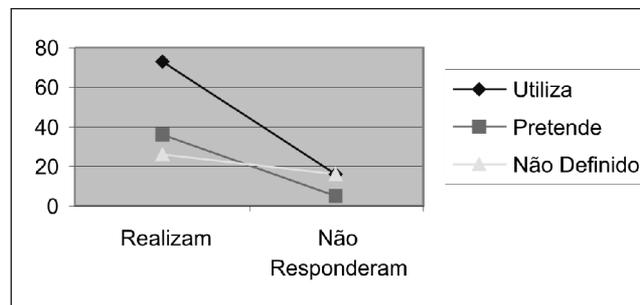


Gráfico 11 - Gráfico Investimentos na Internet.
 FONTE: Acervo do autor.

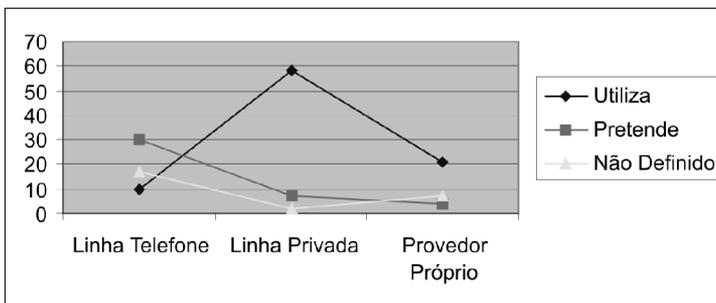


Gráfico 12 - Acesso à Internet

FONTE: Acervo do autor.

O ano de início da Internet foi o de 1990 para as empresas que utilizam ou pretendem utilizar o E-commerce e de 1996 para as empresas que não têm pretensão. Isso demonstra que a tendência das empresas mais antigas na Internet investirem primeiramente em comércio eletrônico, principalmente por estarem mais familiarizadas com seus recursos e potencialidades, conforme Gráfico 1.10.

Quanto à realização de investimentos na área de Internet, conforme o Gráfico 11, estão na liderança as empresas que usam

o E-commerce. O percentual médio apurado é bastante expressivo, na ordem de 13,87% nas empresas que não têm definição quanto ao uso do E-commerce, mas que pelo que demonstram estão buscando conhecer melhor este novo meio de comunicação, enquanto nas demais empresas fica em torno de 8 a 9%.

Outro fato ligado a esta perspectiva, demonstra que as empresas que ainda não estão usando o E-commerce, têm seu acesso à Internet via linha telefônica. As empresas que já

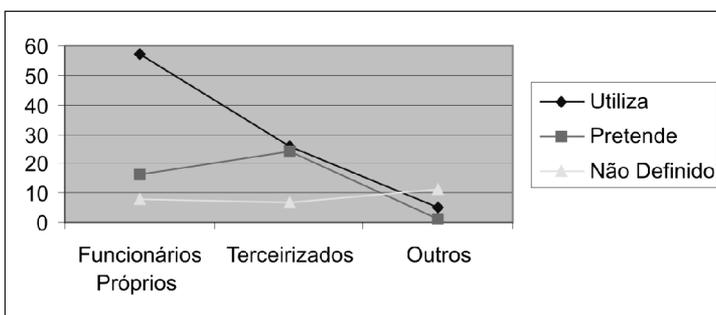


Gráfico 13 - Serviços de Home Page

FONTE: Acervo do autor.

utilizam o comércio eletrônico, conforme Gráfico 12, em sua grande maioria possuem linha privada de acesso ou provedor próprio.

As empresas que já utilizam o E-commerce também lideram o uso de funcionários próprios para os serviços de home page em 58 e 21 casos conforme o Gráfico 13 de serviços terceirizados. Já as empresas que estão em busca do E-commerce até o ano de 2001, utilizam serviços terceirizados em 24 casos e 16 casos com funcionários próprios. Enquanto 11 das empresas que não têm pretensão definida não possuem dados acerca deste assunto.

O uso da Internet em todas as três faixas de empresa, questão que também permitia a escolha simultânea de mais de um item, está entre 127 casos para consulta/pesquisa e 133 casos

fazem uso de correio eletrônico (e-mail). A divulgação (marketing) via Home page também tem índices neste nível mas somente para as empresas das duas primeiras faixas. A última está apenas com 124 casos, conforme o Gráfico 13.

A compra via Internet também está presente com índices de 91 casos nas três faixas de empresas, porém a venda está mais presente apenas na faixa de empresas que já utilizam o comércio eletrônico, assim como para oferecer treinamentos e na promoção de leilões.

RECOMENDAÇÃO DE TRABALHOS FUTUROS

Apresentam-se, a seguir, algumas recomendações que possam vir a orientar futuras pesquisas e estudos a respeito:

- Continuar a pesquisa atual,

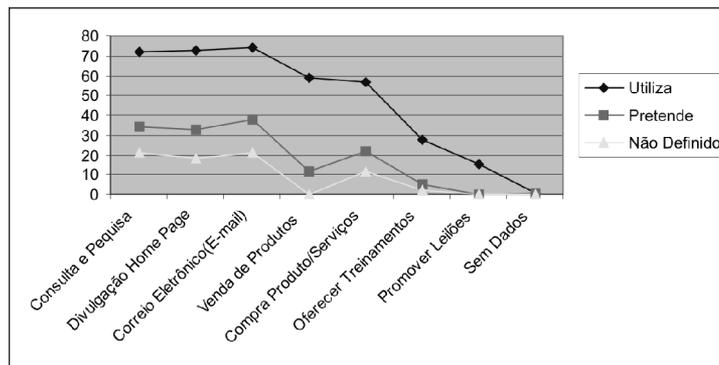


Gráfico 14 - Uso da Internet.
 FONTE: Acervo do autor.

efetuando as devidas modificações que se fizerem necessárias, com outras amostras de empresas, tanto em nível nacional, como em nível mundial.

- Realizar a pesquisa atual com outros segmentos que não tenham tido acesso à Internet,

para que se possa efetuar as respectivas comparações.

- Explorar características necessárias aos softwares de comércio eletrônico, voltadas a cada atividade e ramo comercial, bem como às características do tipo de clientela.

I – Dados Empresa	II – Atuação Mercado
Mais dispostas a usar outros processos.	Atividade comércio e prestação de serviços.
Faturamento anual próximo de 1 milhão de dólares.	Ramos de Informática e Gêneros Alimentícios.
Até 50 funcionários.	Vendas focadas no mercado nacional.
III – Serviço Pós – Venda	Equilíbrio aquisição do mercado nacional/importações.
90% possui SAC- serviço de atendimento ao consumidor.	Clientela, varejistas e consumidores em geral.
SAC via telefone e e-mail como meio de comunicação.	A maioria desconhece sua participação de mercado.
Mecanismos de assistência técnica diversificados.	30% realiza pesquisa de prospecção de mercado.
50% realiza pesquisa satisfação dos clientes.	
IV – Perfil do cliente	V – Campanhas de marketing
Entre 43 e 49% fazem pesquisas de perfil da clientela.	Campanhas de marketing mensal e trimestral
Até 1000 clientes.	Investimentos marketing 10% das vendas.
Público principal outras empresas e adultos.	Meios de comunicação: Jornais - Revistas, correio e rádio.
63% de atendimentos personalizados.	Enviando constantemente mala direta.
Melhoria médias nas suas vendas entre 19 e 26%.	média de 60%Programas de fidelização de clientes.
VI – Área de Vendas	VII – Compras
Lançamento de novos produtos mensal e semestral.	Recebimento produtos via transportadora .
Campanha de vendas mensal.	Mecanismos compras Fone/Fax, representante e Internet.
Equipes de vendas forte uso Internet, vendedor interno.	30% fazem contratos e parcerias em processos de compras.
Representante, Telemarketing e marketing direto.	IX – Internet
Distribuição produtos nas diversas formas pesquisadas.	Entre anos de 1990 a 1999. Investimentos .
VIII - Área de informática	Média de 8% sobre vendas.
12 a 17% de investimentos sobre vendas .	Acesso Linha privada e provedor próprio.
Entre até 5 e até 10 funcionários .	Confecção home page própria.
Serviços e software próprios.	Usam fortemente: pesquisa, correio eletrônico, compra e venda de produtos/serviços,
Equipamento Redes de micros.	Menor quantidade treinamentos e promoção de leilões.
Média nos anos 90 uso computadores.	

Quadro 3 - Principais Indicadores da Pesquisa

FONTE: Acervo do autor

- Fazer a pesquisa acompanhando a evolução das empresas e as características das empresas em novas práticas comerciais.

CONCLUSÕES

A prática da comercialização confunde-se com a história da humanidade, iniciando como as primeiras trocas de mercadorias realizadas pelos povos da antigüidade. Essa prática passou por diferentes estágios evolutivos até os dias atuais quando se está instalando a prática do "E-commerce" ou "Comércio Eletrônico" que deve alterar profundamente alguns princípios e métodos dominantes até o presente momento.

As características com maior grau de significância que foram evidenciadas nas empresas que usam ou pretendem usar o E-commerce são o valor de vendas anuais, atividade econômica, os principais clientes, realização de pesquisa satisfação cliente, o público alvo, o atendimento personalizado, a origem das compras, os investimentos nas áreas de marketing, informática e Internet, o modo de acesso e uso da Internet e os Serviços Home Page.

Os processos de mudança tal como, reengenharia de processos, certificação ISO9000 e qualidade total, embora não apresentem a significância esperada, foram encontrados em maior

número dentre as empresas que já usavam ou pretendiam usar o E-commerce.

Características mais evidenciadas, de um modo geral, no perfil das empresa pesquisadas que usam ou pretendem usar o E-commerce estão no Quadro 3, que traz um panorama geral da situação.

Portanto, estão se confirmando as previsões de que as empresas estão evoluindo de forma gradual para as novas formas de comercialização eletrônica, normalmente por força de mercado e/ou por necessidade competitiva de expandir para novos nichos. O Comércio Eletrônico tem se mostrado uma excelente forma complementar de comercialização e propaganda para empresas que já possuem nome no mercado, mas também traz vantagens de menor escala para as empresas que estão iniciando sua consolidação.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação.** São Paulo: Atlas, 1999.

CAMERON, Debra. **Eletronic commerce: the new business platform of the Internet.** Charleston: Computer Technology Research Corp., 1997.

CASHIN, Jerry. **Web commerce: Developing and Implementing Effective Business Solution.** Charleston: Computer Technology Research Corp., 1999.

CEBRIAN, Juan Luis. **A Rede.** São Paulo: Summus, 1999.

CORTES, Pedro Luiz. **WEB Marketing.** estabelecendo vantagens competitivas na Internet. São Paulo: Érica, 2001.

GELLER, Louis K.. **Respostas Rápidas em Marketing Direto.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KALAKOTA, A.; WHINSTON, A . **Eletronic commerce: a manager's guide.** NEW YOURK; Addison-Wesley, 1997.

KOBAYACHI, Cíntia. **Webdesigner.** estrutura e programação. São Paulo: Érica, 2001.

KOTLLER, Philip. **Marketing para o Século XXI.** São Paulo: Futura, 1999.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Varejo.** São Paulo: Futura, 1992.

PAPPERS, D.; ROGERS, M. **Marketing um a um.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

RIBERIRO, Humberto Luiz. **Comércio Eletrônico.** Brasília-DF : CNI : IEL, 1998.

SANDHUSEN, Richard. **Marketing Básico.** São Paulo: Saraiva, 1998.

SLATER, Robert Jack Welch. **o Executivo do Século: os insights e segredos que criaram o estilo GE.** São Paulo: Negócio Editora, 1999.

SZUPROWICZ, Bohadan. **E-commerce business strategies for the future.** Computer Technology Research Corp, 1998.

STERNE, Jim. **Marketing na web.** integrando a web à sua estratégia de marketing. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TREPPER, Charles. **Estratégias de e-commerce**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de , Roberto Luis Troster. **Economia Básica**. São Paulo : Atlas, 1998.

VASSOS, Tom. **Marketing Estratégico na Internet**. São Paulo: Makron Books, 1997.

VENETIANER, Tom. **E-commerce na corda bamba**. um guia prático sobre os erros em comércio eletrônico e como evitá-los. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

YESIL, Magdalena. **Creating the virtual store**, Rio de Janeiro: Infobook, 1999.

Revista científica da unidavi

Chamada para artigos

A Revista Científica da UNIDAVI é uma publicação periódica (semestral), que busca problematizar, divulgar e empreender reflexões relativas ao campo educacional, privilegiando artigos produzidos e elaborados pelos professores da instituição e fora dela.

Serão considerados para publicação: artigos científicos e resenhas. As publicações visam contribuir para divulgação de estudos e pesquisas bem como difundir o conhecimento resultante das diferentes atividades de pesquisa realizadas na instituição pelos professores.

Normas para apresentação

Gerais

A Revista Científica da UNIDAVI publica trabalhos originais de colaboradores professores da UNIDAVI. Deverão ser inéditos possuir consistência teórica e apresentar contribuição relevante para a educação e atender às normas para a publicação. Aos autores dos textos-artigos aprovadas serão encaminhados um exemplar da edição.

Apresentação e estrutura do artigo:

Serão aceitos textos em português, inglês e espanhol.

Os originais deverão conter, no mínimo 12 páginas e no máximo, 26 páginas, incluindo resumo, tabelas, ilustrações e

referências. Quanto as resenhas deverão conter, no mínimo 03 paginas e no máximo, 03 páginas.

Quanto ao trabalho

Os trabalhos ou resumos deverão utilizar o processador de texto Microsoft Word, versão 6.0/95 ou superior, tamanho do papel: A4 (210 x 297mm) orientação retrato, margens, superior 30 mm, inferior 20 mm, direita 20 mm e esquerda 30 mm. Não enumerar as páginas. Todo texto deve ser digitado em MS.Word, com a fonte Arial ou Times New Roman, de tamanho 12.

Quanto ao título do trabalho

O título deve vir centralizado, em Fonte Arial, tamanho de fonte – 12, em negrito e maiúscula. Após o título do trabalho (caixa alta), chamada com número elevado (nota de rodapé) '1', a qual se associa a natureza do trabalho, por exemplo: Projeto de Iniciação Científica ou Pesquisa Desenvolvida na Disciplina de Metodologia Científica.

Quanto ao(s) nome(s) dos envolvidos no trabalho:

Escritos dois espaços abaixo do título do trabalho. Requerem novas chamadas de número elevado (notas de rodapé), ordenadas, identificando orientador e acadêmicos. Podem ser acrescentados endereço e E-mail. Utilize-se o mesmo tipo de letras do texto, mas o tamanho da fonte deve ser 10.

Quanto aos autores:

Os nomes dos autores devem estar dois espaços abaixo do título, centralizados com as iniciais dos prenomes seguidas de ponto e o sobrenome por extenso em letras maiúsculas. Seguido do(s) nome(s) autor(es) (em itálico) e titulação. Em caso de mais de um autor, seus nomes serão separados por ponto e vírgula.

Abaixo dos nomes dos autores, deve-se redigir, centralizado, o endereço completo, nome da instituição e endereço eletrônico.

No caso de artigos científicos

Resumos/abstract, palavras-chave (também em inglês), materiais e métodos, tabelas, ilustrações, conclusões e referências.

Quanto ao texto do resumo:

Deve constituir-se num texto redigido de forma cursiva, concisa e objetiva. Limita-se a um parágrafo, devendo incluir palavras representativas do assunto. O texto do resumo deve vir abaixo do nome e endereço do(s) autor(es), após um espaço simples, contendo de 250 palavras. Trazendo apenas as informações mais significativas, tais como: introdução, objetivos, metodologia, resultados obtidos (parciais ou finais) e conclusões pertinentes.

O corpo do artigo deve vir precedido de um resumo do conteúdo, em portu-

guês, e outra língua estrangeira.

O resumo é constituído num único parágrafo, especificando o objetivo do trabalho, uma breve descrição da metodologia, os principais resultados e as conclusões.

Palavras-chave:

e devem constar no mínimo três e no máximo cinco palavras-chave.

De um modo geral, o corpo do trabalho deve conter: introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências.

As páginas deverão ser numeradas no canto superior direito a começar da página-título.

As ilustrações deverão ser numeradas seqüencialmente em algarismos arábicos na ordem que são inseridas no texto. O mesmo procedimento deverá ser observado quanto às tabelas que receberão numeração independente, devem conter Titulação no cabeçalho e a Fonte. Os números deverão aparecer também nas costas de todos os originais e cópias para melhor identificação. As fotografias, gráficos ou tabelas serão publicadas, em preto e branco, com dimensões mínimas de 10 x 7 cm. Toda arte-final deve estar pronta para publicação e as imagens em extensão JPG. NBR 12256 da ABNT.

Notas de rodapé:

Devem ser indicadas no texto com número seqüenciais.

Referências:

Devem ser apresentadas em ordem alfabética, e seguir as condições exigidas para fazer referências às publicações

mencionadas no trabalho serão estabelecidas segundo as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), expressas na norma NBR 6023.

Endereço para envio de artigos

Os artigos para a Revista UNIDA-VI, o original, uma cópia completa e o disquete deverão ser enviados para o PROPPEX (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão) Rua: Dr.

Guilherme Gemballa, 13 – Cx Postal, 193 – Centro CEP. 89160-000, Rio do Sul, aos cuidados do professor MSc. Ilson Paulo Ramos Blogoslawski. ou entre em contato via e-mail: ilson@unidavi.edu.br / adriana@lab.unidavi.edu.br

A responsabilidade pelas afirmações e opiniões contidas nos trabalhos caberá inteiramente ao(s) autor(es) e a revisão metodológica.

MOVIMENTOS DE AUTORIA: UM DIÁLOGO COM OS ACADÊMICOS DO CURSO DE LETRAS¹

Flávio Joaquim Fronza²

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar os primeiros resultados do projeto-piloto realizado com alunos do curso de Letras da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, tendo como tema central da pesquisa a ser realizada, a discussão da função (discursiva) do autor. O interesse, do pesquisador, surgiu a partir da palestra sobre: O Escrever na Academia: Movimentos de Autoria (Souza). A categoria autor, discutida nas obras de Foucault e Orlandi, "O que é um autor?" e "Discurso e Leitura", serviu como base teórica deste projeto. Ambos falam a respeito da função do sujeito-autor e da responsabilidade que é assumir diante da instituição-escola e fora dela o seu papel social. O questionário aplicado apresentou três questões sobre a autoria. Destaca-se a questão central da pesquisa: "No que se refere à produção textual escrita, o que você entende por autoria?". As repostas revelaram um quadro preocupante, pois os alunos do curso de Letras, não demonstraram saber, com convicção, o que significa ser autor. Percebe-se que para esses alunos e quem sabe quantos mais nos cursos de Letras, as funções do sujeito hierarquizadas por

Orlandi, locutor, enunciador e a que mais nos interessa, autor, são desconhecidas.

Palavras-chaves:

Autoria; autor; sujeito-autor.

ABSTRACT

The article has as goal to present the first results of the pilot-project made with students from the Letters course from the Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, having as central theme of the research to be developed, the discussion of the function (discursive) from the author. The aim, of the researcher appeared from the speech about: The Writing in academy: Movements of authorship (Souza). The category author, discussed in the works of Foucault and Orlandi, "What is an author?" and "Speeching and reading", was used as theoretic basis of this project. Both are concerning about the function of the author's subject and the responsibility that is to assume its social role in the presence of the school institution. The questionnaire applied introduced three questions about the authorship. Showed up the

1 Este artigo é resultado das reflexões do seu autor, após a apresentação de pôster no III Congresso Internacional de Educação - Educação na América Latina nestes Tempos de Império, na UNISINOS em São Leopoldo RS, em Setembro/2003.

2 Professor Universitário da UNIDAVI do Curso de Letras. Mestrando em Educação pela FURB.

central question of the research: "Being concerned to the writing textual production, what do you understand for authorship?" The answers developed and awkward situation, for the student's of the course of Letters did not indicate that they knew with certainty what means being an author. It's evident that for these students and who knows many more in the Letters courses, the functions of the subject acquired for Orlandi, announcer, enunciater and what most concerns us, author, are unknown.

Key words:

Authorship; author; author's subject.

INTRODUÇÃO

O que se apresenta buscará discutir aspectos relacionados ao trabalho do professor de Língua Portuguesa com alunos do curso de Letras sobre a autoria de textos escritos. Percebe-se, trabalhando com aulas de redação, que parece haver uma certa acomodação por parte dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, professores e alunos, no qual ambos estariam presos à estruturação de modalidades textuais prontas, esquecendo-se da importância da autoria destes textos. Tal situação pode e parece atender necessidades básicas e uma

especificidade: a estrutura de textos que o cotidiano de sala de aula exige para trabalhos escolares.

Não é pretensão deste artigo solucionar a complexa questão da autoria no que se refere à produção textual escrita, mas sim, discutir com a comunidade acadêmica e instituições ligadas à Educação, o papel da escola, representada na figura dos professores, principalmente os professores de Língua Portuguesa, que é proporcionar aos alunos os conhecimentos e condições para que eles possam ser autores competentes e conscientes do que dizem em seus textos.

A realidade social em que vivemos não "aceita" mais um aluno sujeito-enunciador (nas palavras de Orlandi), mas precisa de um aluno sujeito-autor atuante, crítico, autônomo e participante que, a partir da sua autoria e a partir da realidade, esteja apto a interpretá-la e analisá-la, saindo da situação sujeito-acomodado e reproduzidor de modelos textuais. Essa tarefa cabe ao professor de Língua Portuguesa.

Discutir uma categoria tão importante como a autoria de textos escritos com os alunos do curso de Letras é iniciar uma nova concepção de produção textual na escola. Essa discussão, talvez, seja o caminho para que alunos e professores se libertem

das velhas fórmulas para escrever “bem”, que até hoje só produziram desinteresse, desgosto e aversão pela escrita.

AUTORIA - O INTERESSE PELO TEMA

“Vivo, sobrevivo, porque tenho esse recado, esse telegrama a entregar.”

(Otto Lara Resende) ³

Todas as pessoas têm um recado, um telegrama a entregar. Nesse contexto é importante ressaltar que o canal de comunicação mais utilizado pelas pessoas tem sido a linguagem oral, pois são poucos os que buscam na linguagem escrita uma possibilidade concreta de registro de idéias, valores e juízos.

A escrita, responsável, transgressora, passível de punição e comprometida com a sociedade, nos remete à questão que tem mostrado uma cumplicidade discreta por parte daqueles que ensinam e dos que aprendem a escrever na escola, *uns fazem de conta que ensinam e outros fingem que aprendem* (Vasconcelos, 1993) a questão da autoria.

Autor aqui é entendido enquanto sujeito que produz e cria os seus textos escritos a partir da realidade sócio-histórica em que vive, pois segundo Orlandi (1993, p. 79), “Para que o sujeito se coloque como autor,

ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica”.

A autoria, que se manifesta em vários momentos da atividade escolar, não pode ser vista como um privilégio de poucos, ou pior, um dom dos escritores consagrados. Os alunos precisam saber o quanto é importante e gratificante ter seus textos lidos por outras pessoas e que, mesmo sujeito às críticas, contribuem com a comunidade discursiva na qual se inserem.

O QUE DIZEM OS AUTORES SOBRE AUTORIA

“Nem escritor, nem sujeito: apenas Autor”

(Eni Pulcinelli Orlandi)

A leitura das obras de Orlandi (1993) e Foucault (1992) servem como base teórica deste estudo. Orlandi discute a função do sujeito-autor e a responsabilidade que é assumir diante da instituição escola e fora dela (outras instituições) este papel, ou seja, ao assumir esta categoria (autor) o sujeito torna-se responsável pelas transformações, críticas e outros movimentos que o texto produzido

³ Extraído do Livro: Redação para o 2º grau: pensando, lendo e escrevendo, de Ermani TERRA.

possa causar na sociedade a partir do momento em que se torna público.

Dentre as funções hierarquizadas por Orlandi (1993), locutor, enunciador e autor, percebe-se que é na função de autor que o sujeito está mais afetado pela sociedade e suas regras.

“O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido. Não basta ‘falar’ para ser autor; falando, ele é apenas falante. Não basta ‘dizer’ para ser autor; dizendo, ele é apenas locutor. Também não basta enunciar algo para ser autor”.

Orlandi (1993, p. 79).

Se não basta “falar”, “dizer” ou “enunciar”, acredita-se que o aluno deva trazer para os textos escritos o “seu” discurso, mesmo estando atravessado por tantos outros, não devendo ele (o aluno) viver na escola um apropriar-se de discursos dos professores e da sociedade.

Foucault (1992, p. 46), faz as seguintes colocações sobre a função autor: *“A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.”*

Ainda sobre essa função, o mesmo autor afirma que *“Os textos, os livros, os discursos*

começaram efetivamente a ter autores na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores” (p. 47).

Ao analisar as palavras de Foucault (1992) e Orlandi (1993), percebe-se que os autores concordam quanto à responsabilidade sócio-histórica de quem escreve assumindo a função-autor. Percebe-se ainda que, a função-autor não se constrói somente através da criatividade de quem produz textos, mas sim, do modo como esses textos chegam à sociedade e ainda, as transformações que lá ocorrem em função das palavras do texto. Transformações que atingem tanto quem escreve quanto aquele que lê o texto.

A IMPORTÂNCIA DO TEXTO ESCRITO

Criar é o ato supremo da liberdade. Por isso, quando o artista cria, de certo modo decide os caminhos do mundo. Produto, portanto, da liberdade, esse novo mundo ficaria ignorado na sua inovação, se não se encerrasse uma mensagem que pudesse se revelar aos homens.

(Volnyr Santos, 2002)

Quando se pergunta aos alunos: Para quem escrevemos quando estamos na escola? As respostas têm revelado, nos

diversos níveis de escolaridade, Ensino Fundamental, Ensino Médio e no Ensino Superior, pelo qual se tem especial interesse, uma situação que preocupa, pois os estudantes dos referidos cursos afirmaram, num primeiro momento, que escreviam por serem obrigados pelo professor e num segundo momento vêm no mesmo professor um confidente textual, leitor privilegiado de textos produzidos para escola e não na escola.

Um leitor privilegiado. Esta função do professor perde força quando se verifica um esforço enorme por parte dos alunos, em todos os níveis, para esconder sua produção. Basta observar algumas situações, até certo ponto engraçadas, como a de colocar os textos produzidos nas aulas de redação sempre embaixo de outros textos ou esconder com as mãos, das vistas do professor o texto que está sendo produzido no momento que o professor se aproxima e tenta participar com observações e sugestões para melhorar o trabalho do aluno.

Diante de afirmações e ações como essas, pode-se deduzir que os alunos têm escrito, na verdade, para os professores, para eles mesmos ou nem isso acontece, pois a maioria dos textos que se escreve na escola torna-se material reciclável no final de mais um ano letivo.

Para Geraldi apud Orlandi

(1993), produzir textos para a escola é ter como estímulo de escrita, situações muitas vezes irreais e atípicas ao aluno, forçando-o a escrever para o professor avaliar, não oferecendo funcionalidade ao processo de escrever. Já, produzir na escola é ter esse ambiente como contexto de produção para textos que extrapolem os muros escolares, que tenham funcionalidade na vida real; é ter a escola e o professor como instrumentalizadores do processo, não como interlocutores únicos.

A importância do texto escrito revela um consenso entre diversos autores (Orlandi, 1993, Cassani, 1999, André, 1998) que tratam deste tema em suas obras, nas quais destacam aspectos sobre: o domínio da palavra escrita, sua utilização e o crescimento do indivíduo enquanto sujeito. A partir dessa premissa, seria importante ressaltar qual a função social da escola, sua preocupação com a produção do texto escrito e, principalmente, qual a interferência do professor de Língua Portuguesa, nas aulas de redação, no processo da formação do sujeito-autor.

A cultura tradicional da sala de aula, que ainda permeia as escolas, tem impedido que os alunos adquiram expressão própria, sendo necessário mudá-la, substituí-la e inová-la, para que o aluno saiba e possa

desenvolver sua capacidade de comunicação, sentindo-se, vendo-se e sendo autor através do texto escrito.

Ao perceber que existe um mundo a sua volta e a responsabilidade que tem para com este, o aluno deveria produzir textos buscando sua autoria, através da individualidade e autonomia, apesar de toda intertextualidade e interdiscursividade existentes na história da humanidade. Esta responsabilidade da autoria, o compromisso social que um texto pode assumir e a diversidade de leitores assusta, não só os alunos, mas também os professores, fato que caracteriza a cumplicidade velada citada anteriormente, ou seja, temos uma peça teatral muito bem ensaiada no que se refere ao papel de cada artista, uns parecem ensinar e outros parecem aprender a escrever.

Escrever, nas palavras de Volnyr Santos, é um ato de grande importância; é uma forma de auto-afirmação; é o desejo de se comunicar. Neste ato de comunicação fica claro que escrever significa traduzir em palavras o que se pensa. Portanto, quem reproduz os lugares-comuns, idéias prontas e os esquemas facilitadores, na realidade não se expressa. Uma escola dialógica respeita a história de cada indivíduo e sabe que o texto é uma forma de mostrar quem somos, o que

pensamos a respeito de determinado assunto. Hegel afirma que o que determina a diferença determina a identidade.

CONVERSANDO COM OS ALUNOS DO CURSO DE LETRAS SOBRE AUTORIA

“Enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a ascensão social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica.”

(Marcos Bagno)

A pesquisa ocupa hoje um lugar privilegiado na vida dos profissionais que trabalham com educação e outras áreas. Sabe-se que um dos principais objetivos de um trabalho científico é a comunicação de uma observação ou uma idéia a um grupo de indivíduos interessados, para que os resultados, que envolveram aspectos de reconstrução do conhecimento até a produção de um conhecimento inédito, possam promover transformações sociais.

Para que uma pesquisa seja realizada com gosto e produza resultados efetivos, deve estar diretamente relacionada ao universo de trabalho do pesquisador. Os resultados obtidos com a pesquisa poderão trazer respostas e soluções às questões perturbadoras que cercam seu ambi-

ente profissional.

Como professor de Língua Portuguesa, há dezoito anos, sempre se dedicou, entre vários assuntos que envolvem a disciplina, uma atenção especial para a produção de texto (redação). Saber que as idéias, projetos e conhecimentos podem ser eternizados e transmitidos para gerações futuras através da palavra é fantástico. E é neste momento que se vê a importância da função-autor, pois somente nessa função o sujeito consegue realizar o importante papel que tem a produção textual escrita, ou seja, promover a dialogia em torno de suas idéias, com a sociedade na qual se insere.

Para se iniciar este estudo, aplicou-se um projeto-piloto, coletando dados a partir de um questionário, para alunos do curso de Letras, futuros professores de redação, que continha três questões sobre a função-autor. Dentre as questões, destaca-se aquela considerada de maior importância para o estudo e que permitirá conhecer o que os alunos sabem (ou não) a respeito da função-autor: ***“No que se refere à produção textual escrita, o que você entende por autoria?”***

A partir desse questionamento, pode-se perceber, neste momento, quatro categorias interessantes que merecem ser discutidas.

RELAÇÃO AUTOR X ESCRITOR

Analisando-se as respostas, percebe-se claramente que os alunos associam o escrever para tornar-se público com o escrever para ser publicado, ou seja, não diferenciam as funções do sujeito autor com as de um escritor. Concorda-se com Orlandi (1993, p. 80) quando a autora afirma que a escola confunde os papéis do autor e o escritor, cobrando um pelo outro, o que também é visível nas respostas dadas pelos alunos, *“Faz isso porque não explicita sua própria função.”* Diz ainda que não é a relação com a escola que define o escritor, *“Ela poderá ser útil mas não é necessária, nem suficiente. Não é sua tarefa específica formar escritores.”* Entretanto, não é isto que os alunos afirmam em suas respostas.

S.C.F. *Entendo por autoria as pessoas que escrevem livros, matérias em revistas, jornais e outros.*

E.L. *Penso eu que quando falam-se de obras “é de autoria de José de Alencar”. Que ele fez. Eu acho.*

E.S. *A palavra vem de autor. Seria, em minha opinião, textos, idéias que o autor escreveu e publicou em um livro.*

L.P. *A pessoa que desenvolve uma obra em que coloca suas idéias e escreve livros, músicas, etc.*

J.S. Autor é a pessoa responsável por algo, **no caso de um livro**, o principal responsável por sua criação seria o escritor a quem chamamos de autor. **Por autoria, entendo os autores de livros.**

RELAÇÃO AUTOR X PLAGIADOR

Para Foucault (1992, p. 49), a autoria também é permeada pelas questões culturais e, uma das características elencadas por ele, trata de objetos de apropriação, a segunda em relação à apropriação penal. Outra característica, afirma que “[...] começou-se a receber os discursos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu. Apaga-se a função autor, o nome do inventor serve para pouco mais do que para baptizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade [...]”

Nas palavras dos alunos verifica-se que ser autor é o mesmo que ser possuidor daquilo que se escreve e não um copiador. Há relação de posse e não de cópia. Para eles a autoria só está relacionada à criação de algo novo.

V.L.P. Eu entendo por autoria escrever uma obra, **cria-la** de acordo com o seu ponto de vista.

E.F.J. Autor subentende **criação**, que se distinguiu muito claramente do **plágio**. É o processo onde o **autor expressa algo novo**, apesar de suas influências.

F.R. Quando o texto possui **idéias, argumentos, conclusões da pessoa que o escreveu**. Quando este texto não é fragmentado de outro autor, **não é cópia**.

M.S.F.S.M. A autoria de um texto seria a pessoa que fez, **determina o assunto a criação pessoal**. É quem produz e o possuidor do texto.

J.N.G. Entendo que seja o texto no qual uma pessoa escreveu, **criando-o**, de uma forma pessoal e assinando o mesmo.

RELAÇÃO AUTOR X PRODUTOR DE GÊNEROS DRAMÁTICOS

Gênero é a categoria à qual pertence uma obra literária. Nesta análise de categorias destaca-se o gênero dramático, que tem sua manifestação mais viva no trágico e no cômico. O gênero dramático traz a representação dos conflitos da humanidade e seu mundo. Percebe-se, claramente, em várias respostas dos alunos que a

autoria está relacionada à produção do texto com fins bem específicos, ou seja, a dramatização (teatro, novela para televisão, cinema).

Nas palavras de João Domingues Maia (1996), o Romantismo cultuava o gênio e sagrava o escritor. E foi a partir dele que se passou a explicar a obra principalmente pela vida, pela personalidade e pelo "gênio" do seu autor. A partir dos anos 60 deste século, a obra passa a ser estudada como estrutura autônoma, portanto deve-se evitar interpretações que considerem o texto como projeções simples e diretas da biografia do autor. Um exemplo disto é o gênero dramático que, além das marcas de quem escreve, traz vários "eus", através da intertextualidade produzida culturalmente pela humanidade. Segundo Foucault (1992, p. 50), "[...] a crítica começou, desde há um certo tempo, a tratar as obras segundo o seu gênero e o seu tipo, partindo de seus elementos recorrentes, de acordo com suas próprias variações decorrentes de uma invariável que deixou de ser o criador individual".

Neste contexto, conclui-se que, para alguns alunos do curso de Letras, ser autor é uma missão quase impossível, pois a produção textual, que visa à dramaturgia, estaria restrita a um seleto grupo de escritores que

produzem tão bem esse gênero textual.

L.C. *Autor é aquele que produz algum texto, peça de teatro ou filme. Nele o autor expressa algum sentimento ou forma de pensar.*

L.A.T. *No meu ponto de vista, o autor é aquele que cria, inventa ou relata um fato. Exemplo: novela, filmes.*

I.B. *Eu entendo por autoria escrever uma obra, criá-la de acordo com o seu ponto de vista. Teatro.*

L.P. *A pessoa que desenvolve uma obra em que coloca suas idéias e escreve livros, músicas, teatro, novelas, etc.*

A.M. *Autoria refere-se a autor. Aquele que escreve um texto, filme. Não faço a mínima idéia do que seja.*

RELAÇÃO AUTOR X NOME

A última categoria analisada é bastante interessante, pois ela foi criada a partir de uma série de respostas que definiram autoria relacionada ao nome, ou seja, para um texto ter credibilidade é necessário que alguém o assine. "É Foucault quem sugere que, numa determinada sociedade, certos gêneros, para circular e serem recebidos, têm necessidade de uma identificação fundamental dada pelo nome de seu autor, enquanto outros não.

Se considerarmos um texto de direito ou uma publicidade no mundo contemporâneo alguém os escreveu, mas eles não têm autores; nenhum nome próprio lhes é associado" (Chartier, 1999, p. 32).

J.J.P.T. *Seria quem produz o texto, elabora e dá o nome a sua obra. Desculpe se não me expressei bem.*

B.P.R. *Autoria é tudo aquilo que se refere ao autor de uma obra. Nome, onde nasceu e um pouco de sua história.*

M.S. *Autoria refere-se ao nome do autor de uma determinada obra sendo que não necessariamente ele seja o eu-lírico. Ou toda e qualquer vez que alguém escreve algo sem cópias, ou seja, de si próprio, está sendo um autor.*

C.M.D. *É a elaboração de qualquer texto literário. Autoria a autoria eu entendo que seja a identificação do autor de uma obra.*

M.M. *Penso que autoria é a assinatura de uma obra.*

UM DESAFIO PARA OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

"Não é tarefa da escola formar escritores, mas para ser autor, sim, a escola é necessária."

(Eni Pulcinelli Orlandi)

Não poderia encerrar este

artigo de outra forma que não fosse a de um alerta à comunidade acadêmica e a todas instituições de ensino brasileiras, pois aqui se revela um quadro preocupante; a grande maioria dos alunos do curso de Letras, futuros professores de redação, não demonstrou saber, com convicção, o que significa ser autor.

É em função das respostas dadas e analisadas anteriormente, que nosso alerta se justifica, pois como esperar que os alunos, nas escolas, possam produzir textos responsáveis e comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos, se os professores não sabem como proporcionar a passagem da função-enunciador para a função-autor.

Percebe-se que, para esses alunos e, quem sabe quantos mais em outros cursos de Letras, as funções do sujeito hierarquizadas por Orlandi (1993) locutor, enunciador e a que mais nos interessa, autor, são totalmente estranhas.

A situação apresentada nos leva, então, a questionamentos como: "Os professores de Língua Portuguesa, especialmente os professores do curso de Letras, têm discutido e trabalhado com seus alunos a respeito da autoria nos textos escritos?"; "Os alunos do curso de Letras, aqueles que trabalharão a produção textual escrita nas escolas e não para as escolas, têm conhecimento da

importância que é a formação do sujeito-autor?"; "Os alunos do curso de Letras estão preparados para contribuir com a formação de sujeitos-autores de textos escritos?"; e, finalmente, "Sabem que as idéias, projetos e conhecimentos de seus alunos, através da palavra escrita, podem ter implicações sócio-históricas?"

Analisar o discurso dos alunos do curso de Letras no que se refere à construção do sujeito-autor e assim contribuir para que a produção textual dos alunos não se limite à escola, mas da escola para sociedade, é objetivo deste estudo.

Para finalizar, lanço um desafio aos professores de Língua Portuguesa, principalmente aos que trabalham na graduação dos cursos de Letras: Perguntar a seus alunos se eles sabem: O QUE É SER AUTOR?

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Curso de Redação: técnicas de redação, produção de textos, temas de redação dos exames vestibulares.** São Paulo: Moderna, 1998.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico o que é, como se faz.** 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CASSANI, Daniel. **Descrever o Escrever: como se aprende a escrever.** Traduzido por Osmar de Souza. Itajaí:UNIVALI, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 3. ed. Alpiarça Portugal: Veja Passagens, 1992.

MAIA, João Domingues. **Literatura: textos e técnicas.** São Paulo: Ática, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

SANTOS, Volnyr. **A redação em processo (textopretexto-contexto).** Porto Alegre: WS Editor, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Editora Libertad, 1993.

TERRA, Ernani. **Redação para o 2º grau: pensando, lendo e escrevendo.** São Paulo: Scipione, 1996.

Resenhas

Caminhos



CONSTITUCIONALIDADE OU INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL PARANAENSE DE Nº 10.248, DE 10 DE JANEIRO DE 1993, EM PROCESSO DE Nº 855 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?

(is the Paraná's state law nº 10.248/93 constitutional or unconstitutional?)

Joubert Farley Eger ¹

RESUMO

Busca-se, no presente trabalho, uma sucinta análise crítica das razões provisórias tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo de nº 855, consubstanciado em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra determinada lei estadual do Estado do Paraná, que visou suspender a obrigatoriedade da pesagem, pelos comerciantes, de botijões de gás liquefeito de petróleo - GLP.

ABSTRACT

This work searches a small critical analysis, of the provisory reasons took from the Constitutional Court in the process nº 855, through an constitutionality action control against Parana's State law, that aims to suspend an unreasonable obligation to the gas oil trader's - GLP.

Em uma das ações mais conturbadas pela crítica jurídica que tramita pelo Tribunal Constitucional pátrio, está o famoso processo de nº855.

Trata-se de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), proposta pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), em face da lei estadual de nº 10.248, de 10 de janeiro de 1993, do Estado do Paraná, a qual obriga a pesagem, pelos comerciantes, de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, com pagamento imediato de eventual diferença a menor ao consumidor.

Esta ação teve sua medida cautelar deferida *initio litis*, por maioria de votos, para suspender a lei até decisão final da ação.

Deste julgamento, foi a seguinte Ementa:

GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO: LEI ESTADUAL QUE DETERMINA A PESAGEM DE BOTIJÕES ENTREGUES OU RECEBIDOS PARA SUBSTITUIÇÃO À VISTA DO

¹ Advogado; Professor da cadeira de Direito Internacional Público e Privado da UNIDAVI - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

CONSUMIDOR, COM PAGAMENTO IMEDIATO DE EVENTUAL DIFERENÇA A MENOR: ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FUNDADA NOS ARTS. 22, IV E VI (ENERGIA E METROLOGIA), 24 E §§, 25, §2, 238, ALÉM DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DAS LEIS RESTRITIVAS DE DIREITOS: PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DA ARGÜIÇÃO QUE ACONSELHA A SUSPENSÃO CAUTELAR DA LEI IMPUGNADA, A FIM DE EVITAR DANOS IRREPARÁVEIS À ECONOMIA DO SETOR, NO CASO DE VIR A DECLARAR-SE A INCONSTITUCIONALIDADE. LIMINAR DEFERIDA. VOTAÇÃO: POR MAIORIA. RESULTADO: DEFERIDA. N.PP.: (22). ANÁLISE: (DMY). REVISÃO: (NCS). INCLUSÃO: 13.10.93. (MV).

Decisão:

(AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MED. CAUT. N 855. NÃO FORNECIDA, rel. SEPÚLVEDA PERTENCE, in DJ, de 01-10-93, página 20212).

Verifica-se, pela leitura do acórdão, que a fundamentação do Supremo Tribunal albergou o aspecto da inconstitucionalidade formal, em razão da invasão de competência legislativa do Estado do Paraná sobre o da União (arts.22, IV e VI - energia e metrologia - e 238, todos da

Constituição da República Federativa Brasileira - CRFB), como também, da inconstitucionalidade material, aspecto este dirigido pela máxima da proporcionalidade.

A decisão destacou, portanto, o conflito de competências legislativas que o Estado do Paraná desatendeu, bem como a desproporcionalidade que geraria ao setor econômico de venda dos botijões de GLP, em face do investimento que o este teria que angariar para, assim, fazer frente aos ideais alvitados pela lei.

No entanto, os Ministros dissidentes com tal decisão (Marco Aurélio Mello e Moreira Alves), aludiram que o ponto teratológico da *questio* investe-se pela competência concorrente que os Estados, Distrito Federal e União têm para dirimir a respeito de responsabilidade por danos ao consumidor e consumo, art.24, incisos V e VIII da Constituição Federal, o que não traria qualquer mácula de inconstitucionalidade.

Entrementes, a maioria dos julgadores justificou a incompetência do Estado membro para legislar sobre energia e sistema de medidas (art.22, IV e VI da CRFB), visto que o termo "energia", empregado pelo constituinte no comando constitucional referido, deve ser interpretado da forma mais extensiva possível, incorporando

o específico comburente GLP, combustível mineral fóssil, como elemento privativo de legiferância da União, mormente pela existência dos órgãos CNP e CNEN (Conselho Nacional do Petróleo e Comissão Nacional de Energia Nuclear).

Corroborando com as razões acima, tomou-se ainda a regra disposta no artigo 238 da Constituição Federal, cuja lei federal deverá dispor a respeito da venda e revenda de combustíveis líquidos e outros derivados de matérias-primas renováveis.

Com isso, o entendimento provisório majorante inclinou-se pela interferência legislativa paranaense *"na distribuição e comercialização do GLP, matéria sujeita a rígidas normas federais e à fiscalização do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC)"* (sic).

Sustenta-se ainda, que estão vigentes os atos normativos secundários da CNP² e do Ministério de Estado da Infra-estrutura,³ os quais regulam de forma exaustiva e pertinente as relações de distribuição, controle de qualidade de recipientes, transporte e consumo de GLP.

Em mesmo vértice, considerou-se fastidioso, também, uma outra interferência do legislador paranaense sobre a União, qual seja, a metrologia dos botijões a serem pesados e fiscalizados à vista dos consu-

midores. Neste íter, asseverou-se pelo parecer coletado do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, que a intenção sugerida pela lei digladiada seria de total inconveniência, haja vista a regular fiscalização do INMETRO e seus conveniados nos Estados federados, com a oposição dos selos desta autarquia, indicador de autenticidade e qualidade.

Desta última justificativa, o Supremo, em sua maioria, rendeu-se na constatação da infringência do princípio da razoabilidade pela lei nº 10.248/93, eis que este oneraria os entes de venda e revenda de gás, refletindo, também, nos consumidores finais do produto.

Acredita-se de total acerto, no entanto, minorante até o momento, o entendimento inclinado pelos Ministros Marco Aurélio e Moreira Alves, este último recentemente aposentado.

Esses ilustres magistrados acenaram pela higidez da lei paranaense, visto que a matéria em exame subsume-se aos direitos fundamentais do consumidor, direitos que deverão ser guardados tanto pelos Estados e Distrito Federal, como pela União, *ex vi* do artigo 24, incisos V e VIII da Constituição Federal.

É deveras congruente esta compreensão, porque pois da

2 Resolução de nº4, de 6 de junho de 1989.

3 Portaria de nº843, de 31 de outubro de 1990.

simples leitura do artigo supra, exsurge incontroversa a intenção do legislador constituinte amparar os direitos do consumidor, não podendo elidir as hipóteses de aquisição ou substituição dos botijões de GLP, posto que, a contrário *sensu*, seria inócua tal atribuição legislativa.

Dentre inúmeras leis inoportunas ou sem respaldo democrático no Brasil, esta lei do ente federado do Paraná (lei de nº 10.248, de 10 de janeiro de 1993) é uma das poucas e raras que mais se aproximam do ideal popular, titular do poder legiferante.

Realmente o que se apreende da lei referida, é o nítido implemento mandamental da "*Política Nacional de Relações de Consumo*" exigidas pelo Poder Constituinte Originário nos arts.5, XXXII e 48 da ADCT da CRFB, quando tais postulados se materializam finalmente no Título I, Capítulo II, artigo 4º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Destarte, não se verifica interferência indevida da lei estadual nº.10.248/93 na competência atribuída à União sobre as questões de energia e metrologia, uma vez que os procedimentos visados pela lei coligem para um fim divergente dos propostos pela competência dos incisos IV e VI do artigo 22 da CRFB.

Quando esta competência constitucional alveja a disciplina do setor de energia e metrologia (transporte, comércio, fiscalização e outros), esta deverá se pautar nesses "objetos-fins" prescritos no comando constitucional.

Agora, desejando que a mesma norma constitucional (art.22, IV e VI) venha orientar o legislador infraconstitucional para dispor sobre "consumidor", ou "sua reparação", necessário seria, ao menos, a expressa prescrição destes "objetos-fins" nas atribuições legislativas do art.22.

Não sendo assim, não seria o fato de ser privativo à União legislar sobre telecomunicações (22, IV), serviço postal (22,V), diretrizes e bases da educação nacional (22, XXIV), entre outros, que os Estados, ou o Distrito Federal, estariam tolhidos em dispor sobre a repercussão consumerista e sua reparação, de forma suplementar ou complementar (art.24, §1º e §2º da CRFB).

Em mesmo passo, quando o legislador infraconstitucional regulariza a regra do artigo 238 da Constituição Federal, o qual dispõe acerca da venda e revenda de petróleo e produtos derivados, através da lei de nº.847, de 26 de outubro de 1999, disciplinando de forma geral a fiscalização das atividades relativas à indústria do petróleo e

ao abastecimento nacional de combustíveis (art.1º), vem ele promover, em seu artigo 18, a responsabilidade dos fornecedores e transportadores de combustíveis e de GLP, com o referido texto:

“pelos vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aquelas decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor” (sic).

Obviamente que o comando do art.18 não precisaria estar expresso na norma aludida, visto que é “igualmente” previsto no Código de Defesa do Consumidor, coincidentemente também em seu art.18, cuja atribuição de normatizar de forma geral (art.24,V e §1º da CRFB) já o exerceu quando criou a Lei 8.078/90.

Outrossim, não seriam incompetentes os Estados federados ao legislarem mais especificamente, ou suplementarmente, conforme a Constituição lhes autoriza (art.24, §1º e §2º da CRFB).

Assim, acredita-se correta a lei paranaense, dispondo esta de forma mais específica e suplementar a responsabilidade dos fornecedores de GLP aduzidos no art.18 na Lei de nº 9.847/99, no tocante aos vícios de quantidade, mormente pela disparidade das

indicações dos botijões com as tabelas oficiais, ou pela inutilização de resíduo que os tornaria impróprios ao consumo, mas de grandes vantagens ao setor hipersuficiente.

Apresenta-se, destarte, temerário e inconsistente o posicionamento provisório do Excelso Tribunal, diante dessas razões que até mesmo o próprio Tribunal julgador inclinava-se minoritariamente.

Outro fundamento que levou o Supremo a considerar inconstitucional a lei paranaense, levando-se em conta o princípio constitucional da *máxima da proporcionalidade*, foi o da exigência de transporte de balanças pelos caminhões dos fornecedores de GLP.

Contemplou ser altamente dispendiosa a exigência legal aos fornecedores, podendo refletir de forma onerosa aos consumidores finais devido ao repasse dos custos pelas empresas.

A utilização da *máxima da proporcionalidade* tem como pressupostos os elementos da adequação,⁴ necessidade⁵ e proporcionalidade *stricto sensu*,⁶ cujo pressuposto final nem sempre é trazido à baila, uma vez que os dois primeiros podem, facilmente, solucionar o caso *in concreto*.

Nota-se que o sistema de controle dos atos administrativos ou legislativos, no caso em

4 [...] exige que as medidas adotadas pelo Poder Público mostrem-se aptas a atingir os objetivos pretendidos; cf. J. J. Gomes Canotilho, *Direito constitucional*, 1991, p. 386-388; Paulo Bonavides, *Curso de Direito Constitucional*, 1993; p. 38 e 43; e Willis Santiago Guerra Filho, *Ensaio de teoria constitucional*, cit. p. 75, pelas citações feitas por Luís Roberto Barroso no artigo publicado nos “*Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*”, ano 6, n. 23, abril/junho, 1998, pp. 65/78.

5 [...] que impõe a verificação da inexistência de meio menos gravoso para atingimento dos fins visados; cf. Celso Bastos em artigo de nota anterior.

6 [...] que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos. Cf. artigo de notas anteriores.

análise, não foi tratado de forma exaustiva pelo STF, ou seja, não se conduziu até a “ponderação” do conflito de direitos ocorridos, mas sim, na apreciação do elemento necessidade do ato (2º elemento), fato este em virtude das supostas exigências onerosas que a norma impõe ao setor econômico, traduzindo-se no exclusivo emprego do pressuposto da “necessidade”.

Contudo, tal juízo sumário e modesto com o trato da máxima da proporcionalidade pecou pelo desprezo ao choque existente entre direitos constitucionais em que, de um lado está a atividade econômica do setor de botijões de gás e, de outro, a defesa dos consumidores.

A “ponderação” entre esses direitos é imprescindível, uma vez que a mera existência de alguma desvantagem econômica não deve dar azo à supressão sumária de direitos que, além de constitucionais, possam ser fundamentais ao homem.

A importância dos direitos levados ao confronto na presente lide é manifesta, pois a atividade econômica (art.170) é fundada pelos princípios fundamentais constitucionais da valorização do trabalho e na livre iniciativa (art.1º, IV da CRFB), sendo que a defesa do consumidor é corolário de direitos fundamentais do homem (art.5, XXXII da CRFB), considerado, também, direito de terceira dimensão (ou geração)

para muitos doutrinadores de renome.⁷

Em mesmo vértice, aponta-se que a defesa do consumidor, direito fundamental incontestável, é princípio vetor da ordem econômica, não devendo ser afastada sua observância quando da criação de leis pelo legislador, ou pela aplicação de destas nos assuntos relativos à atividade econômica ou empresarial.

Neste sistema de harmonização, o operador do direito terá ainda que respeitar o núcleo essencial dos direitos fundamentais, de acordo com os termos obtidos da obra de (LUIS Roberto Barroso, 1996, p.185):⁸

"Trata-se de uma linha de raciocínio que procura identificar o bem jurídico tutelado por cada uma delas, associá-lo a um determinado valor, isto é, ao princípio constitucional ao qual se reconduz, para, então, traçar o âmbito de incidência de cada norma, sempre tendo como referência máxima as decisões fundamentais do constituinte".

Consoante a expressa previsão do legislador constituinte à execução fiel dos princípios vetores da ordem constitucional, dentre eles o aclamado direito do consumidor, considerando ainda, ser este direito individual de expressão coletiva, não há de se negar a nítida importância axiológica e deontológica que a

7 Isto pode ser verificado nas doutrinas de José Afonso da Silva, Paulo Bonavides, entre outros.

8 BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1996.

defesa do consumidor traz consigo para a instituição de um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício de direitos fundamentais que converjam ao ápice da dignidade da pessoa humana.

Miguel Reale, em citação de Motta e Douglas (2000, p.18)⁹, certifica que "*o princípio da dignidade da pessoa humana representa o epicentro da ordem jurídica, conferindo unidade teleológica e axiológica a todas as normas constitucionais. O Estado e o Direito não são fins, mas apenas meios para a realização da dignidade do Homem, que é o valor-fonte do ordenamento*".

Oportuno balizar, nas citações dadas por Fernando Ferreira¹⁰, a posição de inúmeros entendimentos a esta pedra angular da Constituição, qual aferem-na como, a "*fonte jurídico-positiva dos direitos fundamentais*" (Farias, 1996, p.54), ou, "*a fonte ética, que confere unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais*" (MIRANDA, 1991, p. 166/167), ou, o "*valor que atrai a realização dos direitos fundamentais*" (JOSÉ AFONSO, anais da OAB:549), ou, "*el valor básico (Grundwert) fundamentador de los derechos humanos*" (PÉREZ LUÑO, 1990, p. 318). "*Los derechos fundamentales son la expresión más inmediata de la dignidade*

humana" (Segado, 1994, p. 77).

Apesar deste artigo ser singelo e despretensioso em exaurir o tema, entende-se, salvo melhor juízo, que a justiça da decisão ainda se encontra afastada dos ideais da vontade popular, mas cada vez mais perto quando se entremostra em alguns poucos o entendimento e a coragem de expressar suas convicções e julgamentos.

9 MOTTA FILHO, Sylvio Clemente; RESINENTE DOS SANTOS, William Douglas. Direito Constitucional: teoria e 900 questões. 7ªed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

10 SANTOS, Fernando Ferreira dos. Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. Artigo publicado no site Jus Navigandi.

REFERÊNCIAS

Barroso, Luís Roberto. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, ano 6, n. 23, abril/junho, 1998, p. 65/78

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. São Paulo: Saraiva, 1996

Brasil Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988, 29 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente; RESINENTE DOS SANTOS, William Douglas. **Direito Constitucional: teoria e 900 questões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SANTOS, Fernando Ferreira dos. **Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. Artigo publicado no site www.jusnavigandi.com.br

Site do Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br

Chamada para artigos - Normas

A Revista de Divulgação Científica da UNIDAVI é uma publicação periódica (semestral), que busca problematizar, divulgar e empreender reflexões relativas ao campo educacional, privilegiando artigos produzidos e elaborados pelos professores da instituição e fora dela.

Serão considerados para publicação: artigos científicos e resenhas. As publicações visam contribuir para divulgação de estudos e pesquisas bem como difundir o conhecimento científico resultante das diferentes atividades de pesquisa realizadas na instituição pelos professores e acadêmicos.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO

GERAIS

A Revista de Divulgação Científica da UNIDAVI publica trabalhos originais de colaboradores professores da UNIDAVI. Deverão ser inéditos possuir consistência teórica e apresentar contribuição relevante para a educação e atender às normas para a publicação. Para os autores dos textos-artigos aprovadas serão encaminhados um exemplar da edição.

1 APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO ARTIGO:

Serão aceitos textos em português, inglês e espanhol. Os originais deverão conter, no mínimo 12 páginas e no máximo, 30 páginas, incluindo resumo, tabelas, ilustrações e referências (conforme NBR-6023 de agosto de 2002). Quanto as resenhas deverão conter, no mínimo 03 páginas e no máximo, 06 páginas.

2 NORMATIZAÇÃO

a) Quanto ao trabalho:

Os trabalhos ou resumos deverão utilizar o processador de texto Microsoft Word, versão 6.0/95 ou superior, tamanho do papel: A4 (210 x 297mm) orientação retrato, margens, superior 30 mm, inferior 20 mm, direita 20 mm e esquerda 30 mm. Não enumerar as páginas e o espaço 1,5 entre linhas.

b) Quanto ao título do trabalho e aos autores:

O título deve vir centralizado, em Fonte Arial, tamanho de fonte - 14, em negrito e maiúscula. Após o título do trabalho, chamada com número elevado (nota de rodapé) '1'. Os nomes dos autores devem estar abaixo, alinhados a direita onde se descreve as credenciais dos autores.

c) Quanto ao texto do resumo indicativo:

Constituir-se num texto redigido de forma cursiva, concisa e objetiva. Limita-se a um parágrafo, devendo incluir palavras representativas do assunto. O texto do deve vir abaixo do nome e endereço do(s) autor(es), após um espaço simples. Reproduz apenas as informações mais significativas, como: introdução, objetivos, metodologia, resultados obtidos (parciais ou finais) e conclusões pertinentes. Deve ser observado a NBR-6028, de 1990, da ABNT, de 250 a 500 palavras, acompanhado da tradução em Inglês e em Espanhol.

d) Quanto às palavras-chave:

Escritas dois espaços abaixo do texto do resumo, devendo ser no mínimo duas e no máximo cinco, intercalados por vírgulas.

f) Citação de autores, conforme NBR-10520 de agosto de 2002.

Protocolar os artigos na PROPPEX: entregando uma cópia em disquete 3,5 em uma via impressa (sem identificação do autor).

Deverão ser protocolados na PROPPEX (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão) Rua Dr. Guilherme Gemballa, 13 Cx. Postal, 193 - Centro CEP. 89160-000, Rio do Sul, aos cuidados do professor **MSc. Iلسon Paulo Ramos Blogoslawski e Adriana Serrano.**





“ITÁ CARÚ - A PEDRA QUE COME” de GODOY CRUZ - Mezcla do folclore argentino e substrato cultural indígena.

ITÁ CARÚ - La piedra que come.

***“ITÁ CARÚ - A Pedra que Come”,
DE GODOY CRUZ - Mezcla del Folclore argentino y
Sustrato cultural indígena.***

Larry Clauberg

Resumo

As considerações a respeito da tradução do conto “Ita-Carú La piedra que come” do argentino, Godoy Cruz, é uma mostra enfática sobre a dificuldade em verter para outro idioma, as idiosincrasias existentes entre as línguas. É importante registrar que não há nenhuma intenção de criticar a tradução, pois esta é uma tarefa complexa e certamente a intenção do tradutor é manter-se o mais próximo possível do pensamento do autor. O objetivo destas considerações é a discussão de pontos de vista de autores sobre a difícil arte de traduzir. Com este estudo é possível verificar que apesar da proximidade entre espanhol e português, existem características distintas entre as duas línguas.

Palavras-chave:

Tradução, língua, folclore.

Resumen

Las consideraciones respecto a la traducción del cuento Ita Caú La piedra que come” del argentino Godoy Cruz, es una muestra enfática relacionada a la dificultad en verter a otro idioma, las idiosincrasias que existen entre las lenguas. Es importante registrar que no hay ninguna intención en hacer una crítica sobre la traducción, ya que esta es una tarea compleja y ciertamente la intención del traductor es mantenerse lo más cerca del pensamiento del autor. El objetivo de estas consideraciones es la discusión de los puntos de vista de autores sobre la difícil arte de traducir. Con este estudio es posible comprender que a pesar de la proximidad entre el español y el portugués, existen rasgos distintos entre las dos lenguas.

Palabras-chave:

Traducción, lengua, folclore

La búsqueda de lo mítico y lo mágico en la obra de Godoy Cruz no es casual, sino un proceso continuo de rescate de elementos de las culturas indígenas correntina y chaqueña mezcladas con elementos del folclore regional argentino. Su intención es mantener vivas estas tradiciones ya que estos mitos y leyendas son transmitidos oralmente de generación a generación y su registro es un patrimonio de la humanidad cuya pérdida implicaría en una lamentable descalificación de la cultura.

En el cuento "Itá Carú - La piedra que come" se puede observar procesos muy complejos en el campo de la traducción. El texto original de Godoy Cruz¹, no deja de ser una reformulación, una interpretación de una leyenda popular que a la vez utiliza elementos del universo cultural indígena con elementos tradicionales del catolicismo. Si tomamos la teoría de Jakobsen, podemos identificar dos niveles de traducción, o sea: traducción intralingual la reformulación de una leyenda popular y otra traducción interlingual la interpretación de elementos de la lengua y de los mitos de los indígenas por parte del autor.

Godoy Cruz, presenta en sus cuentos descripciones maravillosas de la región correntina y chaqueña, permitiendo al lector

visualizar un escenario real de las bellezas de esta región, manteniendo siempre en su narrativa una atmósfera de misterio, donde los embrujos, los hechos sobrenaturales, los personajes fantásticos y la magia se entrelazan dibujando con maestría la esencia de su pueblo.

El autor es en verdad un investigador de los mitos indígenas y en sus cuentos nos da un interesante panorama de la actitud natural de esta raza que en alto grado es desmoralizada por los blancos. Por lo tanto, merece, Godoy Cruz la consideración de sus lectores por su interpretación de y por su investigación en materia etnográfica de los mitos importantes presentes en el cotidiano de la vida correntina y chaqueña. Las tradiciones indígenas recogidas pro Godoy Cruz indican que supo indagar con la profundidad de su percepción el folklore y presentarlo en un lenguaje que demuestra el amor a los indígenas y sus causas.

Traducir los cuentos de Godoy Cruz no es tarea fácil, es necesario comprender el genial trabajo realizado a lo largo de su vida, que deja fluir en su narrativa. Es muy difícil interpretar el punto de vista del autor por el traductor. Por lo tanto estas consideraciones sobre el conjunto autor-traductor-intérprete son importantes para acercarse más

1 LOJO, María Rosa. **Cuentistas Argentinos de Fin de Siglo.** Editorial Vicinguerra, 1ª edición, 1977, Buenos Aires, Argentina, 62 p. "Casi como un subtipo de la línea anterior, pero privilegiando lo maravilloso, se constata la reaparición de elementos mágicos y míticos provenientes del sustrato indígena y del acervo folklórico: por ejemplo, los relatos de Florencio Godoy Cruz: "Itá Carú: la piedra que come". p. 52.

de la obra de Godoy Cruz.

No hubo intención crítica al trabajo de traducción, sino una pequeña contribución que a mi juicio podrá acercar el lector brasileño de tan admirables hojas de la narrativa latinoamericana.²

En el primer párrafo, por ejemplo, el autor describe una posible solución para el problema que planteará a lo largo de su narrativa; la traducción literal que se hizo limita la interpretación del lector que en este caso lograría un efecto mejor. Otro aspecto que merece consideración son los nombres de los personajes: al traducir sus nombres al portugués, se ha perdido algo de la atmósfera de la geografía humana donde los hechos ocurrieron.

En la traducción de modo general abundan problemas, a veces de intrincada complejidad o problemas que un simple diccionario bilingüe podría perfectamente resolver. Por lo tanto cabe al traductor mantener una constante atención en su trabajo para evitar equívocos desnesarios.

A lo largo de estas consideraciones sobre la traducción del cuento "Ita carú - la piedra que come", se percibe que el conocimiento superficial de una lengua es insuficiente para lograr una buena traducción. Hay que considerar que el traductor debe conocer acerca de las lenguas

involucradas en el proceso de traducción ya que en determinadas circunstancias la traducción literal no cabe y hay que suprir tal deficiencia.

En el primer párrafo, llama la atención que una simple descripción presenta divergencia en la traducción. Los términos: metálica corteza, de hecho ha quedado mejor como casca metálica ya que la expresión cortiça en portugués no logra el efecto apropiado. Al elegir la palabra portuguesa moinhos para remolinos la traductora conduce el lector a una comprensión equivocada del texto.

La traductora intentó interpretar de manera personal "estilhaçar" para estrellarse queda la impresión de que la piedra se ha roto en innumerables trozos, que no es verdad. Tal vez el verbo "estatelar-se" resultaría más conveniente.

La figura de la payasera, en este caso, un Chamán, común en la cultura indígena, suele ser común en toda América del Sur, donde ritos católicos, africanos e indígenas se hundieron y la figura del Chamán hombre que a lo largo del tiempo fue sustituida por la mujer; en lengua portuguesa hay innumerables equivalentes para la palabra payesera tales como: "feiticeira" o "benzedeira", que se podría utilizar.

2 Invitamos los lectores a leer el cuento y su traducción al final de estas consideraciones.

3) In:Corrientes en el mundo guaraní. Capítulo 3. Por Alfredo Vara. Talleres gráficos de Alemann SRL, Buenos Aires, Argentina, 1985. "La base de todo el sistema de creencias guaraní era el animismo. Esto es, la creencia en que entidades espirituales animan y permiten manifestarse a todo tipo de cosas: hombres, animales, plantas, río y hasta palabras. Todos ellos se conciben habitados por un espíritu dotado de cierta fuerza (mana) capaz de incrementarse o debilitarse, volverse benefactora o peligrosa. P16/18)

En las dos traducciones el verbo enflaquecer se tradujo como "enfraquecer", lo más indicado sería usar el verbo "emagrecer" ya que el autor lo compara con algo que va secando. La palabra "almohada" mantuvo la misma traducción del inicio del cuento, y lo adecuado para la lengua portuguesa sería usar la palabra "travesseiro" y no como lo hizo.

En el décimo párrafo las traductoras mantuvieron una línea de traducción literal, al traducirlo al portugués la comprensión quedó perjudicada en alguna medida.

No hay duda que hay un equívoco en la traducción del verbo untar que en portugués remite a la idea de usar grasa o algo similar. Como sugerencia se podría decir que lo más correcto podría ser: "mergulhe-a em água benta", o mismo "derrame água benta sobre a pedra" ya que la ceremonia es similar a bautismo.

Después del tercer párrafo se prepara el desarrollo de la moraleja sobre la codicia; moraleja común en todas las culturas del mundo, es casi una repetición del llamado "toque de Midas", en este caso un Midas latinoamericano.

En éste mismo párrafo otros equívocos se pueden encontrar: La palabra muslo se tradujo como "músculos" y almohada como "almofada", que en portugués no tiene el efecto deseado. En la secuencia de este párrafo, el autor crea la atmósfera de terror que a lo largo del cuento va intensificándose gradualmente; para captar la esencia de sus palabras y de esta atmósfera sobrenatural, la traducción literal difícilmente logra el efecto esperado. Cabría al traductor conocer un poco de la cosmovisión indígena para traducir al portugués este pensamiento que es fundamental para que el lector entienda el mensaje del cuento³; la traducción debería por lo menos en este caso seguir una línea interpretativa ya que hay

aspectos gramaticales muy distintos en las lenguas española y portuguesa. Cabe agregar que es un momento de confrontación del hombre blanco, civilizado con el mundo bárbaro de los indígenas, la confrontación de su religiosidad cristiana con el "terror" de la religión pagana que el autor presenta de manera brillante. Algunas palabras y expresiones utilizadas en la traducción a mi juicio no lograron el efecto deseado.

En el párrafo noveno el autor lleva la acción al máximo, donde las fuerzas del mal, la fuerza benefactora se vuelve peligrosa le cobran sus favores - la moraleja religiosa se plantea en este momento:

"Cuándo se cansó de su amuleto y pensaba desprender-se de él, suce-dió lo de Damián. Éste le había dicho que ya no le gustaba la piedra y que la había tirado a la laguna. No lo hubiera hecho: primero una yará picó mortalmente a su mujer que esta-ba lavando ropa en la orilla del río, y después fue el mayor quien se ahogó sin saber cómo, pues sabía na dar."
p.32

Los eventos negativos originados por el embrujo que contiene la piedra "Itá-carú" empiezan, llevando incluso la muerte a sus dueños, son los efectos generados por la codicia; a mi juicio en la traducción hubo algunos equívocos, tal vez por el desconocimiento del uso de los

pronombres complemento, que en portugués no funcionan igual que en el español, obligasen las alteraciones necesarias para obtener un mensaje similar al autor lo que no ocurrió.

En: "...sucedió lo de Damián.", hay que tener en cuenta que el pronombre "lo" representa "un hecho", "un acontecimiento", lo mejor sería una interpretación para esta frase. Con la palabra yarará, tomada de la lengua guaraní, habría que agregarse la palabra culebra antes de yarará o una nota la pie de página para situar mejor el lector. La palabra "mayor" fue traducida literalmente como "maior" equivocando el lector. Lo más correcto sería usar la expresión: "filho mais velho". De la misma manera el verbo "tirar" se tradujo equivocadamente como "atirar", cuando lo correcto sería "atirado fora" o "jogado fora".

El autor crea en el protagonista la duda, instala en su corazón la incertidumbre, utilizando la palabra vacilante que la tradujeron como "cambaleante", aun que el autor intenta transmitir la idea de inseguridad del personaje en cuanto a su actitud de no volverse, el autor parafrasea el episodio bíblico de Lot al dejar la ciudad de Sodoma y cuya mujer no escucha el consejo angelical. En el último párrafo las dudas se deshacen. Godoy Cruz de manera

magistral eterniza la maldición. Igual que la tragedia griega donde el buitre devora continuamente el hígado de Prometeo la piedra va devorando la vitalidad de quienes la desean y la tienen.

CONSIDERACIONES FINALES

A pesar del autor usar un vocabulario simple, se percibe los problemas que existen al traducirse al portugués. El acto de traducir por lo tanto, está lejos de ser una labor simplista sino algo complejo donde un abanico de opciones se abren a disposición del traductor, y todo depende de su espíritu crítico y de los juicios que hace delante de su trabajo.

No se puede olvidar de las palabras de Octavio Paz:

"Los descubrimientos de la antropología y la lingüística no condenan la traducción, sino cierta idea ingenua de la traducción. O sea: la traducción literal que en español llamamos, significativamente, servil. No digo que la traducción literal sea imposible, sino que no es una traducción." p. 13.

La traducción literal consistiendo en una operación muy simple utilizando un diccionario ayuda en cierta medida a leer un texto pero la operación literaria queda perjudicada; lo importante es que uno pueda compartir con el protagonista la

atmósfera de misterio y suspense presente en el texto La calidad del cuento de Godoy Cruz, enlazando valores de la cosmovisión indígena con valores cristianos es incuestionable, pero la transformación del texto original al portugués, cabe al lector juzgar

En este cuento los nombres de Ramón y Damián, protagonistas esenciales del tejido dramático de la narrativa, fueron traducidos al portugués, lo que alejó el lector del contexto de la geografía humana. Octavio Paz comenta con maestría la importancia de la naturaleza de los nombres en la edificación de la traducción.

"Perder nuestro nombre es como perder nuestra sombra; ser sólo nuestro nombre es reducirnos a ser sombra. La ausencia de relación entre las cosas y sus nombres es doblemente insoportable: o el sentido se evapora o las cosas se desvanecen." p. 18

La traducción presenta equívocos, omisiones, construcciones gramaticales incorrectas, pero a pesar de las dificultades la traductora ha logrado su objetivo.

Cabe al traductor tomar en cuenta las palabras de Jakobsen como verdades:

"Toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua." existente. Onde houver uma

deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, cacos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente por circunlóquios.... A ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original." p. 67.

Hubo casos en que la traductora tendría que hacer estas adaptaciones tan necesarias para traer a la luz un texto con la corrección y belleza como es éste que escribió Godoy Cruz.

A mi juicio, para traducir un cuento o un poema de Godoy Cruz además del estudio profundizado de su obra es necesario manejar correctamente las dos lenguas que serán herramientas para sacar toda belleza que el su narrativa ofrece.

La obra literaria es una joya engastada en una lengua, y cabe al traductor innumerables tareas para presentarla en otra lengua sin perder la belleza. Primero tiene que sacar de la tierra la roca bruta, después lapidarla, descubriendo gradualmente su brillo, y al final engastarla con precisión quirúrgica dándole su forma definitiva; ¿Cuál es el camino? Preguntan: A mi juicio no hay camino sino posibilidades distintas para compartir las ideas, la belleza y la vida de un pueblo con la humanidad.

ITÁ CARÚ - La piedra que come.

A Nuestra Señora de las piedras

TEXTO ORIGINAL: Godoy Cruz

Tomó la piedra y la miró por última vez. ¡Por fin iba a desprenderse de ella sin peligro para su vida! Envuelta en su metálica corteza, la piedra parecía acurrucarse en la palma de su mano como indefensa en su niquelada brillantez. Pero la decisión de Ramón era irrevocable: iba a arrojarla de su lado y ella no volvería jamás, aunque quisiera, porque iba a cumplir al pie de la letra la ceremonia para librarse de su poder. Llegó hasta la orilla, caminó sobre los peñascos y se acercó lo más que pudo a los remolinos. Espumosas espirales de agua brotaban de la violenta corriente que luego seguía Paraná abajo. Ramón se puso de espaldas al río, invocó a Nuestra Señora de las Piedras, hizo la señal de la cruz y arrojó sobre su hombro el amuleto.

Para Ramón, el instante de la piedra cayendo sobre el agua duró como un siglo. Recién cuando la escuchó estrellarse contra el río se movió y comenzó a volverse. ¿Volverse? ¡No! ¡No debía mirar hacia atrás! Y empezó a caminar hacia su casa. Iba pensando en la piedra, cómo la había conseguido, cómo la había bautizado...

— Si querés llevala — le dijo la payesera de Areguá —. La Itá Carú tiene mucho poder, pero tenés que cumplirle, porque si no es muy peligrosa. Primero tenés que bautizarla, andá a la capilla, prendele tres velas, ponele sal, hundile en el agua bendita y decí la oración: “Imán, yo te bautizo en nombre de Dios Padre, de Dios Hijo. Yo te bautizo: Imán eres, imán serás y para mi fortaleza y suerte así te llamarás...”.

Él la había bautizado y desde entonces la suerte lo acompañaba. No había partida de truco que no ganara, ni riña de gallos donde apostara y levantara al triunfador: juego de taba donde jamás clavaba culo sino suerte, o cuadrera donde su caballo no llegara primero. Se llenaba los bolsillos de plata, de pesos y monedas; de las metálicas monedas que ella iba lentamente devorando, ya que ése era el trato: debía alimentarla de un metal constantemente; si dejaba de hacerlo, comenzaría a devorarlo a él. Tres años hacía que Ramón la tenía metida en el bolsillo de su pantalón o en la bolsita de lana roja bajo su almohada. A veces parecía sentirla rozando su muslo o moviéndose bajo su cabeza; alguna vez la sacó para mirarla, tratando de descubrir la fuerza que la poseía o el poder que la habitaba, hasta aquel momento en que vio con terror cómo paría: comenzó a crecerle como un grano que al reventar largó un

hijuelo, una piedrita que empezó a moverse.

Asustado, Ramón, se la regaló a su vecino, el Damián, a quien desde entonces se le terminó la miseria. Así sucedió varias veces, y fueron otros tantos regalos que hizo a sus amigos, con quienes, sin embargo, nunca debía enfrentarse en el juego.

Cuando se cansó de su amuleto y pensaba desprenderse de él, sucedió lo del Damián. Éste le había dicho que ya no le gustaba la piedra y que la había tirado a la laguna. No lo hubiera hecho: primero una yarará picó mortalmente a su mujer que estaba lavando ropa en la orilla del río, y después fue el mayor quien se ahogó sin saber cómo, pues sabía nadar. Cuando sacaron al muchacho estaba todo comido, como por pirañas, dijeron, pero era raro, porque allí nunca las hubo. Damián comenzó a desmejorar y se fue enflaqueciendo, como secando. Cuando murió, su madre encontró la piedra bajo su almohada, húmeda y brillante, cual se no la hubieran tirado. Dicen que la pobre vieja la guarda y alimenta, de puro miedo, nomás.

Desde entonces, Ramón comenzó a mirar a la suya con temor y con rabia, sin saber cómo librarse de ella, y que luego no lo persiguiera.

Acudió nuevamente a la

payesera y ésta le enseñó el rito secreto: debía rezar a Nuestra Señora de las Piedras, hacer la señal de la cruz y, de espaldas al río, arrojarla sin volverse a mirar...¿Él no se había vuelto? Le sacudió un temblor. No, le habría parecido, nomás. Y siguió caminando, pero no seguro, sino vacilante.

No supo cuánto anduvo por ahí. Allí llegar a la casa lo recibió un fuerte olor a pescado frito y el alegre saludo de su muchacho:

_¡Papá, mirá lo que sacamos con el dorado!

En la palma de su hijo, húmeda y brillante, la piedra, como agazapada.

ITÁ CARÚ - A Pedra que come

A Nossa Senhora das Pedras

TRADUCCIÓN:

Ana Cleusa Dal Ri

Tomou a pedra e a olhou pela última vez. Enfim ia desfazer-se dela sem nenhum perigo para a sua vida. Envolta em sua metálica cortiça, a pedra parecia acomodar-se na palma da sua mão, indefesa na sua niquelada brilhantez. Pero a decisão de Ramão era irreversível: ia tirá-la de seu lado e ela não voltaria jamais, porque ia cumprir ao pé da letra a cerimônia para livrar-se

do seu poder. Chegou à beira do rio, caminhou sobre os rochedos e chegou o mais perto que pode dos moinhos. Espumosos espirais de água brotavam da violenta correnteza que seguia Paraná abaixo. Ramão parou de costas para o rio, invocou a Nossa Senhora das Pedras, fez o sinal da cruz e atirou o amuleto por sobre seu ombro.

Para Ramão o tempo que a pedra levou para cair na água, durou um século. Apenas ouviu o estilhaçar da pedra contra o rio, moveu-se e começou a voltar-se. Voltar-se? Não! Não devia olhar para trás! E caminhou em direção a sua casa, lá pensando na pedra, como havia conseguido, como havia batizado.

Se você quiser leve-a _ disse a paiesera de Areguá_ A Itá Carú tem muito poder, mas tem que cumprir o trato, porque senão é muito perigosa. Primeiro tem que batizá-la. Vá à capela, acenda três velas, coloque sal, unte-la com água benta e diga a oração: “Ímã eu te batizo em nome de Deus Pai, de Deus Filho. Eu te batizo: Ímã és Ímã serás e para minha fortaleza e sorte assim te chamarás [...]”

Ele a batizou e desde então a sorte o acompanhava. Não havia partida de truço que não ganhara, nem rinhas de galo que apostara e não fora o triunfador; jogo de taba onde jamais teve azar, senão sorte, ou carreira onde seu cavalo não chegara

primeiro. Enchia os bolsos de dinheiro, de reais e moedas; das metálicas moedas que ela ia devorando, já que esse era o trato, se deixava de fazê-lo, começaria a destruí-lo. Fazia três anos que Ramão tinha a pedra metida no bolso da calça ou na bolsinha de lã verde embaixo do seu travesseiro. Às vezes parecia senti-la roçando seus músculos ou movendo-se embaixo da sua cabeça. Muitas vezes pegou-a para observá-la, tratando de descobrir a força que possuía ou o poder que a habitava: até aquele momento que viu com espanto como paria: começou a crescer-lhe como um grão, que ao arrebentar largou um filhote, uma pedrinha que começou a mover-se.

Assustado, Ramão deu de presente ao vizinho, o Damião, que desde então saiu da miséria. Assim sucedeu várias vezes, presenteou a vários amigos, com quem, no entanto, nunca devia enfrentar-se no jogo.

Quando cansou do seu amuleto e resolveu desprender-se dele, aconteceu com a de Damião. Este disse que não gostava mais da pedra e que tinha atirado na lagoa. Não havia feito: primeiro uma yarárá picou mortalmente sua mulher que estava lavando roupa na beira do rio, depois foi o maior que se afogou sem saber como, pois sabia nadar. Quando tiraram o rapaz estava todo comido, como

por piranhas, mas era estranho, porque ali nunca houve piranhas. Damião começou a piorar e foi enfraquecendo, como secando. Quando morreu, a mãe dele encontrou a pedra embaixo do travesseiro, úmida e brilhante, com se não a tivessem atirado. Dizem que a pobre velha guarda e a alimenta de puro medo nada mais.

Desde então, Ramão começou a ver a sua com temor e raiva, sem saber como se livra dela e logo que não o perseguiria mais.

Buscou novamente a feiticeira e ela ensinou-lhe um ritual secreto: devia rezar a Nossa Senhora das Pedras, fazer o sinal da cruz, de costas para o rio, jogá-la sem olhar para trás[...] Ele não se voltou? Estremeceu. Não, teve impressão, só isso. E seguiu caminhando. Mas não estava seguro, ficou com dúvidas.

Não soube quanto andou por aí. Ao chegar em casa recebeu-o um cheiro forte de peixe frito e o alegre cumprimento de seu rapaz.

– Pai, veja o que pescamos junto com o dourado!

Na palma da mão do filho, úmida e brilhante, a pedra como que escondendo-se.

BIBLIOGRAFIA

CASTAGNÉ, Alfredo Hector. **Por la Senda de los Tobas**. Corrientes, Argentina, 1998.

CRUZ, Godoy. **De magia y misterios**. Editorial Vinciguerra S.R.L. Buenos Aires, 1996.

JAKOBSEN, Roman. "Aspectos lingüísticos da tradução" In **Lingüística e comunicação**, Trad. De Isidoro Blikstein e José Paulo Paes, São Paulo, Editora Cultrix, 1969.

LOJO, María Rosa. **Cuentistas Argentinos de fin de siglo**. Editorial Vinciguerra, 1997, Buenos Aires, 1997.

STEINER, George. **Después de Babel- Aspectos del lenguaje y la traducción**, Traducción de Adolfo Castañon y Aurelio Major, Fondo de Cultura Económica, México, 1995.

VARA, Alfredo. "La cosmovisión guaraní" In **Corrientes en el mundo guaraní**, Talleres gráficos del Alemann SRL, Buenos Aires, 1985.

O Desenvolvimento Florestal no Contexto da Agricultura Familiar Catarinense: Limites, Contradições e Potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável

Paulo José da Fonseca Pires ¹
Eliane Dalmora ²

Tradicionalmente, os projetos de desenvolvimento florestais mantêm-se vinculados a uma perspectiva produtivista, descolados dos pressupostos de desenvolvimento da agricultura familiar e das ações de gestão integrada dos recursos naturais. Através da consulta a documentos, aos programas institucionais e entrevistas com agricultores e gestores, analisa-se os impasses na conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina-Brasil. Busca-se identificar se os programas estão estruturados de modo a superar a dicotomia preservação/produção. Observa-se, a conformação de uma paisagem composta por monoculturas florestais, a não valorização dos usos múltiplos dos recursos e a não veiculação de pesquisas para o manejo de florestas tropicais. Além disso, há impasses no que tange a obtenção de resultados favoráveis à conservação. Para superá-los é necessário remeter-se a ações de educação ambiental, fiscalização contínua e instantânea e a políticas de compensação nem sempre exequíveis.

Palavras chaves:

desenvolvimento florestal, gestão patrimonial, ecodesenvolvimento.

SUMMARY

Traditionally, the forest development projects stay linked to a perspective of the production, without of the presuppositions of development of the family agriculture and of the actions of integrated administration of the natural resources. Through the consultation to documents, to the institutional programs and glimpses with farmers and managers, it is analyzed the crossroads in the conservation of the Atlantic forest in Santa Catarina-Brazil. It is looked for to identify the programs are structured in way to overcome the conflict preservation/production. It is observed, the conformance of a landscape composed by forest monocultures, the not attribution of the value for the multiple uses of the resources and the lack of researches for the handling of

1 Engenheiro Florestal, Msc. em Extensão Rural. Doutorando em Engenharia Ambiental da UFSC, Professor do Curso de Ecologia da UNIDAVI.

2 Bióloga, Msc. em Extensão Rural, Acadêmica do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas Sociedade/Natureza da UFSC.

tropical forests. Besides, there is conflict in what it plays the obtaining of favorable results to the conservation. For to overcome that situation it is necessary to send to actions of environmental education, continuous and instantaneous fiscalization and the compensation politics not always executable.

Key words:

forest development, patrimonial administration, ecocodevelopment

Reflorestamentos em SC: um grande negócio para os grandes proprietários de terras.

O estado de SC caracterizou-se pela ampla realização de reflorestamentos, em especial, no período de incentivos florestais compreendido entre os anos de 1967-1987. (IBDF, 1984; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000). Com o esgotamento do modelo de exploração predatória das matas nativas, em especial da Floresta Ombrófila Mista e a conseqüente escassez de madeira de *Araucária angustifolia*, as empresas, ameaçadas de desaparecimento, são beneficiadas com um grande impulso estatal (incentivos fiscais para reflorestamento, proteção da

legislação, incentivos a pesquisas, entre outros). Os sistemas de produção direcionados a reflorestamentos encaminham-se para uma especialização produtiva, o que implica na definição de variedades de plantas, com relativa homogeneidade no volume produzido, nos tratamentos fitossanitários e nos tratamentos culturais voltados às zonas agroecológicas preferenciais. A opção por plantios homogêneos baseados em espécies exóticas dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus* implicou na definição de um tipo de produtor rural.

A atividade de reflorestamento foi dirigida para grandes proprietários de terras, localizados, preferencialmente, nos terrenos ondulados do planalto catarinense. Grande parte das áreas antigas de matas de araucária, que sofreram uma exploração madeireira intensa foram cobertas por reflorestamentos homogêneos pertencentes a empresas de papel e celulose. Como resultado deste processo, tais empresas tomaram a dianteira nas exportações madeireiras, sustentadas por uma postura de reposição florestal que fez jus às suas previsões de consumo e de expansão do empreendimento. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Atualmente essas empresas reconhecem a importância de descentralizar os plantios, intercalando áreas de matas nativas

ou de cultivos entre os talhões homogêneos e repassando a atividade para pequenas unidades de produção com disponibilidades de áreas menores. Com a inclusão dos agricultores familiares nos investimentos em reflorestamento, as empresas redimem-se do ônus ecológico causado pela extensão das monoculturas e os riscos daí advindos em termos de suscetibilidade a pragas, pela formação de ilhas de matas nativas, evitando a homogeneização total da paisagem. (MCNEELY, 2002). Além disso, a descentralização dos plantios impede o esvaziamento populacional dos territórios, evitando-se a concentração fundiária e estimulando a geração de emprego no campo. Com isso, são incluídas regiões até então não preferenciais aos reflorestamentos por apresentarem solos declivosos e de fertilidade diferenciada, não aptos ao desenvolvimento das tradicionais culturas anuais. (FRASSOM, 1998; EPAGRI, 1999).

A inversão da estratégia de ocupação territorial do estado de Santa Catarina (SC), com os reflorestamentos nas terras não agriculturáveis dos agricultores familiares, implica no reconhecimento do potencial empresarial da agricultura familiar e na superação dos pressupostos que, até então, levaram a exclusão do setor como público preferencial para realizar os reflorestamentos. (KOPITKE, 1985). Tal reconhe-

cimento consiste em identificar a compatibilidade do agricultor em termos de racionalidade coerente com as exigências técnicas, a eficiência econômica e a capacidade gerencial necessária para investimentos de rentabilidade em prazos prolongados (em torno de 20 anos). (MACEDO, 1996). O setor industrial finalmente reconhece a agricultura familiar como um possível parceiro na tarefa de manter os atuais índices de exportação de matérias-primas provenientes dos reflorestamentos. Os argumentos anteriores que atribuíam incompatibilidade à inserção da agricultura familiar no mercado produtor de madeira demonstraram-se falhos em vários países do mundo, pois a agricultura familiar vem apresentando extrema capacidade de adaptação às mudanças e, mesmo, superioridade gerencial. (VEIGA, 1991).

Entretanto, num passado recente as empresas de reflorestamento exerciam lobby para manter a exclusividade no acesso aos incentivos fiscais para reflorestamentos, baseando o seu argumento na sua superioridade em termos de eficiência técnica e gerencial e na disponibilidade de grandes áreas. Nesta perspectiva, portanto, reflorestamentos em pequenas áreas dos agricultores familiares estariam fadados ao insucesso. (FAYET, 1994). Todavia, com as mudanças na política de mercado nacional e internacional, propor-

cionou o fim da política de incentivos fiscais, condicionando as empresas, até então beneficiadas a reduzirem os investimentos em reflorestamento, o que implica num possível déficit na oferta de matéria-prima comparativamente à redução dos plantios na década de 80. (TORESAN, 2001).

A inclusão da agricultura familiar nos programas de reflorestamento: uma oportunidade para o desenvolvimento florestal sustentável

A atual inclusão da agricultura familiar na atividade de reflorestamento deve ser aclamada como uma oportunidade, desde que esteja coadunada com os pressupostos da sua própria **viabilidade** (capacidade técnica-econômica e a autonomia nas relações de produção); **“vivacidade”** (capacidade do produtor para conduzir o sistema de produção e assumir riscos) e **reprodutibilidade** do meio ambiente (refere-se a conservação dos recursos naturais como requisito fundamental na gestão dos sistemas de produção). (CIRAD-TERÁ, 1999). Os pressupostos da viabilidade, “vivacidade” e reprodutibilidade, quando articulados, propiciam a constituição de uma agricultura “sustentável”.

A busca da sustentabilidade da produção agrícola constitui-se num pressuposto praticamente consensual entre os mais diversos agentes públicos e organizações não governamentais que se sentem engajadas com a minimização dos impactos ambientais decorrentes do processo de desenvolvimento agrícola, em especial, pelas implicações da Revolução Verde. (CIRAD-TERÁ, 1999; FAO, 1999). A agricultura familiar foi duramente afetada por essas transformações, especialmente ao ter comprometida algumas de suas características que lhe conferiam flexibilidade para reagir às imposições de mercado e as adversidades climáticas. Conferir sustentabilidade à agricultura familiar implica reconhecer essas condições e primar pelas ações que lhe garantem viabilidade, “vivacidade” e reprodutibilidade.

A transposição linear do modelo de produção florestal latifundiário (baseado nos plantios homogêneos de grandes extensões em terras contínuas) para a agricultura familiar, provoca uma série de impactos na forma de reprodução da organização da unidade de produção, o que significa um desestímulo ao reforço de suas características tais como: o uso múltiplo do recurso, a rotação de áreas, a combinação de culturas e a complementaridade de rendas. A produção florestal foi

sustentada, historicamente por meio de uma abordagem cartesiana da ciência agrônoma, alimentada por inúmeras pesquisas que visavam unicamente à consolidação da produtividade dos gêneros de *Pinus* e *Eucalyptus*. A expansão linear de diversas situações dos sistemas de produção típicos, se distancia de uma abordagem que permita melhor compreender as características heterogêneas das condições locais, ou seja as especificidades ecológicas e as possibilidades de uso múltiplo dos recursos florestais, como nos sistemas agroflorestais e agrosilvipastori. (NIAMIR, 1996). Nessa segunda abordagem a prioridade é constituir sistemas de produção em que as populações locais participem das decisões sobre o desenvolvimento, o qual considera as condições que garantam a manutenção da produção, reduzindo ao mínimo os possíveis riscos que os envolvem.

Na busca de uma afinidade sincrética entre os sistemas de conhecimento modernos e tradicionais (fundamentados nas observações dos fatos locais, as experiências estabelecidas e transmitidas de geração a geração), reconhece-se possíveis práticas tradicionais de gestão da terra fundadas sobre princípios ecológicos locais tendo esses como parceiros nos processos de gestão dos recursos. (NIAMIR, 1996). As demandas dos bens e

serviços provenientes das florestas denotam o estabelecimento de um conjunto de inter-relações complementares que vai além da simples geração de renda ocasional da floresta vendida ou como um espaço a ser substituído e valorizado. É preciso compreender a floresta na sua diversidade sendo um potencial para o desenvolvimento da pluriatividade e da multifuncionalidade, distinguindo-o drasticamente dos reflorestamentos conduzidos pela ótica monofuncional da produção agrícola. (ANDERSON; CLÉMENT & CROWDER, 1998; BABIN et ali., 1999). Uma visão espacial e econômica deve ser constituída de modo a coadunar-se mais firmemente ao caráter pluriativo das florestas tropicais, possibilidade ímpar, mesmo quando se refere às divisas geradas pelos reflorestamentos (uni)ativos de espécies exóticas altamente produtivas e comprovadamente rentáveis. O desenvolvimento nesta perspectiva implica superar o dualismo espaço da floresta/espaço da agricultura e abrir os horizontes para sair dos cálculos econômicos de rentabilidade florestal estrita, construídos em separado dos cálculos relativos à otimização da produção. Permitir-se-á diversificar as possibilidades de uso dos recursos indo além da ótica madeireira. (MCNEELY, 2002).

Esta ótica coaduna-se com o conceito de floresta social, que

teve seu marco a partir do estudo *Forestry for Local Community Development* (FAO, 1978) e demais iniciativas incentivadas pela FAO, as quais contribuíram significativamente para reconhecer a importância das pessoas na conservação dos ecossistemas, propiciando as oportunidades de sobrevivência da população rural. Gradativamente, as propostas de gestão das florestas e de outros recursos naturais passam derradeiramente pelos objetivos e conceitos do desenvolvimento sustentável. Isso serve de suporte para a mudança na própria política florestal: de um enfoque centrado na exploração sustentável de “produtos dominantes”, principalmente madeira, passa para uma abordagem de manejo florestal sob a perspectiva de uso múltiplo dos recursos; a floresta passa a ser vista como um sistema de recursos naturais valiosos. Cada vez mais se reconhece a presença dos usos múltiplos no qual a floresta, fruto das interações sociais, proporciona renda aos agricultores e pode ajudar a mover as pessoas da frágil condição de mera subsistência para melhores níveis de vida. A floresta proporciona para muitos a satisfação das mais diversas necessidades domésticas, tais como: madeira para construção da casa e para construções rurais, combustível, fibra, alimento, medicamentos, quebra-vento, sombra, forragem para gado,

proteção do solo e água e demais instrumentos de madeira.

Visibilidade para a gestão ambiental: a face assessora da conservação e o desenvolvimento florestal

Essa mudança na política implica maior complexidade na gestão das florestas, pois relaciona-se com objetivos que dizem respeito tanto à conservação, quanto à produção, reconhecendo a necessidade de vincular a conservação dos recursos com as necessidades de desenvolvimento das populações que dependem desses recursos. (GILMOUR, 1995). Este enfoque tem como perspectiva o valor durável da floresta, rompendo com a perspectiva do lucro imediato e insustentável (dado pelo corte raso) baseado na lógica do mercado de consumo de massa. Recoloca-se então, as bases da conservação dos recursos florestais na viabilidade econômica e ecológica a longo prazo. Nesse sentido rompe-se, com o ponto de vista dual que separa reservas protegidas (sem uso) de áreas de produção (sem preservação). Os objetivos econômicos e ecológicos podem estar aliados em programas que evitem homogeneizar as alternativas de desenvolvimento regional, portanto voltados para o ecodesenvolvimento o que im-

plica um desenvolvimento definido sobre as potencialidades locais dos ecossistemas e não sobre as necessidades de crescimento econômico restritas a um setor da sociedade.

O papel do setor público, nesses casos, é insubstituível, implica promover uma visão de longo prazo no sentido de um desenvolvimento durável conforme as três dimensões do desenvolvimento (social, ambiental e econômica) que se interpenetram. Este deve considerar a diversidade geográfica do território nacional, devido à importância do seu meio ambiente e da gestão do território. O estado também deve coordenar a formulação de estratégias regionais e locais e facilitar sua prática com uma visão global, porém apoiada na realidade local. A curto prazo, deve se articular de modo coerente para que as prioridades de hoje não comprometam as prioridades do futuro. De caráter universal, a visão deve se reencontrar nas políticas setoriais, de forte impacto socioambiental, envolvendo energia, transporte, urbanismo, agricultura e água. O estado, enfim, deve estimular a autonomia e suscitar o engajamento voluntário, de amplos setores da sociedade civil levando-os a cumprir suas obrigações, como por exemplo, as normas relativas à poluição. (FALLOUX, 1998)

Duas questões são recolocadas: a necessidade de um novo modelo de gestão, vinculado à perspectiva da gestão pública participativa e o envolvimento no questionamento dos estilos de desenvolvimento em curso. Dentre as inúmeras proposições, as propostas do ecodesenvolvimento e da gestão patrimonial constituem-se, em seu conjunto, um potencial riquíssimo para a perspectiva pró-ativa da conservação. (SACHS & WEBER, 1998). Afastar a perspectiva ambientalista da alçada tecnocrática de gestão e do predomínio da cultura mercadológica significa tomar frente aos processos democráticos favoráveis à ética da conservação, da autoconfiança, fortalecida pela gestão patrimonial e pela economia sustentável e solidária.

Durante muito tempo, as políticas de desenvolvimento dos países ditos do terceiro mundo foram construídas sobre modelos econômicos e sociais baseados nas condições da revolução industrial ocidental. Tais vias de desenvolvimento consideravam a agricultura e a urbanização como prioritárias em relação às questões de equidade no acesso dos recursos naturais e de sua conservação. O desenvolvimento passava por uma agricultura desenvolvida em detrimento das zonas florestais em uma lógica de conversão das terras que abrigam tais ecossistemas. (BABIN, et ali., 1999). O desen-

volvimento sustentável tem tomado distância da antinomia desenvolvimento econômico e proteção da natureza recolocando uma abordagem integrada que respeita a conservação e manejo dos recursos. A conservação da natureza é a utilização racional dos recursos naturais e isso a distingue da noção de preservação, a qual subentende o não uso dos recursos face à ameaça de sua perda, à manutenção forçada do patrimônio exposto ao uso humano "irracional". (URBAN, 1998, p. 198).

Superar a dicotomia das análises que focalizam de um lado a degradação as ações corretivas e de outro a disponibilidade de recursos para satisfazer as necessidades humanas, não tem sido uma tarefa simples. Implica romper com a tradição que busca uma natureza pura, definida por Diégues (1999, p. 49), como "uma natureza não transformada, é um museu, uma reserva, um artifício de cultura como outros, no qual somente o naturalismo reativo acredita". Os trabalhos atuais de dinâmica dos ecossistemas rejeitam o mito do equilíbrio e dão lugar a novos conceitos: a variabilidade, a incerteza, a precaução e a irreversibilidade dos sistemas. (BERTRAND, 1994). Um organismo vivo modifica o meio no qual vive e se adapta às modificações externas a esse meio, seguindo o rastro da viabilidade.

Nessa perspectiva, portanto, é perfeitamente possível interagir com a natureza, tirar dela o sustento, sem inviabilizar a sobrevivência dos ecossistemas.

As experiências em gestão ambiental, quando preconizadas de forma preventiva, com o envolvimento efetivo das pessoas na sua conservação, têm conseguido reverter o ritmo acentuado de degradação dos ecossistemas tropicais. Os exemplos práticos de Reserva da Biosfera têm em muitos casos sido essenciais para introduzir processos, renovar conceitos e metodologias no planejamento do desenvolvimento orientado no sentido da sustentabilidade. Essa renovação ficou clara quando as Reservas de Biosfera (RB) têm demonstrado a necessidade de ir além do conceito tradicional de área protegida, baseada no modelo de "Yellowstone National Park", caminho que se consolidou na metade do século passado. Assim a RB em seus planos inclui a produção e tendem a ir além do sentido estrito da proteção. Torna-se ligada dentro de uma política de planejamento e desenvolvimento do uso das terras. (DANIELE, 1999).

Nesse sentido, entendemos que a conservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica passa pela consolidação e efetivação de fato das unidades de conservação, mas depende de uma esforço amplo de envolvi-

mento das comunidades do entorno, implica a redefinição dos valores das florestas, que vai além do definido pelos mercados. A gestão democrática presente no planejamento dos territórios e na definição das responsabilidades de conservação da Mata Atlântica, favorecerá o reconhecimento público do patrimônio. A noção de patrimonialidade (não confundida com a noção de Estado Patrimonialista), implica a disseminação de um discurso que apela menos para uma humanidade abstrata e mais para o comprometimento das pessoas com a geração da qualidade de vida nas suas localidades e com os legados para as próximas gerações. (WEBER, 1995). No início de um processo que visa à gestão patrimonial, é preciso reconhecer que na percepção das pessoas e das instituições não é clara a relação entre conservação e desenvolvimento. O diagnóstico participativo dos ecossistemas e do resgate do processo histórico de desenvolvimento regional pode constituir num importante instrumento de sensibilização e de envolvimento comunitário.

Em numerosos países, através da participação, a população local tem proporcionado os meios de supervisionar o uso dos remanescentes florestais, afastando os riscos de que as florestas protegidas tornem-se áreas de livre acesso ou que os proprietários privados burlem a

legislação ambiental através da sua exploração clandestina. Isso implica que as regras instituídas sejam aceitáveis e viáveis para serem aplicadas. Se os objetivos e os resultados da gestão dos recursos são parte da construção conjunta sociedade/gestores públicos os resultados são extremamente favoráveis para o ecodesenvolvimento. Isso implica regras claras para que a gestão ambiental não se prostitua e não abra possibilidades para grupos que desrespeitam a legislação ambiental. Sobre regras aceitáveis, bem conhecidas dos atores sociais, o desrespeito à legislação passa a ser uma exceção e aqueles que a desrespeitam podem ser punidos. (BABER, 1999). A gestão patrimonial depende da reestruturação do estado no sentido de sua democratização, descentralização das decisões e legitimação das instituições a nível local, que favorece a mobilização das populações para o desenvolvimento viável. (WEBER, 1995). Tal abordagem, recoloca em questão a noção do decisor onipotente e onisciente e valoriza o papel e a responsabilidade dos múltiplos e diferentes atores envolvidos pelos espaços florestais e seus recursos.

É necessário se interrogar sobre a ordem dessas prioridades e sobre o conteúdo das verdadeiras condicionalidades em matéria da gestão dos recursos renováveis e do desenvolvimento

econômico e social a partir desses recursos. Para a sustentabilidade é necessário pensar a co-viabilidade. Pensar o desenvolvimento viável a longo prazo consiste em pesquisar a co-viabilidade dos ecossistemas e dos modos de vida que eles suportam. Trata-se de uma abordagem de gerar os recursos renováveis sob ao coerção da co-viabilidade. Ao invés de falar sobre gestão pública ou gestão privada do meio ambiente, pode-se promover a co-gestão multiatores do meio ambiente, fundada num novo equilíbrio das responsabilidades entre setor público, mundo das empresas e da sociedade civil, cada um com seu papel respectivo. (FALLOUX, 1998).

Os numerosos projetos pilotos de floresta social ou de gestão florestal com as populações locais, vêm obtendo sucesso em diferentes países. No entanto, além das zonas pilotos, os investimentos maciços são notadamente insuficientes. A eficiência na gestão dos recursos florestais demanda uma intervenção em todos os âmbitos da questão: na política junto ao consumidor, ao industrial, ao florestador ou ao agricultor. Como meio de estímulo é importante manter uma perspectiva ampla e interligada de valorização econômica e ambiental das florestas ou dos meios de satisfação das necessidades dos diferentes consumidores. Tam-

bém deve-se ter em conta a integração entre as políticas de gestão do território e outras políticas setoriais que incidem direta ou indiretamente sobre as florestas. Antes das soluções técnicas é preciso efetuar as escolhas de ordem política, econômica e social de modo partilhado com a participação dos atores sociais e sobre o critério da equidade. Nessas condições, uma gestão efetiva pode-se instaurar. (BABER, 1999).

O dilema da conservação dos remanescentes de Mata Atlântica

A expansão da produção agrícola no Brasil, desde os tempos coloniais, deu-se pela espoliação dos ecossistemas florestais nem sempre associados a um aproveitamento econômico de seus recursos. As pressões sobre as florestas exercidas pela sociedade a partir da revolução industrial acentuaram tais relações estabelecidas com os espaços florestais por meio do acirramento das relações mercantis e pelas novas formas de intervenção sobre os recursos naturais. Predominam relações antagônicas da sociedade com as florestas, através do preceito de que para ocorrer desenvolvimento agrícola os desmatamentos são necessários e justificáveis. Persiste a noção de

“floresta primitiva” representando um mundo fechado e hostil para a emergência das “civilizações”. (BERTRAND, 1994). A relação da agricultura com a floresta então se restringiu ora ao ângulo espacial - a floresta precisa ser combatida para viabilizar o uso das terras, no sentido de as cultivar - ora ao ângulo da economia extrativista - a floresta é complementar, se constitui como um dote que fornece rendas adicionais aos agricultores. (ANADALVO DOS SANTOS, 1993). Apesar de seu caráter, a princípio complementar, a floresta passou a exercer um papel essencial na economia agrícola e rural configurando as seguintes funções: demanda ambiental, satisfação das necessidades alimentares, e como rendas complementares, satisfação das demandas dos mercados locais e regionais e como economia de divisas.

Porém surgem sinais do esgotamento das florestas devido às inúmeras pressões. A tomada de consciência de que o meio rural enfrentava uma crise energética, especialmente na década de 70, devido à escassez de madeira e da lenha leva a avaliação da situação das florestas. A escassez de madeira empobrece a população rural, em especial, os agricultores cuja sobrevivência depende de um leque diversificado de recursos proveniente da base natural (a água e a pesca dos rios; a caça, os alimentos e

medicamentos, os combustíveis e os instrumentos da mata). Para solucionar a crise, os programas de floresta social podem ser uma solução. A FAO passa a reconhecer a necessidade de reorientar as políticas de desenvolvimento através do apoio florestal para população local e passa a encorajar as instituições de pesquisa e fomento para participar nos esforços da conservação e fortalecer as experiências sociais em floresta. (GREGERSEN, 1988).

As mudanças também ocorrem porque os decisores tornam-se mais sensíveis às críticas de que os projetos de desenvolvimento rural e os projetos convencionais de florestamento estavam falhando no que se referem aos interesses locais, às suas necessidades e à participação das pessoas diretamente envolvidas no uso dos recursos e que evidenciam o papel das árvores nos sistemas agrícolas, na conservação do solo e da água. Atualmente, há o trunfo de um conjunto de agricultores pertencentes às mais diversas localidades do estado de Santa Catarina que apresentam novas práticas de uso das terras. Quando as ações de conservação propagam-se entre os proprietários, configura-se uma nova paisagem, não mais dos fragmentos florestais isolados, com a formação de verdadeiros corredores ecológicos nas áreas de encostas de serras. Essas áreas em fase de regeneração pode-

riam ser enriquecidas com espécies dos trópicos, o que permitiria um futuro de uso múltiplo dos recursos regenerados sob ação induzida dos agroflorestadores.

Os reflorestamentos não acabaram com o consumo de espécies nativas, nem mesmo os últimos remanescentes de mata atlântica foram poupados de exploração durante as décadas de 60, 70 e 80. A década de 90 apresenta um quadro um pouco diferente com a abertura dos espaços de atuação dos movimentos sociais que exercem uma importante contra-corrente ao ritmo de desmatamento evidenciado nos períodos anteriores. Acrescido a isso, na década de 90 o ciclo de extrativismo está comprometido pela escassez gerada, a grande maioria das florestas sofreram algum tipo de intervenção, seja pela eliminação completa da floresta seja pelo corte "seletivo" das espécies. Não há mais florestas que sejam economicamente viáveis para a exploração. O movimento ambientalista chega com a luta para conter desmatamentos e para falar em conservação, mas o quadro é desolador, muitas situações não mais permitem qualquer forma de uso. Daí a dualidade entre a compreensão de que o restante é resultado de uma ação positiva das pessoas e a necessidade de salvaguardar o que resta, em especial no que tange aos ecossistemas de re-

giões com maior erosão genética como é o caso da Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mixta.

Distantes de uma noção em que populações e natureza integram-se, o abandono é a marca da restituição das florestas. A noção que o sustentou foi a do entendimento de uso dos espaços meramente da produção simplificada (de gêneros alimentícios) e da extração da floresta (como fonte de madeira ou combustível). O uso múltiplo e sustentável da floresta pouco se concretizou, frente à ótica da eficiência produtiva, da quantidade produzida por unidade de área, da padronização do produto, entre outros. Os reflorestamentos com objetivos de renda ao agricultor são conduzidos no contexto da eficiência produtiva, tais como na agricultura tornam-se produção de floresta. O fim último só pode ser atingido pelo desdobramento da árvore em crescimento rápido, na superior produtividade de tora, na homogeneidade das características do produto. Esta imbuído a noção de cultura onde todos os esforços humanos são no sentido de converter os espaços da natureza em artificios propícios a satisfação das necessidades do homem.

Redefinições territoriais: esvaziamento de pessoas e retorno das matas

Mais recentemente, observa-se uma redução significativa nas extensões de áreas com culturas anuais como reflexo da redução do tamanho das famílias de agricultores, a migração do jovem rural para as cidades e a intensificação do uso das terras. Há muitas áreas, em especial as encostas de serra, que estão em processo de regeneração da mata nativa. Em termos de conservação isso pode significar um grande trunfo, o esvaziamento do campo e as mudanças tecnológicas resultam na resolução rápida de um problema que se constituía de grandes impasses para a conservação. Diminui-se a pressão demográfica, em especial, dos camponeses pobres que desmatavam e queimavam a cada ciclo de culturas anuais. Com base em tal diagnóstico há uma resolução do problema do desmatamento no estado sem a necessidade da injeção de investimentos. Porém, há apenas um deslocamento territorial, a população acabou deslocando-se para os centros urbanos, somando-se a um conjunto ainda insolúvel de problemas relativos agora, à satisfação das necessidades mais essenciais (acesso a trabalho, água e alimento). Em termos socioambientais as pres-

sões exercidas para atender as necessidades são muito maiores nos espaços urbanos superesgotados. A migração do jovem rural, a redução da população dos pequenos municípios, a concentração da propriedade da terra não significam a médio prazo a redução da exploração capitalista dos espaços.

Uma mata em regeneração em áreas de solos degradados não tem valor de troca, que implique uma especulação capitalista sobre ela. Teremos talvez um futuro de cidades que não conseguem atender as condições de subsistência alimentar, limitadas pelas relações de violência e dominação que assola as populações pobres rodeados pelos espaços rurais sem pessoas. Persiste um dos mais graves problemas demográficos e de gestão ambiental urbana: a concentração populacional e distribuição desigual do acesso aos recursos. Para Ignacy Sachs (2000) esse modelo de ocupação territorial é extremamente predatório. Significa uma perda de oportunidade de desenvolvimento do que ele denomina de uma "Verdadeira Civilização da Biomassa". O suposto esvaziamento do meio rural catarinense pode ser uma oportunidade para a recomposição das florestas, um trunfo aos preservacionistas, que analisam no retorno das matas em áreas em regeneração uma oportunidade para a recomposição das

florestas.

Já no contexto do ecodesenvolvimento, esse ponto de vista não valoriza o papel das pessoas nos territórios pelas configurações urbanas e rurais e inter-regionais que superem as disparidades em termos de concentração de recursos, população e alocação dos investimentos públicos. Os preservacionistas, ao contrário, apostam na não mudança das condições locais pelo envolvimento das pessoas no sentido de redefinir suas estratégias de sobrevivência centradas no uso durável dos recursos existentes. Os lugares se esvaziam em situações de falta de clareza sobre as formas possíveis de superação apresentadas pelos impasses, pela pobreza, falta de oportunidades de trabalho e de geração de rendas insuficiente ou pela busca de crescimento cultural.

Há que se considerar as cidades como sistemas abertos, seus limites territoriais não podem ser definidos apenas pela ausência das aglomerações humanas, mas pelo ecossistema territorial que lhe dá suporte. (BORJA & CASTELLS, 1997). Entendido como o espaço sem o qual um ecossistema urbano não pode exercer o conjunto de suas próprias funções vitais, composto de elementos do ambiente físico e biológico, do ambiente construídos nas relações sociais, que as

coloca numa relação de interdependência entre os limites físicos e biológicos e das atuações humanas ali constituídas. (VEIGA, 2000).

Denota-se ali que os esforços para a harmonização dos tripés não se consolidaram. Significa uma perda de oportunidade para um desenvolvimento que permita o resgate das relações sociedade/natureza. A separação do mundo da natureza "pureza", o mundo das florestas produtivas e o mundo urbano está distante da busca do desenvolvimento durável, é uma radicalização das diferenças. Em sociedades que se deixam subjugar a gestões centralizadores e autoritárias a homogeneização e a segregação rural/urbana, centro/periferia, produção/preservação, se consolida.

Quando o estágio de degradação e de exploração direta da mata nativa coloca em risco uma determinada espécie tende-se a atitudes drásticas, estabelecendo medidas austeras e de caráter emergencial, portanto não preventivas. (RIBEIRO, 2000). As estratégias estabelecidas para atingir essa meta demandam altos custos de controle e de ação institucional com fiscalização. (WEBER & SACHS, 1998). Em especial, no caso do Brasil onde o sistema nacional de meio ambiente e os órgãos estaduais estão desestruturados, apresentando uma fiscalização com resul-

tados de baixa efetividade. Quando o estado não está possibilitado para uma ação efetiva perpetuam-se as impunidades face às infrações cometidas e a insignificante participação da sociedade na partilha das responsabilidades, em especial, no que tange à denúncia dos crimes cometidos contra ao meio ambiente. A perda maior é a da conservação, sob a ausência do exercício do poder público, no controle do acesso ao bem comum este é utilizado de modo mais predatório, visando aproveitar-se da ausência da organização. Sob a proibição do corte da mata nativa, muitos proprietários depredaram suas matas logo após o anúncio da sua proteção integral. A fiscalização, a prevenção deve vir antes da instituição da lei para evitar que atitudes como essas ocorram e que áreas públicas tornam-se de livre acesso.

Os órgãos ambientais que surgiram nos últimos anos enfrentam inúmeras dificuldades para efetivarem a conservação, denotando muitos casos em que há a completa ausência de uma gestão pública dos recursos. Entre os remanescentes da Mata Atlântica há determinadas regiões em que o desmatamento continua ao ponto de ser difícil buscar o manejo sustentável pela situação de quase desaparecimento, seu uso passa a ser proibitivo.

Em Madagascar, na África e Índia a busca pela conservação apresenta inúmeras falhas tradicionalmente baseada em políticas do tipo proibitivas. Áreas Protegidas são criadas com a expropriação das populações locais e freqüentemente com o seu reassentamento forçado. De um modo geral, os resultados das medidas que procuram resguardar as florestas através de métodos que buscam a sua intocabilidade, sua preservação integral, têm sido pouco significativos. Isso por considerar que a floresta existente é resultado das pressões das mais diversas sociedades que ali se assentaram (foram utilizadas em determinados ciclos para pastagens e nos cultivos itinerantes). Assim, a sociedade deve ser convidada a participar dos processos de regeneração da floresta e de conservação da biodiversidade. Agora, reconhece-se que tais práticas são falhas para a conservação se a população local é apenas convocada a participar na preservação dos recursos.

A gestão ambiental além de ser preconizada por uma visão preservacionista aproxima-se de práticas políticas autoritárias, cujas decisões estão centralizadas nos especialistas do assunto. Os instrumentos tradicionais de conservação revelaram-se insuficientes e uma de suas principais falhas provém de seu caráter impositivo, sem estabelecer acordos com as pessoas que são dire-

tamente afetadas pela necessidade de conservação. (BATISSE, 1996). As áreas de conservação, legalmente instituídas, conseguem ter mais depredação do que na sua condição anterior, antes da proteção legal e transformam-se facilmente em áreas de livre acesso. As tentativas de impor uma noção de patrimônio, de sentido intergeracional para uma sociedade plenamente integrada à lógica capitalista, que vê a natureza como um mero fator de produção, enquanto valor de troca, a noção preservacionista passa a ser vista como uma ameaça à livre exploração do recurso. Essa ótica, apesar dos objetivos de conservação tentarem centrar-se em áreas de terras demarcadas, legalizadas, não impediu que as pessoas invadissem os seus recursos. O Parque Estadual da Serra do tabuleiro, a Reserva Biológica da Canela Sassafrás, a Reserva Indígena de Ibirama, a Flona de Ibirama, foram áreas extremamente ameaçadas pelas mais diversas populações e empresas (índios, madeireiros, caçadores, agricultores, extratores clandestinos e outros). Uma área verde fica livre para a sua ocupação, é uma área do governo. O entendimento do público como de qualquer um, ou melhor do que chegar primeiro prevalece nas áreas dos parques.

Face ao conjunto de evidência que confrontaram o ponto de vista conservador dos gestores ambientais, emerge o consenso

de que o envolvimento das pessoas é imprescindível para a conservação. Isso se torna mais prioritário quando os preservacionistas deparam-se com o risco de manter as ilhas de biodiversidade: surge daí a necessidade de dar contigüidade entre os ecossistemas, para que as ilhas não se tornassem uma outra ameaça. (BATISSE, 1996). Não há como fugir da idéia de um repensar o desenvolvimento e um envolvimento comprometido das grandes regiões. Isso envolve a gestão das cidades, dos sistemas de produção agrícola e das áreas de turismo. Envolve uma atitude que rompa com a gestão autocrática coordenada pelas decisões dos comitês científicos e suas instituições sustentadoras, como bem aponta Diégues (1995), ao realizar o diagnóstico da situação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). Nesse documento identifica como principais impasses para a consolidação da RBMA, os laços frágeis de participação da comunidade local e de ações concentradas nas áreas protegidas, não dando importância aos impasses estabelecidos pelas relações com o entorno, e com os projetos regionais de desenvolvimento que comportem direta ou indiretamente a conservação das unidades na qual os esforços se concentram.

O autor acima aponta os reflexos decorrentes dessa perspectiva que se refere ao próprio

esclarecimento das pessoas com relação a importância da proposta da reserva da biosfera e, mais a não participação na implementação acaba não fortalecendo a perspectiva ampla da proposta que vai além do envolvimento necessário para consolidar uma unidade de conservação. As pessoas inadvertidas tendem a confundir a categoria reserva da Biosfera com as demais categorias de uso restritivo dos recursos naturais. Tal idéia é reforçada pela própria ação que acaba centrando-se nos esforços na resolução de problemas relacionados a áreas de proteção dentro das zonas centrais. Problemas como a das questões fundiárias que demandam recursos financeiros (escassos e sempre insuficientes) e negociação com os proprietários para resolução de conflitos e ampla infra-estrutura para fiscalização das áreas "sem pessoas". Com isso Diégues (1995), sugere que deveria ser dada alta prioridade na regularização das ações nas áreas tampão as quais influem diretamente nas condições de conservação dos remanescentes.

**As possibilidades do
ecodesenvolvimento:
univocidade e gestão
ambiental coercitiva**

O estado de Santa Catarina é

aclamado pela sua "vocaçãõ" florestal que está inscrita no próprio resgate do importante ciclo econômico de extrativismo do pinho e nas características de grande parte das terras que apresentam aptidão imprópria para as plantas anuais. Nos últimos anos, em especial através das ações do Projeto Microbacia, avalia-se que essas áreas devem apresentar um uso compatível com a sua aptidão, redimindo-se os impactos ambientais ali gerados em termos de conservação. Na década de 90, em especial, observa-se uma verdadeira transformação nos usos dos solos localizados sobre classe IV e V: os agricultores familiares em sua maioria estão deixando de plantar nessas encostas. Com o abandono dessas áreas, abrem-se espaços para a regeneração das matas nativas. Os motivos que levaram os agricultores a mudar podem ser atribuídos a um conjunto de fatores convergentes: a crise na produção agrícola que leva os jovens agricultores a abandonar a atividade, ficando as famílias com poucas pessoas para fazerem o uso de toda a extensão de suas terras, o desenvolvimento de novas tecnologias (tais como a adubação verde e orgânica, eliminação das queimadas e plantio direto entre outros) que permite a intensificação do uso das terras.

Nesse contexto territorial (vocaçãõ florestal) e econômico (mi-

gração do homem do campo) o governo do estado desenvolve, no período de 1998 a 2002, o chamado Programa Florestal Catarinense. Este se consistiu em várias frentes de atuação em termos de: geração de conhecimento com profissionalização do setor produtivo; geração de incentivos através de linhas de crédito permanente; veiculação de uma nova fonte de renda aos agricultores familiares em processo de exclusão da atividade agrícola; pesquisa florestal para o incremento da produção florestal em termos de melhoria de qualidade e de ampliação do volume de oferta de matéria-prima e a diminuição da pressão sobre as Matas Nativas pela extração predatória da madeira e da lenha. (FRASSOM, 1998). O atendimento da meta de apoio aos agricultores familiares é aclamado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual contribui com uma soma significativa de recursos (entre os anos de 2000 e 2001 somaram R\$7.236.480,00). A Política Nacional de Florestas (PNF), formulada pelo MMA, segue a mesma linha de SC no que tange ao apoio financeiro e técnico aos pequenos e médios produtores rurais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002; SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2001).

O Programa Florestal Catarinense, em termos gerais, atende a um conjunto múltiplo de obje-

tivos, dentre os quais, ressalta-se: o fornecimento de matéria-prima para o setor industrial de papel e celulose e da indústria moveleira entre outros consumidores; o crescimento da economia do estado através das exportações; o predomínio de incentivos em cima das espécies de Pinus e Eucalipto que garante qualidade de produção e expansão da cultura nas diversas regiões do estado; e, por fim, proporciona através de crédito, incentivos para impedir a saída dos agricultores familiares do campo. (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2000; ANDRADE, 2001).

Este programa instrumentaliza a agricultura familiar, pois tem como fim suprir parte da demanda de matéria-prima para setores industriais já consolidados do estado e minimizar uma possível crise na oferta futura de matéria-prima. Condiciona a meta de evitar a saída de mais agricultores do campo com os incentivos nos reflorestamentos, por propagar benefícios econômicos (na geração de trabalho e renda para os agricultores) e ambientais (reduzindo-se as pressões sobre as florestas nativas com o substitutos energéticos e madeireiros). (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2000).

A linha de argumentação seguida no presente texto teve como base dados de entrevistas

realizadas com agricultores, técnicos e pesquisadores, objetivando tecer considerações no que tange aos preconizados benefícios ambientais, em referência à perspectiva do desenvolvimento florestal sustentável e da gestão patrimonial dos recursos. Isso porque se concebe a problemática de gestão para além do espaço florestal, mas numa perspectiva inter-setorial da gestão do território e do desenvolvimento rural que permita aos usuários dos recursos compartilhar benefícios e responsabilidades da exploração. (WEBER, 1995). Nessa ótica, para o referido autor, todo o projeto de desenvolvimento em matéria florestal deve ter como condicionalidade: a questão da equidade, considerando os riscos iminentes da marginalização de alguns grupos (mulheres, jovens, alguns atores econômicos e outros); a questão da eficiência, considerando os riscos de uma perda na concreção dos projetos e das ações pelos processos tecnocráticos de decisão, ausência de participação e de envolvimento comunitário favorável à evidência dos conflitos e à negociação dos benefícios e aos custos elevados de transações e de controle; à internalização da noção patrimonial do recurso o que implica a previsão dos impactos gerados pelas formas de uso predatório por parte dos proprietários individuais em detrimento da gestão comparti-

lhada dos recursos.

Desse modo, o planejamento territorial depende da análise criteriosa do sistema de produção e acolhimento dos objetivos dos agricultores, o que implica uma visão em que a agricultura /pecuária/ área de preservação permanente/ reserva florestal /reflorestamentos sejam orientados de modo integrado, como atividades complementares e evitando-se competições ou prejuízos para a conservação e para a própria viabilidade do agricultor e sua família. Programas induzidos a partir de incentivos fiscais acabam não priorizando essa reflexão quando movidos pelo prêmio e não necessariamente por proposta que de uma conotação a mais longo prazo do setor, por ser elaborada a partir de uma avaliação das necessidades locais. No caso da reposição florestal seu sucesso depende do questionamento em termos da demanda atual e futura, do reconhecimento das pressões exercidas além da capacidade de restauração das reservas da propriedade, da valorização do produto no mercado e das potencialidades em termos de agregação de valor ao produto.

Não necessariamente, ocorre relação direta entre as ações de reflorestamento com espécies exóticas e a redução desmatamentos de espécies nativas, pois implica produtos diferentes.

A mudança da proveniência de matéria-prima por parte de setores da economia (tais como, a indústria de papel e celulose, a indústria moveleira e consumidores de lenha) não impediu que outros usuários exercessem pressão sobre as matas nativas. Redimensionar o mercado de apenas um setor da economia não foi suficiente para propagar os hábitos de exploração dos recursos florestais nativos. Nesse período, continuaram os projetos de expansão econômica a todo o custo, de expansão das áreas agrícolas em detrimento das áreas de matas nativas, de consumo de lenha nativa e de fornecimento de madeira de “lei” às empresas moveleiras.

Paralela aos reflorestamentos permanece a estratégia de conservação pela ótica do não uso, ou seja, os programas separam as áreas econômicas e áreas de preservação, não apostam na possibilidade do desenvolvimento sustentável, pois reafirmam a suposta incompatibilidade da economia e da ecologia. Nesses termos, as necessidades de crescimento econômico das empresas que geram empregos à custa da exploração predatória da suposta abundância de recursos da natureza, as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores e dos pequenos proprietários das terras são colocados como contrapartidas às políticas de preservação. Justificou-se pelo “Milagre

Brasileiro”, que prometia o crescimento em primeiro lugar, a não definição de estratégias mais restritivas ao uso dos recursos naturais.

Através da suposta falta de conhecimento, justifica-se que novas pesquisas sejam realizadas em cima do seguro desenvolvimento rápido e superior das espécies exóticas em detrimento da pesquisa que permitisse a valorização econômica das espécies nativas. Esse fato prejudica gravemente as possibilidades de um desenvolvimento florestal sustentável que permitisse aliar conservação e produção no contexto dos sistemas de produção familiares típicos da agricultura familiar de SC, que lhe faça jus a sua conclamada “vocaçã florestal”. Atualmente, com a redefinição do uso das terras, muitos estabelecimentos se viabilizariam caso lhes fosse permitido o uso múltiplo dos recursos e a diversificação das atividades (agregando valor ao produto por meio da agroindustrialização, do artesanato, turismo rural e ecológico, entre outros) em áreas condenadas a exercer o papel de função ambiental (dando jus ao compromisso do agricultor na conservação das Áreas de Preservação Permanente). Para muitos agricultores as áreas em APP acabam somando-lhe grande parte do seu estabelecimento, restringindo-lhe as superfícies de área disponíveis para a agricultura. A

demanda do mercado, a economia de autoconsumo, e o suprimento energético (lenha e carvão) para a unidade de produção familiar continuam exercendo forte pressão sobre as florestas não plantadas. Somente com a consolidação de práticas de manejo sustentável do uso da floresta se estaria contemplando a demanda de consumo local, no qual se assentava pela poliutilização do espaço e a plurifuncionalidade das espécies manejadas que atendiam as necessidades vitais (satisfazer necessidades materiais e espirituais) e de produção. Esse mercado local não é considerado, pois na concepção de produtividade o apelo é pelos rendimentos crescentes e o aumento da eficiência na alocação dos insumos o que implica a formação de espaços geométricos nitidamente funcionalizados. As formas tradicionais, que primavam pela complementaridade das atividades agrícolas/florestais sobre um mesmo espaço foram rompidas.

Tem-se a certeza dos resultados positivos dos reflorestamentos com objetivos de extração madeireira, e energético ou de celulose e papel, todos eles implicam um corte raso após o máximo de 20 anos de desenvolvimento florestal. Certamente o impacto dos reflorestamentos nesse porte causam agressões ao meio ambiente (em especial ao solo e as águas), pelas colheitas

realizadas em ciclos de 10 a 20 anos. (FERRAZ & MOTA, 2000). Permanecem os riscos da perda da biodiversidade provenientes das monoculturas florestais. (LEFF, 1994), mesmo estando essas intercaladas por outros usos ou por ilhas de matas nativas. A reposição da fertilidade do solo perdida em cada corte de floresta requer a adoção de cuidados no preparo do solo e no manejo das florestas que vai além do proposto pela ótica de produção intensiva: implica eliminar a queima dos galhos e folhas restantes do corte, mantendo o máximo de resíduos na própria área cultivada. (FERRAZ & MOTA, 2000). Mesmo as áreas destinadas à conservação como reserva legal não estão imunes de serem convertidas em áreas de reflorestamento, o que pode causar impactos diretos à unidade de produção como alteração do recurso hídrico e rompimento de corredores ecológicos que agregam o conjunto de áreas de proteção ambiental.

Persiste em termos de ocupação dos espaços a noção de separação espacial agricultura/floresta (floresta produtiva/floresta de reserva). A noção de floresta produtiva implica o uso de espécies exóticas (alegadas como capazes de atender o mercado e a economia de escala e manter homogeneidade de produção em face das variações agroecológicas) em oposição às

espécies nativas (na qual alega-se diversidade de rendimento e variação produtiva com base nas variações agroecológicas). As representações de floresta enquanto espaço separado do espaço agrícola contribuiu fundamentalmente para o desenvolvimento de uma gestão florestal preferencialmente desvinculada de uma participação mais ampla da sociedade.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento florestal e as de desenvolvimento agrícola em Santa Catarina de certa forma são conduzidas separadamente, o que gera ações muitas vezes conflitantes. Da mesma forma as políticas generalizáveis para todo o estado acaba impedindo de se olhar para as especificidades regionais características da conformação socioeconômica e ecológica historicamente constituída. Os programas de reflorestamento surgiram vinculados ao modelo de crescimento econômico voltados ao desenvolvimento da agricultura patronal: a opção foi por variedades florestais de crescimento rápido generalizáveis as mais diversas condições de solo e clima de SC dos grandes proprietários de terra.

A dimensão ambiental não foi a meta básica a ser atingida no interior das unidades de produção, já que se primava pelo crescimento físico da produção para tornar o estado autosufi-

ciente e exportador de papel e celulose. As pesquisas com nativas são insignificantes em relação àquelas realizadas em cima dos gêneros de pinus e eucalipto. A FAO, em relatório realizado em 1979, já apontava para os riscos dessa concentração das pesquisas. A falta quase total de conhecimentos sobre o bosque natural tropical impede de formar uma base sólida de conhecimentos em: silvicultura tropical, inventário, classificação, aproveitamento, uso, industrialização, administração, proteção e ecologia. Orientava que a pesquisa sobre os trópicos, em especial no campo da agrofloresta, identificaria potencialidades na interação das atividades agrícolas e de produção florestal sem causar danos ao solo e às florestas. (EISENHAUER, 1979). A agricultura familiar tem se mostrado viável quando integrada, não somente pela ótica de um produto único, mas pela diversificação produtiva e, incluso, pela sua multifuncionalidade que implica conferir ao setor um papel territorial de conservação e de turismo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J.; CLÉMENT, J. Y Crowder, I. v. Conciliar los intereses contrapuestos en la actividad forestal: nuevos conceptos em el marco del pluralismo. **IN: Revista internacional de silvicultura e industrias forestales (Unasylya)** Conciliar la multiplicidad de intereses en la actividad forestal. Roma: FAO, n. 49, 1998/3 <<http://www.fao.org/forestry/foris/index.jsp>>. Acesso em: 30 ago. 2002.

ANDRADE, U. R. A. A importância dos sistemas de integração entre a indústria florestal e o produtor rural. GARCIA, A. (org.) **O setor florestal como vetor de desenvolvimento**. Vitória, ES: AEFES/ SEEA, 2001, p. 137-144.

ANDRAE, F. Carta aberta aos interessados nas questões florestais do Rio Grande do Sul. **IN: Revista Ciência & Ambiente: Pensando a ciência florestal**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, n.20, jan - jun. 2000, p. 115126.

BABIN, B y BERTRAND, A. Administrar el pluralismo: Subsidiariedad y mediación patrimonial. **IN: Revista internacional de silvicultura e industrias forestales (Unasylya)** Conciliar la multiplicidad de intereses en la actividad forestal. Roma: FAO, n. 49, 1998/3 <<http://www.fao.org/forestry/foris/index.jsp>>. Acesso em: 30 ago. 2002.

BABIN, D. et al. **Médiation patrimoniale et gestion subsidiaire**. Managing pluralism for sustainable forestry and rural development. Montpellier, France: Antananarivo, Madagascar: FAO, 1999.

BATISSE, M. Reserves de Biosphère: um nouvel essor. **In: Revista nature, sciences, sociétés**. v.4, n.3 , 1996.

BERTRAND, A. Quelques considerations conceptuelles et méthodologiques. **Anais (...)** Dynamiques sociales el environnement: pour um dialogue entre chercheurs, opérateurs et bailleurs de fonds. Bordéaux : Orstom/ Gret/ Banque Mondiale. 0911 set. , 1998. p. 648658.

BORJA, J. & Castells, M. Introducción general. BORJA, J. & Castells, M. **Local Y global: La gestión de las ciudades en la era da información**. Madrid: Taurus/UNCSH, 1997. p. 1120.

CIRAD- TERÁ. **Las agricultoras familiares de cara a um mundo em cambio**. San José: Costa Rica, 1999. (Memoria del Taller).

CONVÊNIO INCRA/FAO Análise **Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA)**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e

a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA), 1995. 67 p.

DANIELE, C.; ACERBI, M.; CARENZO, S. **Biosphere Reserve Implementation: the Latin American experience**. Paris: South-South Co-operation Programme on Environmentally Sound Socioeconomic Development in the Humid Tropics. Working Papers, n. 25, 1999, 33 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. 169 p.

DIÉGUES, A. C. **The Mata Atlântica Biosphere Reserve (Brazil): an overview**. In: Working Paper: Paris, Fr: UNESCO - South-South Cooperation Programme, n. 1, 1995.

EPAGRI. **Relatório final de implementação preparado pelo mutuário, Santa Catarina, Br**. Projeto Microbacias (empréstimo 3160-Br). Florianópolis: Secretaria do Estado do desenvolvimento Rural e da Agricultura, 2000. 54 p.

EISENHAUER, G. **Evaluación de las necesidades en el campo de enseñanza y capacitación forestales en Brasil, Colômbia, Equador y Venezuela**. Roma, Itália: Organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação (FAO), 1979.

FALLOUX, F. De la gestion publique 'a la gestion privée de l'environnement. **Anais (...) Dynamiques sociales el environnement: pour un dialogue entre chercheurs, opérateurs et bailleurs de fonds**. Bordéaux : Orstom/ Gret/ Banque Mondiale, set. , 1998. p. 659664.

FAO. **Forestry for local Community Development**. FAO Forestry Paper 7. Roma: FAO, 1978.

FAO. **Notas informativa sobre bosques**. Roma, Itália: Departamento de montes/ Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2000, 154 p <http://www.fao.org/forestry>.

FAYET, A. C. de C. **Dimensões da política florestal no Brasil**. Curitiba: UFPr(1994) (dissertação de mestrado 130p.

FERRAZ, C. & MOTTA, R. S. Exploração florestal, sustentabilidade e o mecanismo de desenvolvimento limpo. IN: Revista **Ciência & Ambiente: pensando a ciência florestal**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 1, n. 20, jan - jun. 2000, p. 8398.

FRASSOM, A. Programa de reflorestamento em pequenas propriedades em Santa Catarina. **Anais (...) V Simpósio Florestal do Rio Grande do Sul e I Seminário de Industrialização e Usos de Madeiras e Reflorestamento**. Caxias do Sul, RS: CEPEF/UFMS. 16 e 17 abr, 1998,

p. 6780.

GREGERSEN, H. M. People, trees, and rural development: the role of social forestry. **Journal of forestry**. October , 1988

IBDF/ Serviço Público Federal. Mod. 015 e mod. 016. **Florestas homogêneas em Santa Catarina**. 1967 a jul. 1984. 1984 (mimeo.).

KOPITKE, B. H. **Problematique et strategie de developpement da la filiere Pinus spp. en Santa Catarina (Bresil)**. França: Institut National Polytechnique de Lorraine, 1985.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sostenible**. 2. Ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico/Siglo Veintiuno Editores, 1994, 437 p.

MACEDO, S. G. **Análise do setor de reflorestamento como estratégia competitiva da pequena propriedade de Santa Catarina**. Utilizando uma metodologia múltiplo critério. Florianópolis, 1996. 100 p. (dissertação de mestrado).

MANTOVANI, M. Mata Atlântica está desaparecendo. In: **Jornal O Estado de Minas**. 2000. <<http://www.estaminas.com.br/ecologico/012204.htm>> Acesso em: 31 jan. de 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Florestas - PNF**. Brasília:MMA/SBF/D FLOR, 2000, 52 p.

NIAMIR, M. **Foresterie communautaire: l'éleveur et ses décisions clans la gestion des ressources naturelles des régions arides et semi-arides d'Afrique**. Roma: FAO, 1996.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. Belo horizonte: Rona, 2000. 398 p.

SACHS, I. & WEBER, J. **Developing in harmony with nature: guidelines for resource management by people in the Biosphere Reserves**. 1998. p. 09-20.

SACHS, I. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. In: **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 15 , n. 43, set/dezembro, 2001.

SACHS, I. Pensando sobre o Desenvolvimento na Era do Meio Ambiente. SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 99 p.

SANTOS, A. **Approche destinée à Analyser la situation Forestiere d'une région donnée au Brésil: aplication au cas d'une région du**

Nord-nord-quest de l'Etat du Paraná. Nancy, Fr: ENGREF, 1993 (tese de doutorado).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA). **Programa Florestal Catarinense**. Reflorestamento: a nova face agrícola de Santa Catarina, 2000, 40 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA (SDA). **Relatório** da situação do projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda. Posição em 06/11/2001, 15 p. (mimeog.).

TORESAN, L. Política, legislação e desenvolvimento florestal. ICEPA (coord.) **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2000-2001**. Florianópolis: ICEPA, 2001. p. 171181.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação , a ciência e a cultura. **El Hombre pertenece a la tierra: la cooperación internacional en la investigación ambiental - el Programa de la Unesco sobre El hombre y la biosfera**. Paris: Unesco, 1988.

URBAN, T. **Saudade do Matão**: relembando a história da conservação da Natureza no Brasil. Curitiba: UFPR/fundação Boticário, 1998, 371 p.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991. 219 p.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ URGs, 2000, 197 p.

VIRA, et. al. El pluralismo institucional en la actividad forestal: Consideraciones acerca de los instrumentos analíticos y operativos. IN: **Revista internacional de silvicultura e industrias forestales(Unasylva)** Conciliar la multiplicidad de intereses en la actividad forestal. Roma: FAO, n. 49, 1998/3 <<http://www.fao.org/forestry/foris/index.jsp>>. Acesso em: 30 ago. 2002.

WEBER, J. (org.) **Proposition d'action thematique programmee: défloresttion, couverts boisés, dynamiques forestières**: definitions, échelles d'observation, causes et processus. CIRAD GERDAT, 1995, 45 p. (mimeo)

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (org.). **Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 17 -49.

CORRIGINDO DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO LÚDICO

Rita Ferrari Cuco ¹
Silvinha Alflen Cucco ²

RESUMO

Considerando que as dificuldades de aprendizagem prejudicam o desenvolvimento dos alunos em sala de aula e conseqüentemente sua convivência com o meio social em que estão inseridas, realizou-se uma pesquisa e a aplicação desta visando sanar as dificuldades de um grupo de crianças, aplicando o processo corretor, de forma agradável e prazerosa, buscando uma maior interação dessas crianças com o aprendizado. Em nossa prática oportunizamos a cada aluno momentos para criar, construir conceitos e tentar transformar sua realidade. O trabalho teve como objetivo maior propiciar 'as crianças, de forma lúdica e prazerosa, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, corrigindo suas dificuldades de aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, propomos muitas atividades, oferecendo jogos, brincadeiras e atividades que desenvolvessem: coordenação motora, concentração, interesse mas principalmente a confiança, pois acima de tudo estava o medo de falar, de perguntar. Ao terminarmos este trabalho, sabemos que os alunos estão capacitados para

acompanhar seus colegas de classe com muito mais segurança e desembaraço. A realização deste trabalho mostrou que é possível e muito mais viável corrigir as dificuldades de aprendizagem através do lúdico. Neste artigo relata-se um pouco do que se constatou durante a realização de um trabalho que com certeza é importante para a busca de melhores resultados com crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem.

PALAVRAS CHAVE

Interação; Linguagem; Aprendizagem.

ABSTRACT

Taking in consideration that the difficulties of apprenticeship prejudice the development of the students in their classroom, and consequently, their companionship with the social place where they live, it was made a search and put it into practice, with the aim of curing the difficulties of a group of children, applying the process of correction, in an agreeable and joyful way, looking for a better interaction of these children with the apprenti-

¹ Mestre em Educação, pela Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL, docente da UNIDAVI e Orientadora do Projeto

² Acadêmica bolsista do PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa da UNIDAVI.

cement. In our practical work we gave every pupil some moments to create, build concepts and try to transform this reality. The work had the objective of giving the students, in an agreeable and joyful way, the development of their oral and written language, correcting their difficulties of apprenticeship. Trying to reach this objective, we showed games, entertainments and several activities that could develop: motor coordination, concentration, interest, but mainly their confidence, because their best problem was the fear of talking and asking. When we finished this project/search, we could know that our students are able to accomplish their classmates with more security, confidence and embarrassment. The realization of this project showed that it's possible to correct the difficulties of apprenticeship through an agreeable and joyful class. In this article, it is related a little of what we found out during the realization of this work, that certainly will be very important to reach the best results with the children that show difficulties of apprenticeship.

KEY WORDS

Interaction; Language; Apprenticeship.

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui a descrição do projeto/pesquisa CORRIGINDO AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO LÚDICO. Buscaremos relatar a maneira de como foi desenvolvido esse projeto com o intuito de mostrar que é possível corrigir as dificuldades de aprendizagem, fazendo com que os alunos consigam melhorar o ritmo de aprendizagem, acompanhando de uma forma mais igualitária os colegas de sala de aula.

No projeto constam todos os momentos desde a elaboração até os resultados que conseguimos obter através da aplicação.

Concordamos com a concepção sóciointeracionista de Vygotsky, que prioriza as interações entre os alunos e destes com o professor, entendendo que a escola e os educadores são os mediadores desse processo tão importante para os aprendentes.

Por essas razões utilizamos de brincadeiras e cantigas de roda que fazem parte do dia-a-dia das crianças, procurando sempre trabalhar com as coisas do mundo que as rodeia, tornando a aprendizagem muito mais significativa e prazerosa.

Acima de tudo tentamos fazer com que as crianças criassem confiança em si próprias.

Para nossa pesquisa este trabalho foi de muita valia, mostrando que podemos sanar as dificuldades de aprendizagem, mesmo que seja um trabalho que deva ser realizado extraclasse, mas vale a pena, pois dentro de pouco tempo as crianças conseguem acompanhar seus colegas em sala de aula e sentir-se mais felizes.

Sabemos que a alfabetização é um processo que torna possíveis processos cognitivos e sociais propiciando condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas também tornar real a adequação da leitura e da escrita com todas as funções que elas têm em toda a sociedade mundial e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania. Por isso optamos por trabalhar este tema, procurando através dele tornar o ensino da leitura e da escrita, um processo prazeroso em que o aluno se sinta motivado para adquirir conhecimentos.

A teoria escolhida é a sócio-intercionista, pois ela ajuda a estabelecer relações entre os alunos e as diversas áreas de conhecimentos sendo que esta teoria compreende que o ser humano só se desenvolve no interior de um grupo cultural e

através das interações com o outro. Vygotsky ainda acrescenta que o desenvolvimento e o comportamento do indivíduo é moldado pelas experiências que estabelece com seu meio. Por isso o conhecimento de cada ser humano vem sendo ampliado, modificado e transformado de acordo com as necessidades de cada um.

Assim, nosso trabalho de resgatar o lúdico para a aquisição da leitura e da escrita merece ser estudado e aproveitado sob todos os aspectos: intelectual, social, artístico, técnico e recreativo, pois favorece a construção do conhecimento de forma mais interessante, criativa e prazerosa.

"Alfabetizar é adquirir a língua escrita através de um processo de construção de conhecimento com uma visão crítica da realidade valorizando sempre o lúdico." (FREIRE, 1994, p.15)

Sabemos que se a criança aprende com prazer e dinamismo, se ela é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e afetivo, mas sim uma relação agradável dirigida para o ato de conhecer o mundo. O contexto sócio-cultural é facilitador do processo de alfabetização pela interação que faz com adultos letrados, que possam responder 'as atitudes das crianças para com a leitura e escrita, interpretando-as como

significativas, dando-lhe sentido, para que ela se constitua como objeto de sua atenção e conhecimento. A convivência com textos escritos contribue para a alfabetização. Assim descobre-se para que serve ler e escrever. Temos que desafiar a criança sempre, para que ela se sinta capaz de construir seus próprios conhecimentos.

Entendemos que a alfabetização é a decifração primeiramente de mundo, depois de códigos e símbolos. Assim, alfabetizar com algo que faz parte da nossa história, torna-se mais interessante, pois aprender com sentido e prazer está associado a compreensão mais clara daquilo que é ensinado.

Então, através desta pesquisa que foi realizada e posta em prática queremos apontar respostas para as seguintes perguntas:

O que leva estes alunos a não conseguirem um melhor desenvolvimento para poderem acompanhar mais ativamente seus colegas nas atividades desenvolvidas?

De que forma podemos conseguir que estes alunos interajam mais ativamente com o processo ensino-aprendizagem?

Para Vygotsky, é através da brincadeira que a criança aprende e elabora níveis mais complexos do desenvolvimento. E é na Zona de Desenvolvimento Proximal ZDP,

construída pela brincadeira que o professor deverá intervir e mediar para que seja possível a construção de novas aprendizagens. Assim pode-se concluir que: a) o brincar é entendido como uma atividade propulsora do desenvolvimento; b) o papel do adulto na relação com a criança é fundamental enquanto mediador entre a criança e o conhecimento.

Partindo destas conclusões propôs-se aqui um Projeto de alfabetização, através de cantigas de rodas e brincadeiras cantadas, pois entendemos que os versos e as melodias das cantigas de roda e brincadeiras são ótimos parceiros no processo de ensinar os alunos a ler e escrever.

A teoria sóciointeracionista tendo como expoente maior Vygotsky, baseia-se na concepção de que o ser humano é um ser social, historicamente construído. Este só se desenvolve no interior de um grupo cultural onde mantém relações com outros sujeitos ativos que criam e recriam o meio: logo, ele é produto deste meio. Ele é constantemente estimulado pelo mundo externo e como consequência internaliza o conhecimento construído pelos homens ao longo da história.

Para Vygotsky as funções superiores (consciência, intenção, planejamento, ações voluntárias e deliberadas) originam-se

nas relações do indivíduo e no seu contexto cultural e social. Elas dependem do processo de aprendizagem. Os processos mentais são considerados sofisticados e superiores, porque se referem a mecanismos intencionais, ações conscientemente controladas, processos voluntários que dão ao indivíduo a possibilidade de independência em relação às características. Considera que esses processos não são inatos. Eles se originam nas relações entre os sujeitos e se desenvolvem ao longo do processo de internalização de formas culturais de comportamento. A internalização não é um processo de cópias da realidade externa em um plano interno de consciência. Ela envolve uma série de transformações. Toda atividade externa deve ser modificada para tornar-se interna, precisa haver reorganização individual dos instrumentos fornecidos pela cultura. A internalização transforma o próprio processo e modifica sua estrutura e funções, e por último é uma atividade interpessoal que se converte em intrapessoal.

Vygotsky entende que o desenvolvimento é fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo. "mas cada um dá um significado particular a essas vivências. O jeito de cada um aprender o mundo é individual", explica REGO, 2001, p.25.

Cada criança tem seu ritmo de aprender, umas aprendem mais rápido que outras; umas necessitam de mais interferência do professor do que outras; muitas também necessitam de contato mais concreto para se desenvolverem. Em alguns casos também percebe-se que o resultado do aprendizado depende do grupo cultural em que a criança está inserida. Também sabemos que as crianças que têm um aprendizado mais lento e que estão em uma turma em que as demais crianças têm uma maior desenvoltura, sentir-se-ão cada vez mais intimidadas perante a turma.

Vygotsky afirma que as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são mero resultado das pressões do meio externo. Elas resultam da interação dialética do homem e seu meio sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. Sendo assim, quanto mais diretamente colocarmos nosso aluno em contato com o objeto de ensino, mais facilmente ele irá aprender. Isto não quer dizer que devemos encher nossa criança de conteúdos e sim que devemos levar para as crianças conteúdos que lhes façam sentido e que estejam dentro de seu contexto social. "A criança só aprende quando as

informações fazem sentido para ela". (REGO, 1995).

"Ensinar o que a criança já sabe é pouco desafiador e ir além do que ela pode aprender é ineficaz. O ideal é partir do que ela domina para ampliar seu conhecimento", recomenda REGO. Assim percebemos o porquê de crianças que não acompanham o nível de aprendizado da turma em que estão inseridos, na verdade, pode estar-se exigindo além do que elas dominam. Assim sendo, cada vez sentir-se-ão menos motivadas em ampliar seus conhecimentos, havendo então a necessidade de trabalhar separado para que sejam sanadas as dificuldades e assim poderem acompanhar os demais.

Em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. É por isso que Vygotsky afirma que "aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã" (REGO, 1995, p.98).

Através da consideração da zona de desenvolvimento proxi-

mal, é possível verificar não somente os ciclos já completados, como também os que estão em via de formação, o que permite o delineamento da competência da criança e de futuras conquistas, assim como a elaboração de estratégias pedagógicas que auxiliem nesse processo.

"As crianças são facilmente alfabetizáveis, desde que descubram, através de contextos funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido". (FERREIRO, 1993, p.25). Desde que se inicia o processo de alfabetização, deve-se entendê-lo como um objeto de prazer, mostrando 'a criança as funções da escrita, não dizer-lhe que está aprendendo para quando for grande..., mas que a escrita e a leitura lhe sirvam para expressar suas idéias, seus sentimentos. O papel do professor é de estimular a criança a interagir com a língua escrita.

Na alfabetização a criança deve atuar como sujeito do processo de aquisição da língua escrita. Será um ser ativo na aprendizagem da leitura/escrita mediante a interação com o meio ambiente, com o outro e consigo mesma.

É gerando ações, vivenciando com a criança temas interessantes, estimulando-a com atividades prazerosas de leitura/escrita, buscando sempre o sentido daquilo que se lê e se es-

creve, interagindo com o objeto de conhecimento, que é a linguagem, trocando conhecimentos e estabelecendo relações com as áreas de aprendizagem que estaremos criando condições para que a criança se alfabetize. "Alfabetizar é adquirir a língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, com uma visão crítica da realidade, valorizando sempre o lúdico" (FREIRE, 1994, p.15).

Mas para isso o lúdico precisa estar ao alcance de todos. Para que isso aconteça se faz necessário que os professores possibilitem um aprendizado que lhes servirá para compreender e transformar suas realidades.

As crianças, quer trabalhando, quer brincando, sabem o que fazem, não se intimidam diante de algo novo, aprendem a se virar, tomam a iniciativa de participar, aprendem a manusear ferramentas, jogos ou objetos com precisão necessária para conseguir realizar o que pretendem. Tem senso de proporção, de direção, tem a noção de tempo e velocidade, sempre em função de alguma atividade que quer realizar. Para conseguir isso não é preciso treinamento de prontidão, nem orientação pedagógica: Basta deixar a criança agir, atuar sobre os objetos. (CAGLIARI, 2000, p. 20)

Mostramos a importância do lúdico no dia-a-dia das crianças, fazendo com que elas aprendessem brincando, fazendo a interação do brincar com o

aprender, superando suas dificuldades.

As dificuldades de leitura e escrita produzem complicações na aprendizagem, fracassando na maioria das matérias escolares. A criança não pode desenvolver-se normalmente, tornando-se tímida, envergonhada perante seus colegas.

Podemos chamar as dificuldades no aprendizado da leitura e escrita de dislexia, porém sempre que for diagnosticada a dislexia deverá também ser buscada a causa desta dislexia. A criança disléxica é capaz de ler, mas não é capaz de ler com eficiência

Os principais sinais da dislexia são a dificuldade de escrever, a inversão de letras e a leitura lenta.

Os disléxicos são pessoas criativas e não raro possuem uma inteligência acima da média. O distúrbio não impede ninguém de aprender.

Na medida em que a leitura constitui em uma habilidade isolada, mas pertence a um processo lingüístico complexo, o psicólogo, ao enfrentar o estudo diagnóstico de um deficiente de leitura vê-se levado à tarefa de investigar os estratos básicos subjacentes ao processo. (CONDEMARIN, 1980, p. 38)

Percebe-se através desta citação que a criança que apresenta dificuldades de aprende-

dizagem deveria ser tratada por uma pessoa especializada, para que pudesse fazer um diagnóstico correto e conseqüentemente um bom tratamento. Esse tratamento deverá ser feito através de aulas de apoio por pessoas preparadas para dar o apoio e principalmente a atenção necessária.

Mas também sabemos que nem os pais nem os educadores estão preparados para fazer este diagnóstico ou mesmo dar respostas ao problema apresentado. Quando se trata de crianças que freqüentam o pré escolar e apresentam dificuldades de aprendizagem, pensa-se que é normal, que é o jeito da criança se expressar. Depois, quando encontram-se no ensino fundamental, os professores percebem a deficiência, mas não sabem como agir, outros até sabem, mas por outro lado acomodam-se não desenvolvendo um trabalho diferenciado na classe para fazer com que essa criança consiga sanar suas dificuldades, pois lhe dará muito trabalho.

Sabe-se que aprendemos ler, lendo e aprendemos escrever, escrevendo. Assim faz-se um contato permanente com textos significativos de bons autores da literatura infantil e também contato com diferentes textos funcionais (receitas, bilhetes, anúncios, convites, etc.), leitura em voz alta feita pelo professor,

pelos familiares, estímulo e orientação para a produção de textos.

É preciso estimular a criança a brincar de escrever e estas escritas deverão ser valorizadas, questionando os erros como reflexão da escrita. Uma forma de motivar os alunos é trabalhar com material pedagógico diversificado e de acordo com a atividade proposta. Também há necessidade de disposição e empenho do professor para estar em constante participação junto com os alunos. Um professor alfabetizador em hipótese nenhuma poderá ser acomodado, pois, os alunos tanto cobram como precisam do acompanhamento constante do mediador.

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade e de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação ao exercício da reflexão. (PCNs, 1997, vol. 2, p. 30)

A prática dos professores deve possibilitar ao aluno aprender linguagem e escrita a partir da diversidade de textos que o rodeia, buscando não apenas textos relacionados 'a linguagem, mas textos ligados 'as demais disciplinas, bem como 'a realidade e atualidades.

Segundo Ana Teberosky (NOVA ESCOLA, nov. 2002, p. 63) "É essencial utilizar textos (cartas, contos, poemas, letras de música, jornais, etc.). Assim, acredita, o educador vai efetivamente formar leitores e escritores não apenas "decifradores de letras e palavras". O significado real desses textos, dentro de um contexto, ajuda o aprendiz a entender para que serve aquilo que está aprendendo".

Os alunos que apenas decifram letras e palavras se não forem estimulados a compreender o que estão "lendo" acabam por perder o interesse, porque na verdade se forem questionados, não saberão dizer ou contar o que leram. E é o estímulo e o ensino de algo que seja significativo, que se faz necessário trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A leitura deve ser vista como uma grande viagem, uma aventura, algo que nos faz ir além. Este além é refletir sobre a leitura, concordando, contestando, questionando quando for o caso. Por isso a necessidade do professor selecionar leituras agradáveis e sempre que possível ler histórias a seus alunos, principalmente nos primeiros anos escolares, pois, as crianças adoram ouvir histórias.

Quando a criança ouve histórias, descobre que o mundo dos livros é interessantíssimo. Ela

entenderá muito mais do que é capaz de ler com os olhos.

A vida escolar de uma criança, nem sempre ocorre da maneira que os pais desejam. Muitas crianças apresentam dificuldades de aprendizagem e geralmente essas dificuldades são identificadas principalmente na leitura e escrita e ocorrem por diferentes causas. Caso essas dificuldades não forem sanadas, poderão cada vez se agravarem mais, desestimulando a criança a aprender.

Sabemos que é de suma importância que as crianças que estão em uma determinada classe, consigam assimilar os conteúdos trabalhados em sala de aula, mesmo que essa assimilação não seja completa, mas devem conseguir apreender pelo menos o básico, para que possam entender e acompanhar seus colegas no processo ensino-aprendizagem.

Nós educadores não podemos ficar alheios a esses problemas. Devemos sim preocuparmos em proporcionar um ensino cada vez melhor aos nossos educandos.

Pensando nesse assunto desenvolveu-se este trabalho com o intuito de auxiliar as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, aplicando o processo corretor, de forma agradável e atraente, buscando uma maior interação das crianças com

o aprendizado.

O principal objetivo com este projeto é de propiciar às crianças de forma lúdica e prazerosa, o desenvolvimento da leitura, escrita e linguagem oral, trabalhando as dificuldades identificadas, oferecendo atividades diversificadas para ajudá-las a superar estas dificuldades, para que possam acompanhar seus colegas de turma de uma forma mais igualitária.

Para conseguir alcançar esse objetivo, o trabalho foi desenvolvido fazendo um resgate de cantigas de roda e brincadeiras cantadas, visando tornar o ensino da leitura e da escrita um processo prazeroso em que o aluno se sinta motivado para adquirir conhecimentos nesta área.

A idéia de se buscar uma alfabetização enfatizando o lúdico no universo da criança, surgiu por entender que todas as crianças gostam muito de brincar e como nos diz o educador Paulo Freire "É brincando que se aprende a levar a vida a sério". Então a idéia a ser posta em prática foi planejada com um grande álbum de cantigas de roda e brincadeiras cantadas.

"A palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes". (ALBERT EINSTEIN)

Como também sabemos,
BRINCAR É UM DIREITO DA

CRIANÇA, é o que prevê o estatuto da criança e do adolescente. Mas muitas crianças não praticam este direito. Não por terem que trabalhar, mas por fazerem mau uso deste direito. Vivem na rua, andando de um lado para o outro mas não brincam. São muitas crianças, a maioria nem tem um brinquedo para levar para brincar, e os que têm não levam, porque no meio de tantas crianças, um brinquedo só, irá gerar atritos.

As brincadeiras de roda, não são mais vistas, estão adormecidas, será por quê? Pode-se dizer que uma das respostas é que os pais destas crianças estão tão preocupados em pôr o alimento para dentro de casa que não dispõem mais nenhum tempo para brincar com seus filhos.

O mesmo acontece na escola, não ocorrem brincadeiras divertidas que de uma forma ou de outra irão ajudar no processo de aprendizagem. O que ocorre são empurrões, cutucões e pontapés, que só levam a discussões e atritos.

O professor está perdendo a oportunidade de proporcionar brincadeiras aos alunos. Está esquecendo que através das brincadeiras ele poderá transmitir conteúdos e principalmente conhecer a personalidade das crianças, identificando quais as dúvidas e conhecimentos que cada uma apresenta.

Brincando, a criança aprende a lidar com o mundo experimenta e recria situações do cotidiano. A brincadeira desenvolve autonomia e a imaginação.

O professor deve perder o medo de que se brincar com os alunos estará indo contra os princípios da escola. Também em hipótese alguma deve pensar que se proporcionar brincadeiras aos seus alunos, estará perdendo tempo e deixando de lado os conteúdos que estão delineados para serem repassados durante o ano.

A alfabetização é a decifração primeiramente do mundo, depois de códigos e símbolos. Assim alfabetizar com algo que faz parte da história das crianças torna-se mais interessante, pois, aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado.

Quando se trabalha com brincadeiras que as crianças já conhecem, elas sentem-se mais seguras, confiantes em participar, pois, sabem que as brincadeiras fazem parte de seu mundo. Conhecendo a cantiga que estão cantando, irão procurar acompanhar na letra em que está cada palavra. Os textos já memorizados pelas crianças permitem que elas ajustem o que se fala ao que se escreve, entendendo assim a função social da escrita.

Com brincadeiras, as crianças aprenderão com prazer e dinamismo. Serão sujeitos do processo educativo e não haverá dicotomia entre o aspecto cognitivo e afetivo, mas sim uma relação agradável dirigida para o ato de conhecer o mundo pela interação que faz com adultos letrados.

Muitos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem e são chamados de alunos fracassados, mas o que são na realidade é desmotivados e inseguros.

Deve-se compreender primeiramente que: todos podem aprender, sem exceção. E em seguida conforme Rego em uma entrevista à revista Nova Escola (2001), afirma "[...] O jeito de cada um aprender o mundo é individual". Portanto, deve-se respeitar os limites de cada aluno dentro das suas possibilidades. O aluno irá demonstrar interesse em aprender aquilo que vem de encontro aos seus interesses e poderá ir além de seus limites. O professor alfabetizador que acreditar no potencial de cada aluno com certeza colherá bons frutos de seu trabalho.

Partindo então, do pressuposto de que crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, podem apresentar um melhor rendimento através de brincadeiras que já conhecem e brincadeiras cantadas, iniciou-se a prática desta pesquisa.

Primeiramente entrou-se em contato com a direção e professores da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Affonso Rohden, que é uma escola municipal do município de Salete, para fazer um levantamento de possíveis crianças com incidência de dificuldades de aprendizagem e também da possibilidade de atender estes alunos, em horário de aula ou extraclasses, para sanar as dificuldades.

Através das professoras das turmas, foram selecionados 9 alunos, sendo alunos de 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental. Conforme o depoimento da diretora e dos professores desta escola, as dificuldades na aprendizagem, pelo que observavam e conheciam dos alunos, são na maioria por motivos emocionais como: desestrutura familiar causada por desemprego, alcoolismo, separação dos pais [...] Todos esses fatores contribuíam para o desinteresse do aluno em aprender. A criança não sentia prazer, nem estímulo nenhum para tentar se interessar pelo que a escola tinha a oferecer.

A falta de apoio da família, de alimentação adequada, falta de contato com livros, revistas, jornais e jogos, faziam com que estes alunos se sentissem reprimidos, sem condições de aprender.

Para conseguir sanar esse

problema, foi preciso primeiramente aumentar a auto-estima dessas crianças e o apoio e a motivação foram fundamentais, para que isso ocorresse e tivesse como consequência mais segurança para enfrentar as dificuldades. Outro ponto importante foi criar oportunidades para que estes alunos pudessem ter contato com livros, revistas, jornais e jogos, já que em suas famílias não encontravam estes multimeios.

Ao entrar em contato com as crianças, descobrimos que elas já sabiam muitas coisas. E nós educadores sabíamos da importância de aproveitar o máximo que pudéssemos para através do que já sabiam ajudá-las a buscar novos conhecimentos. O professor como mediador de novos conhecimentos deve a cada momento desafiar seus alunos a pensar sobre a escrita e a leitura, pois muitas vezes as crianças, se não forem motivadas e desafiadas, realizam as atividades mecanicamente.

Depois de selecionadas as crianças e do espaço para trabalhar com eles estar montado, realizou-se uma reunião com os pais, em que foram feitas algumas colocações sobre a aprendizagem de seus filhos e a importância de um reforço no processo ensino-aprendizagem destas crianças. Foi colocado também sobre o comprometimento dos pais em motivarem

seus filhos ao estudo. Também foi feita uma entrevista com cada mãe/pai que estavam presentes, confirmando-nos os dados repassados pela direção e professores da escola.

Nos primeiros dias que atendemos as crianças, serviu-nos para conhecê-las e diagnosticar suas principais dificuldades. Sendo que percebemos que haviam muitas dificuldades, entre elas podemos citar: escrita das palavras sem deixar espaço entre uma e outra, medo de escrever, conhecimento das letras mas não conseguiam juntá-las para formar as palavras, ilegitibilidade da grafia, troca de letras na hora de escrever, leitura soletrada entre outras.

No início percebeu-se que na maioria eram crianças muito tímidas, quase não participavam das atividades, não manifestando suas opiniões. Em contato com as professoras, nos informaram que na sala de aula também não participavam e chegamos a conclusão de que não participavam por insegurança, medo de responder errado, e também na sala de aula os demais colegas sempre respondiam antes deles.

Assim cada vez mais foi-se criando oportunidades para cada um falar, inicialmente nas brincadeiras livres e depois durante as atividades realizadas em sala, fazendo com que sentissem segurança de falar perante a professora e colegas.

Os momentos em que podiam escolher um brinquedo na sala e brincar livremente sempre foi muito valorizado pelas crianças. Podia-se dizer que nunca haviam brincado de tanto que se entretinham. E não escolhiam somente carrinhos e bonecas, mas também os jogos educativos sempre estavam presentes. Percebeu-se, durante as atividades, que havia alunos que nem sequer conheciam o jogo da memória ou um quebra-cabeça.

Sempre que se propunha momentos de leitura, pediam para que lêssemos uma história para eles, pois entendiam que quando líamos eles compreendiam muito melhor a história. Então sentávamos no chão e fazíamos a leitura e em seguida vários comentários surgiam, pedindo para que cada um falasse um pouquinho, motivando-os cada vez mais a falarem e exporem suas idéias. Aproveitávamos, então, toda vez que nos encontrávamos para ler, pois como sabemos esta é uma das melhores maneiras de incentivá-los a criar o hábito e o gosto pela leitura. Realmente enquanto líamos para as crianças, pareciam que estavam dentro da história. Não se escutava sequer um ruído, de tão concentrados.

Também em todos os encontros, proporcionávamos a cada criança um momento para que ela pudesse fazer sua leitura em

voz alta, melhorando assim a dicção e fazendo com que realmente lessem.

Quanto à escrita, em que as dificuldades também eram muitas, proporcionamos vários momentos desde uma cópia, até suas próprias produções. Proporcionamos variadas atividades e dentre elas podemos citar: caça palavras, palavras cruzadas, atividades com o alfabeto móvel, atividades com lacunas, produção de pequenos textos, etc.

Em cada atividade realizada, sempre propúnhamos que fizessem uma releitura, procurando os possíveis erros e corrigindo-os. No início foi difícil conseguir com que fizessem esta releitura, pois não estavam habituados, mas com o passar dos dias começaram a fazê-la. Lógico que nem todos percebiam os erros, mas tentavam.

As cantigas utilizadas nas atividades, em sua maioria foram apresentadas a eles em forma de cartazes, que ficavam expostos na sala e que eles faziam questão de cantar. Juntos escolhiam, cantavam e brincavam.

Assim a cada dia que íamos trabalhando com eles, víamos melhoras no desenvolvimento da aprendizagem deles, lógico que uns mais do que outros. Na sala de aula, as professoras também percebiam as melhoras, principalmente na oralidade.

Um fator que percebemos du-

rante a realização do trabalho, foi que muitas das crianças com quem trabalhamos, não tinham muito incentivo e apoio dos pais. Como educadoras e mães, sabemos da importância de um elogio para a criança ou de um simples incentivo quando ela descobre algo novo. Provavelmente porque somos educadoras estamos preocupadas com a educação, percebemos através de diálogos com as crianças, que muitas vezes elas apenas querem ajuda, mas quando perguntam se está correto, recebem a resposta que agora não têm tempo, ou isto é uma bobeira.

Mal sabem muitos pais, que através destas pequenas respostas, estariam ajudando e muito no processo de aprendizagem e autoconfiança dos filhos. O que não se sabe ainda é uma maneira de conscientizar estes pais da importância destes pequenos elogios e de simples respostas, que nada custariam, mas seriam de grande valia para as crianças. As escolas já vêm chamando a atenção dos pais nesse sentido, mas se vê que não é muito fácil fazer com que os pais repensem e mudem suas maneiras de agir.

Durante a realização do projeto, buscamos elogiar e incentivar as crianças, sempre proporcionando momentos para que cada uma pudesse expor a sua idéia e nós como mediadores, fomos ajudando-os a perder o medo, mostrando-lhes que são

capazes de aprender, de criar e recriar junto com seus colegas.

Assim enquanto desenvolvíamos os trabalhos, as crianças iam para a sala cada vez mais motivadas em aprender e tendo mais confiança em si próprias

CONCLUSÕES

Ao concluir este trabalho, estamos cientes de que ele deveria ter continuidade dentro da escola, pois temos a certeza de que o mesmo foi muito válido.

Podemos dizer que um trabalho para sanar dificuldades de aprendizagem exige muito esforço e desenvoltura, pois é necessário, além da pesquisa, trabalhar com as crianças respeitando suas individualidades, sendo que cada criança pode apresentar uma dificuldade diferente, exigindo das pessoas envolvidas no projeto buscar diferentes atividades para aplicar e trabalhar com cada uma delas.

Com a realização do projeto conseguimos ajudar e muito, não só as crianças que tinham dificuldades de aprendizagem, como também de certa forma os professores e a escola, pois assim melhorou a qualidade e o nível de ensino da instituição num todo.

Das vinte (20) crianças com quem trabalhamos, neste ano de projeto, somente duas crianças apresentaram poucas melhoras.

As demais conseguem acompanhar normalmente os colegas de sala de aula. Estas crianças melhoram muito. Hoje lêem não somente por obrigação, mas sim porque criaram o gosto pela leitura. Na escrita também conseguem produzir bons textos. Adquiriram maior agilidade, melhorando a grafia e a oralidade. Eram crianças muito inibidas, como trabalhamos com grupos pequenos, sempre fazendo com que participassem continuamente, acabaram perdendo o medo de falar e agora participam bem na sala de aula.

Com esses resultados conseguimos mostrar que é possível corrigir a maioria das dificuldades de aprendizagem através do lúdico. Sentimos que se utilizando das cantigas de roda e das brincadeiras cantadas, que fazem parte do dia-a-dia das crianças, conseguimos fazer que sentissem, realmente, vontade de aprender. Percebemos que com esta maneira de trabalhar as crianças vinham sempre com muita vontade em saber o que iriam aprender brincando.

Desenvolver um trabalho como este, nos exigiu muito empenho, paciência e dedicação, mas nos realizamos, pois conseguimos alcançar nossos objetivos e temos a certeza de que valeu a pena.

Seguindo a teoria sócio-histórica, oportunizando um ambiente mais enriquecedor de

conhecimentos e mediados, sempre pelo professor, possibilitou a estas crianças a inserção num mundo até então desconhecido.

Esperamos com este trabalho termos a oportunidade de ajudar mais crianças a verem que são capazes de buscar novos conhecimentos e assim termos uma educação de qualidade em nossas escolas.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. 10. ed. (5. reimpressão), São Paulo: Scipione, 2000.

CONDEMARIN, Mabel. **Dislexia: Manual de Leitura Corretiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização, Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. 2. reimpressão, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

REGO, Teresa Cristina. **Aprenda com Eles e Ensine Melhor**. Revista Nova Escola. p. 25, jan e fev./2001.

_____. **Vygotsky: Uma Perspectiva histórico-Cultural da Educação**. 8. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DO TAMBOR À INTERNET: A ERA DO JORNALISMO VELOZ

Walfried Wachholz *

RESUMO:

Do tempo em que as mensagens eram transmitidas com o auxílio de sons de tambores, fumaça e pombos-correio até os nossos dias - época da Sociedade da Informação - o jornalismo passou por uma profunda transformação norteadada pela velocidade crescente. A inovação tecnológica, ferramenta de aceleração, provocou um impacto profundo sobre o modelo de produção, transmissão e recepção das notícias em todo o globo. O mundo está em rede, *on-line*; o mundo vê você sempre. O fenômeno é contagiante. Assim, surge uma espécie de obsessão para os veículos de comunicação que se sentem obrigados a ostentar informações em estado *anytime, anywhere*. A engrenagem maior que promove a Era do Jornalismo Veloz chama-se capitalismo. Assim, a notícia é valiosa se chega antes da concorrência publicá-la. Neste novo modelo, o lento passou a ser nauseante. O veloz, ao contrário, a suprema meta dos empreendimentos de comunicação. No entanto, a Era do Jornalismo Veloz exige reflexão. A questão é: diante do "avanço da comunicação" como fica a relação de superficialidade/profundidade, informação/desin-

formação? Como fica a própria função social da profissão no novo modelo de fazer jornalismo?

Palavras-chave

comunicação, jornalismo, velocidade.

ABSTRACT

Since the time that messages were transmitted by sounds of drums, smoke and pigeon-mail until our days - time of Information Society - journalism suffered a deep transformation, stimulated by the growing speed. The technological innovation, which is the tool of this acceleration, produced a deep impact about the production model, the transmission and the reception of the news in the whole globe. The world is online; the world always watches you. The phenomenon is amazing. That way, you can see a kind of obsession from the communication vehicles that are strongly obligated to offer information "anytime, anywhere". This largest gear that promotes the Era of the Fast Journalism is called capitalism. Therefore the news are valuable if they are published before the

* Jornalista (SC00934JP); Professor Universitário e Coordenador de Curso de Jornalismo. Graduado em Comunicação Social/Habilitação Jornalismo pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); Pós-graduado em Novas Mídias - Rádio e TV pela FURB (Universidade Regional de Blumenau); ex-repórter, apresentador e editor-chefe da RBS TV/ Florianópolis (afiliada Rede Globo/SC).

competition does it. Faced by the new model, every thing, which is slow, is bad. On the contrary, to be fast became the supreme goal of the communication companies. However, the Fast Era of Journalism demands reflection. The subject is: in front of the "progress of the communication" how to deal with the relationship between superficiality/depth and information/disinformation? And how to deal with the own social function of the profession in the new model of doing journalism?

Key-Words

Communication, Journalism, Speed.

Ao imaginarmos os meios de comunicação, logo pensamos na força que o chamado "quarto poder" tem de interferir na sociedade. Mas da era mais remota, quando as mensagens eram transmitidas por sons de tambo-res, fumaça e envio de pombos-correio, passando pela evolução da impressão gráfica, chegamos à atual inovação tecnológica que exerce um profundo impacto sobre a produção, transmissão e recepção das notícias em todo o planeta. O novo processo poderia ser caracterizado por uma palavra chave: *velocidade*. De um extremo ao outro do globo, as notícias e as informações já não

têm mais barreiras, exceto para os excluídos da chamada "fronteira digital". A Era do Jornalismo Veloz mudou o ritmo do trabalho nas redações e afetou o formato da informação, como no caso da Internet. Trouxe vantagens, limitações, desafios. Provocou, inclusive, aumento da concorrência com os meios tradicionais de transmissão, como a televisão que, além de apropriar-se das possibilidades dos equipamentos digitais, da interatividade via e-mail e disponibilizar reportagens em áudio e vídeo na Internet, precisou tornar-se mais ágil, apostando - por assim dizer - na "vulgarização" do uso do recurso das entradas "ao vivo" durante a programação para rápida atualização dos conteúdos em um mundo também em constantes mudanças. Entretanto, o alegado "avanço" representado, aparentemente, por tal velocidade remete a um questionamento e a uma reflexão sobre a relação de superficialidade/profundidade do novo modelo de fazer jornalismo.

As mutações da velocidade na comunicação podem ser percebidas voltando-se aos tempos remotos. A vida social teve, desde os tempos mais antigos, a necessidade de informações. Tanto é que os historiadores apontam para a existência de equivalências ao jornalismo até mesmo em civilizações que desconheciam a tipografia.¹

1 Para Albert e Terrou, a curiosidade do público sempre suscitou a vocação dos contadores de histórias dos aedos gregos aos tropeiros da Idade Média [...] (ALBERT e TERROU, 1990, p. 3).

A questão da “necessidade” já era verificada na administração de grandes e pequenos impérios da Idade Média quando os mensageiros eram encarregados de levar, de forma oral ou escrita, notícias ao público. Em todas as civilizações que faziam uso da escrita, as correspondências particulares representavam uma fonte periódica de notícias para “homens de negócio e para os membros das classes dirigentes”, que ultrapassavam os limites das relações pessoais ou profissionais.

A valorização da informação aparece, a partir do século XV, com novos fatos políticos, intelectuais e econômicos. O Renascimento e, depois, a Reforma pulverizaram as curiosidades. Todos queriam saber o que estava acontecendo. Além dos muitos conflitos que marcaram o Ocidente no século XVI.

No caminho da evolução, que neste artigo estende, rapidamente, um fio condutor da Idade Média aos tempos atuais, é importante perceber que o processo de industrialização e a democratização da imprensa atravessam um capítulo marcante na história do início do século XIX a 1871. Segue-se a esse período, o desenvolvimento da imprensa popular de grande tiragem (1971-1914) e, mais adiante, depois da Primeira Grande Guerra destacamos a era dos grandes jornais (1919-1939),

seguida por outro conflito: a Segunda Guerra Mundial.

Após este período (1945), a imprensa passou por profundas transformações. As suas funções são questionadas pelo progresso do rádio - fortalecido pela guerra - e pela solidificação dos meios audiovisuais que contestaram os privilégios da escrita, pelas próprias reviravoltas dos modos de vida e pelos comportamentos sociais que acabaram por transformar as práticas jornalísticas. Por causa da concorrência dos outros meios de informação, como a televisão, coube ao impresso aprofundar os fatos falados e televisados. Até que, surgem os “grupos multimídias” nos Estados Unidos e que se desenvolveram na Inglaterra na década de 60 e, na França, nos anos 80. Jornada que segue até nossos dias.

Os progressos técnicos acabam assim aumentando os custos das empresas. Também as despesas salariais cresceram mais depressa na imprensa do que na indústria.²

Apesar das transformações, da concorrência, das crises e de parte de perda do poder, a imprensa escrita continuou sendo um instrumento importante na difusão de fatos e idéias, mudando costumes e comportamentos.

Mas e com o advento da Internet? O que aconteceria?

2 Em função disso, aparece a dupla natureza dos jornais: serviço social e produto comercial. Este último passou a interferir na liberdade política da imprensa.

As primeiras versões eletrônicas dos principais jornais brasileiros começaram a aparecer na Web em 1995. Os sites eram bastante simples em termos de design. Não havia a exploração de recursos como hipertexto, interatividade e multimídia. A idéia básica era mesmo transpor o conteúdo da edição impressa para a versão eletrônica. De lá para cá, surgiram investimentos na Internet no país feitos por empresas da área de jornalismo preocupadas em aprender como operar corretamente essa nova mídia.

Os jornais e revistas nacionais na Web multiplicaram-se rapidamente e, aos poucos, foram incorporando as principais tendências e inovações do setor de editoração on-line. Hoje, um número cada vez maior de jornais e revistas do mercado editorial brasileiro entra na rede a todo o momento. Até jornais regionais e pequenos semanários locais estão na Internet.

Diante de tudo isso, surge a pergunta: afinal, para onde estamos caminhando?

A maioria das características atribuídas ao jornalismo on-line são potencializações de elementos que já eram verificados em suportes mediáticos anteriores, mas há pelo menos um aspecto totalmente novo em relação ao uso do hipertexto relacionado ao jornalismo nas redes telemáticas: o fim das limitações de espaço

(como no caso do jornalismo impresso) ou tempo (casos do rádio e da televisão)³.

A junção da hipertextualidade com a memória - esta última, a possibilidade de armazenar e acessar com maior facilidade material disponibilizado anteriormente, tanto no momento da produção, quanto do consumo da informação jornalística - rompe os limites temporais e espaciais que foram uma verdadeira marca e característica da prática jornalística em todos os suportes que antecederam o chamado suporte telemático.

É interessante e curioso observarmos, ao longo da história, a alteração e fragmentação ocorrida na escrita dos textos: *“Os leitores da época de Platão, Virgílio ou Santo Agostinho processavam textos sem espaço entre as palavras, sem letras maiúsculas nem pontuação”*. (PALACIOS e MIELNICZUK, 2002, p. 39).

No final do século XIX, os textos longos no jornalismo impresso - onde predominava a escrita literária e política - faziam os jornais terem um aspecto pesado e cinzento, em face dos inúmeros caracteres. No entanto, a necessidade de narrar os fatos do cotidiano acabou por fragmentar a escrita na imprensa. Resultado: os textos foram ficando mais curtos, heterogêneos e não respeitavam mais uma ordem de discurso, mas estavam ligados à

3 Referência a PALACIOS e MIELNICZUK, 2002, p. 36.

organização definida pela diagramação das páginas. Aparece, o desenho de um mundo representado de forma fragmentada, um verdadeiro mosaico.

No caso da escrita hipertextual são oferecidas muitas possibilidades que acentuam essa tendência histórica de fragmentação textual.⁴ Aliás, na Era do Jornalismo Veloz continuamos vivenciando os textos fragmentados como nos tempos da Biblioteca de Alexandria, mas sob um novo formato: a moldura, agora, é a tela do computador e o texto é digitalizado, não mais manuscrito. Além disso, aparece o “*link*” elemento inovador no hipertexto permitindo a intertextualidade e a multimedialidade.⁵

Na evolução dos textos é preciso observar o paratexto, que são os textos que acompanham,

envolvem e delimitam o texto principal. Ou seja, uma espécie de zona de transição e de transação entre o texto e o leitor, ou ainda, elementos como o título da obra e o nome do autor que servem de apelo para a leitura e preenchem a distância que existe entre o texto e o leitor, fazendo este mergulhar naquele. É o caso do próprio link, cujas funções têm um caráter paratextual. Compreendido isto, Palacios e Mielniczuk recorrem outra vez a Gouazé (1999) para apontar a evolução que o texto sofreu, desde os tempos do pergaminho até a tela do computador. A ilustração abaixo - dos autores - mostra como, com as novas mídias, o processo de fragmentação trouxe como consequência o crescimento do paratexto.

4 Também a Biblioteca de Alexandria era constituída de volumes cujas páginas eram tabuinhas, uma espécie de textos fragmentados, organizados em grupos e conectados (presos) por cordas. Seguiram-se os pergaminhos, permitindo o armazenamento de blocos maiores. Estes, mais tarde, foram retalhados para formar páginas que eram agrupados em códices. Mesmo assim, uma obra mantinha uma certa unicidade, estabelecida pelo suporte livro. (PALACIOS e MIELNICZUK, 2002, p. 40).

5 Estas idéias são defendidas por PALACIOS e MIELNICZUK, 2002, p. 40.

LIVRO

Paratexto / Texto

Na passagem para o jornal, o paratexto cresce:

JORNAL

Paratexto / Texto

Na era digital, o paratexto ganha ainda mais espaço:

TELA

Paratexto / Texto

Fonte: Palacios e Mielniczuk, 2002, p. 43.

Primeiro - no caso do livro - o tamanho do texto é dominante:

A era da velocidade no jornalismo trouxe mudanças profundas na forma de execução da tarefa de produzir e transmitir as informações. Mas as inovações tecnológicas não podem ser necessariamente compreendidas como aperfeiçoamento dos conteúdos emitidos. E, apesar de todas as transformações registradas na imprensa com o advento da Internet, a informação não perdeu seu caráter originalmente mercadológico.

Para Sylvania Moretzshon, o modelo do “tempo real”, compreendido sob o aspecto da notícia como fetiche, ou seja, mercadoria no conceito marxista, precisa ser analisado do ponto de vista crítico. A alegação de que “os fatos falam por si”, segundo esta visão, oculta o processo de produção de sentido. Depois, na relação entre a imprensa e o público, a notícia meramente informativa ganha, além do valor puramente de uso, elementos de aparência e de impacto, uma espécie de valor agregado que transforma dados em produto de venda.⁶

Seria como na publicidade em que não se vende apenas o produto, mas cria-se uma mística em torno da mercadoria através da agregação de valores como poder, beleza, juventude e riqueza. No caso dos jornais, a tendência é valorizar o emprego

do uso de uma diagramação moderna, novas cores, notícias exclusivas, mais páginas. Tudo para garantir o valor de troca do papel impresso por dinheiro. Quer dizer, se por um lado o real valor, o de uso, em geral, não acompanha tais inovações e planos estratégicos, por outro, fica evidente que temos o aparecimento também do chamado “publijornalismo”.⁷

De qualquer forma, o novo modelo é cercado pela velocidade, mas sua aceleração tem história, não é tão “inovadora” assim. Sobretudo, quando observamos a última década do século XIX, período em que surgem os primeiros conglomerados jornalísticos que imprimiram uma corrida para a revolução tecnológica na imprensa; foi o ponto de partida da produção em massa, com custo menor e maior circulação.

Do ponto de vista da “qualidade” do conteúdo, já era bem compreendido que a venda se faz pela aparência, sem que a informação interna desenvolva melhor o que já foi explicitado pela manchete. Portanto, o troféu do “mérito” de superficialidade não pode ser entregue simplesmente ao jornalismo em “tempo real”. Por quê? Porque desde os tempos antigos não se pode falar de “jornalismo e capitalismo” e, sim, que “jornalismo é capitalismo”. Constatção já feita por Jürgem

6 A autora entende que a era do “tempo real” vende a idéia de liberdade de escolha encobrendo a fabricação da opinião a partir da suposta valorização do público como consumidor, a quem o jornal apenas “serve”, excluindo-se aí o papel político do jornalista como mediador, que dá ao público “aquilo que ele não sabe que precisa”. (MORETZSOHN, 2002, p. 120).

7 “Publijornalismo” é uma definição atribuída por Moretzsohn ao articulista Alcino Leite Neto, em artigo deste publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 27 de julho de 1998, p.2. Cabe ressaltar que, levando em conta o modelo atual de competição contra o tempo e os concorrentes, hoje, noticiar é realmente anunciar antes! Aliás, a rapidez é considerada a melhor propaganda de um jornal.

Habermas, de que as próprias notícias tornam-se mercadorias, mais exatamente a partir de fins do século XVII. A era “on-line” sedimentou ainda mais os conceitos mercadológicos da informação, agora lhe imprimindo cada vez mais ritmo, afinal “tempo é dinheiro”. E, na pregação do “tempo de giro do capital”, mais do que nunca, velocidade é sinônimo de riquezas. Em outras palavras: na era do “tempo real”, quando a informação deve ser instantânea para ter valor.

Assim, o que é velho é abominável. Como sustentou François Brune “tudo que se move no mundo, tudo que anda depressa, progride. Toda mobilidade é positiva: o mal maior é ser ‘ultrapassado’”.⁸ Claro que não é necessário explicar, neste contexto, porque a velocidade faz a massa aceitar sem questionamento as evoluções modernas.

O fato é que a própria mídia ajuda a fixar a “nova onda” do capitalismo, sendo assim, uma engrenagem importante no processo de pregação do mundo pós-modernista (que suprimiu a estética relativamente estável do modernismo Fordista) marcado pela volatilidade, efemeridade, pelo espetáculo e pelo descartável. Campanhas publicitárias dão conta dessa “parceria”, como nos fins da década de 90, quando a IBM anunciava “soluções para um mundo

pequeno”. Outro exemplo bem anterior e igualmente marcante foram os Jogos Olímpicos, no ressurgimento em 1896, cujo lema criava a imagem de um novo mundo “mais alto, mais rápido, mais forte”.

A televisão representa um papel central no processo de velocidade na medida em que imprimiu a aceleração nos demais veículos da imprensa “à velocidade da luz”; afinal: “[...] ela se tornou um meio de informação mais rápido que os outros, tecnologicamente apta, desde os fins dos anos 80 [...]”. (RAMONET, 1999, p.26).

Mas com as inovações tecnológicas surgem alterações importantes na televisão. Uma comprovação disso é o reforço das entradas “ao vivo” durante os telejornais ou programação. Se estas, por um lado, restringem o tempo de reflexão dos repórteres sobre o objeto da cobertura jornalística, por outro criam a ilusão de que todos - profissionais e público - fazem, verdadeiramente, *parte* daquele momento da história como, por exemplo, nas transmissões ininterruptas do ato terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos e, em março de 2003, nas transmissões da Guerra entre Estados Unidos e Iraque. No entanto, como ressalta Ramonet, retornamos aqui à idéia pré-iluminista de que “ver é compreender”, pensamento

8 Citação apresentada por MORETZSOHN, 2002, p. 46

combatido pela revolução científica a partir do século XVIII que atribuiu a possibilidade de compreensão exclusivamente à razão.

A justificativa do sistema capitalista para a pressa é baseada na “acumulação flexível”, já que a superacumulação de bens expôs o capitalismo a outras crises no passado. Então, essa é a era da renovação, da inovação dos produtos, da obsolescência programada, da vida útil curta de um novo computador. Tudo para, estrategicamente, reduzir o tempo de giro do capital. E, quanto mais rapidez, mais lixo. Aliás, o que fazer com tanto lixo que surge? Esta é uma preocupação para os governantes. Em Santa Catarina, por exemplo, o Ministério Público deu prazo aos prefeitos até o início de 2003 para que seja resolvida a questão da correta destinação do lixo, no intuito de proteger o meio ambiente.

Piery Lévy (1993) releva o perfil capitalista da rede ao expor que o modelo de “tempo real” não comporta a estocagem de uma determinada informação estratégica uma vez que o “cliente com crédito” deseja obter o dado mais confiável o mais rápido possível, para acertar na decisão a ser tomada. Ainda assim, de forma descartável.⁹

No caso do jornalismo online, a velocidade apresenta-se realmente como um poderoso

elemento estratégico. Os avanços tecnológicos, a força do capitalismo e a demanda cultural parecem ser uma combinação altamente explosiva no sentido de aumentar a rotação do motor que faz girar cada vez mais veloz o jornalismo da era digital. Aliás, a questão do tempo - que é empregado como estratégia de sobrevivência - é marcada pelo contínuo na era dos templos digitais, sob o ponto de vista de trazer nítidos contornos de inspiração bélica. Continuísmo, pois, como é sabido, as técnicas de transmissão de informações, como o telégrafo e o rádio, foram testadas primeiro em conflitos entre povos e, depois, disponibilizadas para uso da população em geral. Ainda hoje, em caso de guerras, cortar as comunicações do inimigo - minando estações de TV, rádio, e antenas parabólicas - é uma estratégia usada na luta pela conquista, como amplamente noticiado.

Voltando ao contexto atual do uso de estratégia em comunicação, minar o concorrente, significa, para o pensamento empresarial, lançar mão até de ensinamentos orientais clássicos repassados, por exemplo, na obra de SUN TZU (2002), em “A Arte da Guerra”: “Para o soldado, dominar a rapidez é de suprema importância e ele jamais deve perder as oportunidades”. (TZU, 2002, p.81).

9 Lévy informa que quase dois terços dos dados armazenados no mundo representam informações econômicas, comerciais ou financeiras com características estratégicas. [...] O conteúdo atual dos bancos de dados provavelmente nunca será relido ou reinterpretado como o foram os textos dos séculos passados. Neste sentido, a maior parte dos bancos de dados são antes espelhos do que memórias; espelhos o mais fiéis possível do estado atual de uma especialidade ou de um mercado. (LÉVY, 1993, p. 114-115).

Assim, recursos logísticos que ensinam que é mais importante atacar a tempo do que cortar as linhas de mantimento do inimigo influenciam o pensamento empresarial a tal ponto que, em face da valorização da velocidade (tempo), nem o lugar (espaço) conta mais.

Aí está, portanto, o sangue que circula pelos capilares da era virtual, representada em seu grau mais elevado, pela Internet, aliás, surgida a partir de 1969 também com um objetivo estratégico: evitar a interrupção nas comunicações nos Estados Unidos em caso de destruição de outras vias de trânsito de mensagens.

O fato é que a velocidade gera a necessidade de mais velocidade. Reflexo disso recai sobre a própria tecnologia que pode ver um equipamento tornar-se obsoleto em um curto prazo depois de ter sido lançado no mercado. Já para as empresas de comunicação, na era do jornalismo na rede, a informação ganha ou perde valor, de acordo com sua velocidade de transmissão para, como já dissemos, chegar antes ao público do que poderá fazê-lo o concorrente. Diante da informação oferecida nos moldes do que aqui vamos chamar de "Fast Food", surge um ponto importante para reflexão: a tirania do tempo real faz com que os meios de comunicação não combatam mais somente tudo o que dura; eles próprios

não têm mais tempo e prazos.

Seria a escrita a vilã de todo este processo? A princípio, a invenção da escrita poderia ser interpretada como uma espécie de antídoto para o esquecimento. No entanto, não é o que Platão revela através dos "Diálogos" (1987) entre Sócrates e Fedro, sobre "a invenção da escrita". Lugar: Egito. Protagonistas: Thoth, pai da escrita, e Tamuz (o mesmo que Ámom, segundo o autor), dois deuses e governantes. De acordo com a história egípcia, Thoth foi ter com Tamuz para mostrar-lhe diversas artes, inclusive a escrita. Disse o inventor: "Esta arte, caro rei, tornará os egípcios mais sábios e lhes fortalecerá a memória; portanto com a escrita inventei um grande auxiliar para a memória e a sabedoria". Mas Tamuz responde dizendo que não é a mesma coisa inventar uma arte e julgar a utilidade ou prejuízo que representará: "Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos". (PLATÃO, 1987, p. 179. v.1).

Mais adiante, no diálogo, Sócrates diz a Fedro que a escrita tem um inconveniente que se assemelha à pintura. As figuras pintadas também têm a atitude de pessoas vivas, mas se alguém

lhes perguntar algo continuarão caladas. O mesmo se aplicaria aos discursos escritos; vagam por toda parte, entre os conhecedores e os que não conseguem entendê-los, e não se sabe dizer a quem servem ou não servem. Além disso, se questionados (os discursos), necessitarão do auxílio do seu autor para serem defendidos ou protegidos. Concluímos: a escrita, verdadeiramente iniciou um importante processo de deterioração da memória humana em parceria com outros meios de comunicação, sempre referenciados pela busca da velocidade. Um pequeno exemplo é a falta de "objetividade" que também pode ser observada em livros, não apenas no jornalismo, como sempre é dito.

Diante da "orquestra econômica", bailamos em um tempo marcado pelo valor do "agora", pelo culto e endeusamento do instante. A pressa, que eleva a pressão arterial e derrama mais adrenalina no sangue humano, automaticamente, também "formata" o cérebro do indivíduo para a necessidade do cumprimento das tarefas urgentes e urgentíssimas. E, diante do que urge - e a urgência pode tornar-se ainda emergência! - as frequências cerebrais acabam bem ajustadas a essas exigências do imediato.

A conseqüência desse aumento da velocidade provoca im-

pacto profundo no desenvolvimento do trabalho jornalístico, desde a coleta de dados, sua apuração, investigação, organização, finalização e transmissão.

Sobre a qualidade do material produzido percebe-se que hoje os jornalistas trabalham mais e dispõem de menos tempo para fazer as entrevistas e escrever. Mas já nos anos 70 e 80, sociólogos americanos observavam que nas condições de trabalho dos jornalistas a pressão agia em detrimento da produção da informação. Resultado? Queda de qualidade. Sem falar que naquela época os jornalistas trabalhavam um determinado assunto para uma única mídia, fato que não é mais realidade para muitos profissionais atualmente. Quem atua no impresso acaba repassando informações, por exemplo, para o serviço on-line. Assim é que, a palavra "terceirização" já foi empregada de forma irônica para desenhar a situação enfrentada pelos profissionais: um faz o trabalho de três! Restam então as esperanças (utópicas?) contidas em manuais de redação como a versão de 1987 da Folha que recomendava ser essencial combinar dois elementos: qualidade com rapidez. Mas a supervalorização da informação instantânea põe em risco o próprio papel de mediação reservado aos jornalistas.

Então, se formos verificar que

o substantivo jornal - segundo o Dicionário Houaiss (2001) - surge do latim “diurnālis, relativo ao dia, diário”, e que jornalismo é a “atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade”, concluímos: jornalista significa, na essência, “analista de um dia”. Mas com a transmissão contínua e em tempo real, o profissional acaba analisando apenas o instante. Portanto, seria mais apropriado nomeá-lo de “instantaneísta”, “imediatista” ou “momentaneísta”. Mas isso já seria impossível, pois o momento foge da capacidade de análise, uma vez que ocorre de imediato. Mais apropriado então seria imaginar o jornalista - na nova proposta da era da velocidade - como um simples “vínculo” que conecta o evento com sua difusão.¹⁰

Pelo visto, prevalece o conceito de jornalismo que aparece no complemento dado por Houaiss para o mesmo termo: “abordagem superficial de um tema, menos interessada em esclarecê-lo do que em agradar o gosto e os interesses populares que estão na moda [...] (HOUAISS, 2001, p.1687).

Diante do quadro da pressa, o próprio regime original de “utilidade pública” do jornalismo pode ser questionado, pois, a oportunidade de pensar com o

tempo necessário é prejudicada. Ao mesmo tempo em que concordamos que um jornal sério precisa ser elaborado através do ato de pensar, percebemos que os profissionais da área de jornalismo não dispõem mais de tal tempo. Tal sentido (de utilidade pública) poderia ser preservado se o jornalista exercesse a missão de informar aquilo que o público talvez nem saiba que precisa, e não apenas noticiar “aquilo que o público precisa saber”.

Assim, imediatamente, surge um contraste com a chamada “informação personalizada”. O que a princípio aponta para a expansão do direito de saber - através de uma pretensa interatividade - pode revelar-se contrário à diversidade prometida. Quer dizer: formação de guetos fechados em torno de interesses individualistas, que podem impedir que o público saiba de algo que nem imagina que poderia gostar ou precisar saber. Aliás, o que muitos pensam ser notícia pode mesmo não passar de informação, já que a primeira exige a atuação do jornalista como uma espécie de árbitro, interpretador de acontecimentos selecionados. E, sem jornalistas capacitados e responsáveis tendemos a um dilúvio de fatos e imagens descontextualizados. Seria como um texto sem contexto. A ampliação do entendimento remonta a Pierre Lévy (1993), com “As Tecnologias

10 Esta idéia é defendida por Sylvia Moretzsohn, 2002, p.169.

da Inteligência”, apesar deste não diferenciar notícia de informação como o faz Moretzsohn, mas sublinhar que o primeiro objetivo da comunicação é dar sentido às mensagens. Caberia, assim, ao público uma difícil missão: “na abordagem clássica dos fenômenos de comunicação, os interlocutores fazem intervir o contexto para interpretar as mensagens que lhes são dirigidas”. (LÉVY, 1993, p. 21).

Mas seguindo a lógica binária da rede, este mesmo público também está sendo acostumado a interagir de forma superficial com a “realidade” escolhendo entre “sim ou não”, “branco ou preto”, “bom ou mau”. Modelo muito bem lecionado pela TV Globo em programas como “Você Decide” e “Big Brother Brasil”, por exemplo. Mas que também pode ser observado na Internet na forma de enquetes. Seria uma espécie de subserviência ou escravidão intelectual? A lógica deste ponto é essencial ao novo sistema veloz, pois acostuma o público a decidir rápido - objetivo da era da velocidade - ainda que tal decisão seja impensada ou irrefletida. Afinal, o que prevalece? O fato de que um indivíduo não pode querer se dar ao luxo de atrasar o ritmo da engrenagem!

O que manda? O capital.

No trabalho jornalístico percebemos a dificuldade em preservar a atenção aos assuntos passa-

dos que exigem continuidade de cobertura como, por exemplo, casos policiais não esclarecidos, resultado de denúncias, conclusões de investigações. O tempo presente age em detrimento da memória dos profissionais, do veículo e do público. Cabe ressaltar também que no âmbito da sociedade até mesmo as tradições culturais curvam-se pelo impacto dos ventos que anunciam uma atualidade a cada instante. Decorre deste processo veloz o fato de que ouvimos e vemos demais, e processamos - intelectualmente - de menos.

E, uma vez gerado o excesso, a saturação e a exposição dos fatos até a sua, digamos assim, fritura passamos a imaginar - como Saramago que, aos poucos, todos tendem a ver “tudo branco”. No caso do jornalismo “o excesso é a forma mais eficiente de extermínio da coisa e de seu total apagamento da memória”.¹¹

Claro que até a saturação, até o fato ser espremido como laranja restando apenas o bagaço, o lucro já terá escorrido para o cofre da empresa jornalística. Aí, cumpriu-se a função capitalista da notícia.

Mas no verso desta moeda vemos a conseqüência do dilúvio de informações, qual seja, o atingimento do seu objeto alvo: o público ou, em outra forma de ver, o “consumidor” de dados, a audiência. E este grupo, com o

11 Este apontamento é feito por MARCONDES FILHO, 1986, p. 21.

tempo, vê-se envolvido em uma espécie de marasmo hipnótico e letárgico motivado pelo acúmulo de dados absorvidos, mas não necessariamente compreendidos. Seria o nascer da indiferença diante da informação? Marcondes Filho crê que sim, uma vez que um escândalo abafa o outro, pouco é confirmado, e o conjunto dos dados é sempre lançado ao receptor para obter o maior impacto. Exemplo disso são também os grandes telejornais do Brasil que há tempos não aceitam mais das suas afiliadas reportagens de acidentes automobilísticos em que houve “poucas” mortes. Aliás, assunto que aquece conversas nas redações. Diante dos sucessivos e cada vez mais agressivos apelos imediatos tendemos a ficar realmente “curtidos”, como dito na linguagem popular.

É como um ciclo. A última estratégia de apelo perde força, o espectador já não se sensibiliza, e algo mais “quente” precisa ser oferecido para tentar “despertá-lo” da apatia e do “doping”.

A memória, o, digamos, “HD móvel” do indivíduo continua a ser bombardeado. E este tende a condicionar seu processo mental, como dissemos acima, à afeição ao presente, dado o ritmo de imposição veloz. Em uma vida assim, cercada por apelos sensoriais a cada instante, fica fácil compreender que o “ontem” é irrelevante.

Esse universo de uma pretensa “memória total” - gerado pelos bombardeios de dados vindos das diferentes mídias - foi identificado pelos pensadores do período pós-modernista como um tipo de “câncer da informação”. E do outro lado desta face social aparentemente formosa descortina-se o perigo da perda da reflexão, diante da entrega ao novo.¹²

Quanto à “massa”, uma sugestão: poderia preparar-se para consumir mais complexos polivitamínicos para o cérebro na tentativa de espantar o esquecimento e os lapsos de memória, os famosos “brancos”!

Independentemente das conseqüências, o que prevalece é a velocidade, e todos têm bem compreendido: “slow news, no news”. A rapidez passou a ser uma obsessão que contagia as agências de notícias on-line, e se espalha também pelos veículos impressos. Um exemplo dessa ânsia pela rápida atualização - com o objetivo de assegurar as vendas antes da notícia envelhecer e perder valor - pode ser verificado na edição de domingo, que já circula aos sábados, do Jornal Diário Catarinense (Grupo RBS/Santa Catarina), no dia 3 de fevereiro de 2003. Nela, antes do meio dia, circulava a primeira manchete da capa que destacava o desperdício de alimentos no país. Poucas horas depois, com a queda do ônibus espacial

12 ARBEX JÚNIOR sustenta: “[...]a sensação de 'falta de tempo' para entender a fundo uma notícia estimula o recurso ao clichê, ao preconceito, à reiteração de concepções já formadas”. ARBEX Jr., 2002, p. 89).

Columbia, a capa do Jornal já circulava modificada acrescentando a novidade para os turistas e moradores em pleno verão na praia de Jurerê, norte de Florianópolis. Quer dizer: muda-se a manchete e, hoje, já é amanhã.

Em função da pressa, como não apostar em prognósticos, desrespeitando as regras que exigem um distanciamento e análise na apuração criteriosa da notícia? O problema tende a ser “resolvido” com a utilização de qualquer explicação para sustentar determinada informação. Afinal, a condição da sobrevivência da empresa jornalística passa pela rapidez, marca da sociedade atual.

Ao adaptar-se ao modelo veloz, a imprensa atual gera uma “ilusão de verdade”. Assim, podemos dizer que o conhecido jargão “Aconteceu? Virou Manchete!” passa a ser mais real, se dito: “Virou Manchete? Aconteceu!”. Uma realidade perigosa, pois, a própria tarefa de apuração correta dos dados, competência do jornalista, sofre supressão pelo controle que as fontes são capazes de exercer sobre os profissionais na era da velocidade. Assim, a margem de mentiras, “notícias fabricadas” e erros tende a ser muito maior no veículo on-line, uma vez que nele há ainda menos tempo para checar os dados do que no impresso.

O jornalismo destes tempos

de rede (adaptado ao ritmo que permeia a sociedade) sofre outro impacto, qual seja: a imitação barata. Na tentativa de não ficar para trás, entra em cena o roubo virtual em que um site copia informações de outro, pequenos jornais dispensam o auxílio de jornalistas utilizando a técnica do “copiar/colar” com apropriação indevida de conteúdos da web, e emissoras de rádio - especialmente nas regiões interioranas - nunca se deleitaram tanto em “raptar” informações da Internet para reproduzi-las tal qual aos microfones e, em geral, sequer citando as fontes. Aliás, um assunto sério para fiscalização, pois, o procedimento antiético fecha vagas de trabalho para os profissionais formados na área.

Mas a questão do virtual levanta a discussão sobre tempo e espaço. Dessa forma, o conceito de “presente contínuo” e da “vivência imediata” parece suprimir a forma clássica de tempo presente, passado e futuro. O ritmo novo da era virtual já foi conceituado como o “fim da história”, mas na visão de Lévy “O tempo pontual não anunciaria o fim da aventura humana, mas sim a entrada em um ritmo novo que não seria mais o da história”. (LÉVY, 1993, p.115). Nietzsche, por exemplo, mostra que todo o ser humano seria, antes de tudo, um ser histórico, e tempo presente e tempo passado são ambos presentes no tempo futuro.

O que se vê, sim, é o reforço de alterações já percebidas na década de 30 sobre o modelo das rotinas de trabalho. A questão do tempo hoje revela uma indiferença formal entre os tempos de trabalho e lazer. Seria uma “[...] enganosa suavidade dessa ‘fluidez’: o trabalhador ‘livre’ do relógio, o trabalhador sem horário fixo é o trabalhador em tempo integral”. (MORETZSOHN, 2002, p. 39).

Uma das características mais marcantes das novas formas de noticiar através do suporte virtual trata do formato da própria informação. José Afonso da Silva Junior In Pauta (1993, p. 78) cita um exemplo do que chama de “navegação abreviada” identificando as atividades da Agência Estado: “Um veículo de informações curtas e rápidas, com ênfase na atualização. Há ainda uma navegação mais descontínua - devido ao estilo fragmentado do horizonte de notícias da agência”.

Mas essa “fragmentação” da produção do modelo veloz não esconde outra polêmica do jornalismo, a da “objetividade”. Neste caso percebemos que a tendência, aparentemente, levaria para notícias menos subjetivas, não só porque os textos são curtos, mas porque as tecnologias digitais reduzem a informação a números, ou seja, “seqüências de zero e um”.

No entanto, para tentar com-

preender a questão da “objetividade” no modelo veloz vamos voltar no tempo, com brevidade. Assim, para o jornalista Nilson Lage - orientador deste estudante na graduação na UFSC em 1993 - mesmo a técnica mais aperfeiçoada ocultaria a visão dos grupos detentores do poder. Seria assim, hoje, mesmo no modelo veloz?

Como já é sabido nenhum fato “fala por si”, pois quem poderia “fazer um fato falar”, seria o sujeito que o interpreta, com seus filtros e sua noção de realidade. No caso brasileiro deve ser considerado ainda que a profissão foi marcada pelo caráter de luta, uma vez que precisou ser combativa contra a censura governamental. Considerados tais pontos, voltemos ao presente para analisar a “censura” em oposição à pretendida “objetividade” na era digital.

Hoje, a luta contra as forças que se opõem a “verdade” exigiria enfrentar outro poder, pois sua face - a da censura - está mudada e apenas passou de mãos. Assim, o poder de censura passou - ou melhor, retornou - às mãos dos empresários, e defender a “objetividade” e o “profissionalismo” seria uma forma de reagir aos interesses comerciais que cada vez mais se impõem.

De mais a mais, verifica-se então que as formas mudam com as inovações tecnológicas,

mas a essência dos processos permanece. Assim, na lógica binária, do ponto de vista filosófico, há também - e apenas - uma conclusão de duas vias: se é veloz, é bom; se é lento, é mau.

Este fato, por si só, influencia também o perfil das notícias, que tendem ao superficial, nos modos do “sim ou não” e do “certo ou errado”.

Pierre Lévy, ao analisar a “neutralidade técnica”, parece reforçar a compreensão de que o determinante não é o instrumento em si e, sim, a filosofia de uso que o cerca.¹³ Estaríamos, inclusive, a caminho de uma “tecnodemocracia”. Resta questionar: como e quando isto seria possível?

A era do jornalismo on-line segue os mesmos rumos da descoberta do valor capitalista da imprensa, cujo produto é a notícia. Assim, apesar da utilização de uma nova ferramenta (a Internet), o trabalho nas redações continua aplicando os chamados “valores-notícias” (news values), ensinados a todos os profissionais nas próprias academias. Portanto, a notícia na rede destaca, como cita Lorenzo Gomis (2002) “o novo, o insólito, o impacto, o conflito, a relevância dos protagonistas [...]”.

Aparecem assim, dois conceitos que marcam a atividade jornalística também no novo modelo: o “importante” e o “inte-

ressante”, dois valores fundamentais no mercado noticioso. Quer dizer, se um fato não interessa ao público e não gera comentários nem deveria ser publicado. Já algo importante, que atinge a população, que gera conseqüências, de uma ou outra forma, não pode deixar de ser incluído porque, afinal, é notícia. Ou seja, na definição de Muñoz Torres, citada por Gomis: “o importante é o que todos devemos saber; o interessante, aquilo que é agradável conhecer”. (GOMIS, 2002, p. 225)

O importante caracteriza-se pelo aparecimento de informações que costumam ter resultados: leis, decretos, sentenças, pactos, tratados, atentados, explosões. Já o interessante é marcado pelo caráter anedótico, curioso, inusitado, as aparições de personalidades do mundo político ou artístico.

Assim é também na Era do Jornalismo Veloz, pois, como vimos, o jornalismo na rede, segundo Gomis, tenta caminhar lado a lado com sua essência comercial: “Ambos valores, a importância e o interesse, têm se combinado de diversas maneiras ao longo da história da imprensa e, agora, dos meios de comunicação em sua diversidade”. (GOMIS, 2002, p. 234-235).

Com qual objetivo. Vender é claro.

Mas há neste ponto um de-

13 A técnica em geral não é boa nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um devir coletivo heterogêneo e complexo na cidade do mundo. Quanto mais reconhecemos isto, mais nos aproximaremos do advento de uma tecnodemocracia. (LÉVY, 1993, p. 194).

talhe que deve ser ressaltado. Na comparação entre o que interessa e o que é interessante, acabamos percebendo a inclinação da mídia em veicular mais aquilo que é interessante, sendo que, muitas vezes, até o enfoque daquilo que tem importância passa pela formatação do interessante para que, digamos, o público possa saborear melhor a informação.

O resultado da prática do jornalismo, lastreado nos valores “importante” e “interessante”, citados acima, é acompanhado ainda por outro fenômeno: a quantidade crescente de informação oferecida para venda.

Hoje, há um volume maior de informações que nos cerca, como atestam nossos próprios pais e avós, ou podemos comprovar com uma simples visita à banca da esquina. Os diários tentam imprimir mais páginas, novas emissoras de rádios comunitárias e comerciais e Televisões Educativas surgem, as reportagens apresentadas pela televisão são repercutidas em debates, há plantões e inserção de notícias dentro da grade da programação. Sem falar na segmentação da área do jornalismo bem representada no Brasil pelos canais por assinatura “BandNews” e “GloboNews”. E, ainda, como não poderíamos deixar de citar, no foco do presente trabalho, a Internet. Somando tudo isso, talvez faríamos uma ligação

neural com a história da “Torre de Babel”, e lembraríamos até de Noé através de uma expressão feliz na obra “Cibercultura”, de Pierre Lévy: “dilúvio informacional”. (LÉVY, 1999, 188).

Mas o problema da qualidade no jornalismo não é um assunto assim tão recente. Marcondes Filho “rebobina a fita” até a segunda metade do século XIX, para apontar a crise no trabalho jornalístico de investigação. O início é relacionado à influência da Revolução Francesa, que deixou como legado um jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionavam como uma espécie de palco para a ressonância de “programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11). Em seguida, vem a transformação do jornal em empresa capitalista, que tem de auto-sustentar-se do ponto de vista financeiro, com o desafio de modernizar seu parque de máquinas. Marcondes define as mudanças em face da necessidade da nova empresa jornalística: “[...] irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se auto-financiar”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 13).

Logo depois, a atividade jornalística entra no século XX, período marcado pelo surgimen-

to dos monopólios, pela concorrência do jornalismo com a publicidade e com as relações públicas.

Por fim, segundo o autor, chegamos à “quarta transformação” da atividade jornalística - no caso, o modelo veloz possibilitado pelo desenvolvimento da informática aqui tratado - já a partir do início da década de 70. Segundo Filho, aparecem aí duas conseqüências: “[...] a inflação de comunicados e de materiais de imprensa” e a “substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes [...]”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 30)

De lá para cá, só o que se percebe é o aumento quantitativo de informações vindas de um número cada vez maior de fontes, todas, claro, conectadas à veloz “teia eletrônica”. Numa reflexão, uma ladeira que inclina à saturação da informação, como veremos mais adiante.

Nesse contexto, inspirado exatamente no mesmo modelo com contornos de atividade capitalista, o jornalismo veloz pela rede começou a tomar corpo. Então, surge a pergunta: há espaço, ou melhor, tempo para trabalhar o importante, quando além do capital a palavra de ordem nas redações é a velocidade? Quando a prioridade é a quantidade do produto oferecido ao mercado, como fica a qualidade?

Lorenzo Gomis tem, em uma sentença, um sinal de cautela: “Tudo que é importante tende a exigir tempo, cuidado, revisões e experimentos. [...] Em definitivo, as notícias importantes não são geradas com facilidade”. (GOMIS, 2002, p. 236).

Quer dizer: a tendência é ampliar a oferta do que é interessante, já que não há tempo a perder investigando profundamente este ou aquele assunto. Assim, supre-se a falta de condições para apurar os fatos e acontecimentos com notícias agradáveis e, não há como negar, superficiais. Recordo-me aqui também dos ensinamentos do professor de Teoria da Comunicação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Adir Vieira que, já no início da década de 90, dizia que a notícia é apresentada como espetáculo, como o sim e o não, sem responder, em geral, uma pergunta relevante: o “por quê?” das coisas.

Não podemos esquecer também, claro, do próprio modelo desenhado para a Internet. No caso das páginas de notícias, o ciber jornalista é orientado a não exceder os dois parágrafos, cada um com sete linhas no máximo, como ensinam também os manuais de jornalismo on-line e as próprias academias. Então aprofundar como?

Lorenzo Gomis resume esta fase atacando uma questão

importante no seu cerne: *“Os temas podem ser importantes, mas o tratamento não é sério”*.

Temos aí, com o entendimento histórico, a inspiração do perfil do atual modelo de geração veloz de notícias pela rede. E, ao final do círculo traçado, voltaríamos a questão tão calorosamente discutida nas primeiras fases das academias, esta relacionada aos componentes da objetividade do “jornalista ideal”: “verdade, equilíbrio, checabilidade, clareza, legibilidade, equidistância e isenção”. Um caso para a reflexão ética sobre a própria responsabilidade social do ciber jornalista e do ciber jornalismo!

Paralelo à questão da superficialidade da notícia, um dos fenômenos de maior impacto sobre as mentes humanas e que acompanha a Era do Jornalismo Veloz é o da “saturação e neutralização”.

Para Leão Serva (2001), casos de deformação e desinformação são muito comuns hoje, em um mundo que vê nascer a cada momento novos veículos de comunicação que, em conjunto com os veículos já implantados, divulgam freneticamente milhares ou até milhões de informações a cada novo dia.

Segundo um estudo, “mais informações têm sido produzidas nos últimos 30 anos do que nos 5.000 anos anteriores. Uma

edição de dia de semana do New York Times contém mais informações do que tudo aquilo que um homem médio do século XV ficou sabendo em toda a sua vida”. (LEWIS apud SERVA, 2001, p.76).

Surge assim, uma espécie de paradoxo entre informação-desinformação e a deformação, no qual milhares de informações diariamente se sobrepõem umas às outras no suporte da comunicação, no meio em si e também ou mais gravemente na mente do receptor, em sua compreensão do mundo. Resumindo: trata-se de uma saturação. Os efeitos desse “excesso de informações” ou “poluição de dados” ainda não foram devidamente estudados, mas pesquisas da área da publicidade podem servir de referencial. Elas mostram que diante da saraivada de anúncios, ênfase e repetições, o espectador tende a uma reação de contra-motivação e passividade para não ser possuído pelo apelo publicitário. Quer dizer: “a publicidade dissuade ao mesmo tempo em que persuade”.

Temos aí, um dos componentes mais claros e reconhecíveis da saturação: um efeito de anulação, ou neutralização. Em reportagens práticas teríamos o acusado acusando o acusador sem que se consiga saber quem tem a versão falsa ou verdadeira. Já na propaganda dos partidos políticos uma proposta anula a

de outro partido, e a diferença seria meramente uma questão estética ou sensorial promovida pelas cores, sons, edição de imagens... É o “samba do crioulo doido”.

Já para Ramonet (1999) o que temos é um “mimetismo midiático”, uma espécie de “imitação delirante” entre os próprios meios de comunicação que entram em parafuso com a idéia de deixar de dar uma informação que a concorrência possa ter. Então, até que se dê a superexposição e superexploração de um fato, e a sua “censura pelo excesso”, “[...] os diferentes meios de comunicação se autoestimulam, superexcitam uns aos outros, multiplicam cada vez mais a informação numa espécie de espiral vertiginosa, inebriante, até a náusea”. (RAMONET, 1999, p. 21).

A conseqüência é dramática. Pois, o consumidor de informações acaba por perder a capacidade de avaliação e compreensão dos muitos dados. Como não consegue discernir e interpretar o tiroteio informacional que lhe ataca os sentidos tende a cair em uma espécie, do que aqui vamos chamar, de letargia mental e hipnose alienante; um espírito vago e contemplativo. Caricaturizando e, para citar um exemplo: seria como babar vidro diante da tevê, sem entender nada.

Apesar de não ser nova, a saturação da informação ganhou

força no século XX pela quantidade de meios e exploração comercial da mídia. Aparece com força o perfil monopolista dos veículos de comunicação, uma espécie de “metralhadora de palavras” ou “metralhadora de signos”, que impede o outro lado (o consumidor) usar o que é seu.¹⁴

No entanto, já é cogitado que, em pouco tempo, em face das evoluções dos meios e do perfil autoritário, a própria interatividade da Internet possa ficar restrita ao uso do e-mail, sem o comportamento de rede com sua distribuição de conteúdos, como acontece hoje. O monopólio na rede poderia dar ampla liberdade de escolha, mas de canais com conteúdo pronto; bastaria apenas captar um deles. Cabe destacar que, apesar da aparente democratização, o poder de controle da Internet está bem centralizado em poucos servidores por onde passam todas as informações que fluem pela rede.

Temos então que o jornalismo veloz, como sabemos, é aliado da “sociedade de rede” que, por sua vez, é simpatizante da velocidade e, esta - que tem a característica de não dizer de onde vem nem para onde vai - não só tende a desinformar, mas também a desorientar e, grave, a oprimir.¹⁵

Mas com base na observação dos aspectos mais evidentes da estrutura da rede é preciso citar aspectos positivos da Era do

14 Serva compara de maneira grave afirmando que esse processo de retirada de poder do indivíduo corresponde, no mundo atual, ao processo de monopolização da violência que marcou a implantação o Estado moderno ao final da Idade Média. Trata-se de um processo de concentração de poder de comunicação que implica eliminar o poder pulverizado. Hoje, esse processo persiste mesmo em segmentos já altamente concentrados, como a televisão. Se nos meios chamados “convencionais” esse poder já foi concentrado antes, no caso dos new media (por exemplo, a Internet), em 1998, esse processo avança a passos largos, mas ainda não acabou: as fusões ou aquisições de grupos de emissores são constantes, assim como os casos de “alianças estratégicas”. (SERVA, 2001, p. 80, 81).

Jornalismo Veloz como, por exemplo, banco de dados, velocidade, flexibilidade (não existem restrições de espaço), interatividade, notícias personalizadas, baixo custo de distribuição e produção em relação às publicações tradicionais, rápida e freqüente atualização dos conteúdos e recursos gráficos com mais possibilidades do que os usados em jornal impresso.

Por outro lado, é necessário destacar aspectos negativos da era digital para o jornalismo. Citamos: excesso de informação, limitação das notícias personalizadas, falta de conforto e comodidade para leitura on-line (vídeo) em comparação com o jornal tradicional (papel), monopólio dos grandes grupos que dominam as redes, dificultando a democratização da comunicação, dificuldades de acesso pela chamada "fronteira digital", que exclui milhões de brasileiros pobres da rede, superficialidade dos textos jornalísticos na Web: dois parágrafos, 14 linhas, como ensinam os manuais, impedem o aprofundamento, pulverização da notícia em infinitos canais que já não permitem mais o caráter educativo, formador e mobilizador da informação, proliferação de sites com "notícias" não elaboradas por jornalistas profissionais e o crescimento do jornalismo de releases (do tipo "colar" e "copiar") em detrimento do jornalismo investigativo, apurador dos fatos e acontecimentos.

Independentemente dos aspectos positivos e negativos, a era do Jornalismo veloz é uma realidade irreversível. Portanto como dito anteriormente, com base nas conclusões de Pierre Lévy, não é a técnica que determina se algo é bom ou mau, mas sim o uso que se faz dela. Assim, cabe aos profissionais da área aprofundar a reflexão sobre as possíveis alternativas que possam fazer a notícia na web atingir seu objetivo original, tarefa nada simples, apresentada também como um difícil desafio por Macondes Filho: "as novas tecnologias estão aí, invadem nosso cotidiano com velocidade espantosa e o que nos resta fazer é mudar nossas formas arcaicas de pensar, abandonar velhas teorias e relacionarmo-nos com esses novos "seres", buscando encontrar uma boa forma de convivência e atuação crítica nessa nova sociedade." (MARCONDES FILHO, 1999, p.14).

Assim, concluímos que o ritmo de uma das engrenagens da Era do Jornalismo Veloz só aumentou, pois sempre existiu: a notícia, no sentido marxista, como "fetiche", ou seja, mercadoria. Independentemente do período histórico, o jornalismo pautou-se sob o ângulo empresarial na corrida pela modernização de seus instrumentos, caminhou lado a lado com o capitalismo, e passou a ajudar na divulgação do ritmo cada vez mais veloz de um

15 O excesso de informação, ao contrário do que dizia Francis Bacon, é hoje causa de perda de poder individual. E o primeiro poder é o de manipular informações: o poder de emitir e também de compreender o que é recebido. O excesso de informação ameaça criar a definitiva submissão do consumidor ao capital [...] o consumidor se submete a um Grande Irmão, mais ou menos como imaginado por George Orwell, mas com o nervo óptico invertido: ele não nos olha, mas nos obriga a olhar para ele permanentemente. (SERVA, 2001, p. 82).

sistema obcecado pelo que é rápido. Se por um lado tal velocidade desfavorece a reflexão crítica e o ato de pensar tanto dos “fazedores de notícias” como do público que é tratado como consumidor de informações, por outro, a imprensa cristalizou - na era do “tempo real” - a revelação do seu perfil econômico. E mais: abriu as guardas para o questionamento da postura ética e até mesmo do seu fiel escudo, qual seja, o caráter de “utilidade pública”.

Diante dos infinitos canais de comunicação que surgem e da concorrência entre as empresas jornalísticas surgem perguntas: Jornalismo transformador ou jornalismo meramente informativo? Jornalismo em busca de quantidade, números de audiência que tornam um site mais valorizado do que outro? Afinal, que tipo de conteúdo jornalístico estamos construindo?

O corre-corre, ninguém pode negar, desfavorece a apuração, a checagem e a investigação dos fatos ou acontecimentos sociais, elementos que compõem a notícia. Caminhamos, arriscadamente, para um “precipício comunicacional” que já não faz mais o seu verdadeiro papel: lutar pela descoberta da “verdade”, clarear os fatos, aproximar-se o máximo possível da realidade. Até mesmo porque neste novo ritmo imposto à sociedade, os gostos também

inclinam para a velocidade, para a síntese, o resumo. De certa forma, estamos caminhando rumo à superficialidade dos textos de sete linhas em cada um dos dois parágrafos recomendados pelos especialistas em Web para “ciber jornalistas” com agilidade e multifuncionalidade, e capazes de criar o produto chamado notícia escolhendo fotos, criando enquetes sobre o assunto para a rede, além de estarem aptos a incrementar a informação com material de arquivo, seja em áudio, vídeo ou texto.

E, no momento em que mais precisamos de profissionais no estilo “do olho que tudo vê”, os empresários de redações on-line abrem os seus empreendimentos para estagiários! Onde fica a visão? A noção jornalística? O compromisso ético?

Do ponto de vista do público consumidor do produto chamado notícia percebemos outro efeito colateral provocado pela avalanche de mensagens geradas com o crescente surgimento de canais. A saturação, o enjôo provocado pelas muitas notícias. Reinterpretando o pensamento sustentado por Salomão, considerado pelo cristianismo o maior sábio da raça humana: “Porque na muita sabedoria há muito enfado; o que aumenta o conhecimento aumenta o tédio”. (Eclesiastes 1.18).

Neste sentido, cabe o apelo

para uma leitura inusitada, mas que pode levar a uma reflexão neste mundo que insiste em lembrar uma espécie de “Torre de Babel”. As palavras vêm de Maria, mãe de Jesus. Num outro contexto, mas que serve de inspiração sobre a importância de saber selecionar, disse ela: “Irmão, torna-te essencial, não permita que a torrente de palavras te sufoque, retém o que é decisivo, medita-o em teu coração e será novamente uma pessoa apta a amar e esperar”.

Quanto ao público, ainda precisa aprender a selecionar o que pode receber de milhares de canais disponíveis, estar ciente de que a rapidez do jornalismo moderno remete à superficialidade e desfavorece a investigação, compreender que o jornal impresso - por força das mudanças mediáticas - não está interessado em aprofundar-se nas questões que são tratadas em poucas linhas, além de comparar notícias e informações de diferentes sites para verificar a veracidade e a qualidade das notícias.

Já os jornalistas profissionais necessitam perceber o processo das novas mídias como inevitável, entender que a velocidade age em detrimento do aprofundamento noticioso. No caso da Internet, compreender que jornalismo impresso e jornalismo “on-line” formam uma parceria com característica de comple-

mentariedade, sendo que o impresso sinaliza vida longa. Além disso, é preciso buscar a atualização freqüente sobre as inovações tecnológicas, compreender a ligação entre jornalismo e informática, avaliar os efeitos da pulverização da informação em detrimento do caráter mobilizador do aspecto positivo da massificação. Pouco se fala disso, mas com tantos canais, hoje está mais difícil mobilizar um povo por um causa única do que na época de poucos canais, apesar dos riscos daquele tempo, lembrado pela centralização da informação por grandes grupos e da censura, que deixaram marcas profundas na imprensa brasileira. Ademais, torna-se fundamental compreender que os novos canais não significam necessariamente a democratização da comunicação - os oligopólios estão mais vivos do que nunca - e distinguir os aspectos positivos e negativos da escalada veloz do jornalismo virtual preparando-se para novas tendências.

Na mesma linha de raciocínio cabe compreender que a velocidade permitida pela técnica não significa necessariamente sinônimo de progresso. Ela pode, perigosamente, suprimir o valor do silêncio no processo de comunicação, não o silêncio como uma recusa da palavra, mas como a própria condição da existência desta, pois é o silêncio reflexivo entre as palavras que dá compreensão e sentido à linguagem.

Assim, contradizendo a doutrina maior da era virtual - a da "Velocidade Máxima" - cabe contestar, afirmando: O LENTO, SIM O LENTO TAMBÉM PODE SER BOM.

Outra dívida que precisa ser assumida na era do jornalismo em "tempo real" é o valor da dúvida. Fatos e acontecimentos não podem ser relatados de forma superficial sem a postura ética básica que exige questionar, checar e comparar, por exemplo, uma "verdade" verbalizada por determinada fonte. Aqui, referimo-nos à dúvida que permite outras interpretações do fato, no modelo do "confiar-desconfiando" no intento de desviar o já movediço campo de atuação do trabalho jornalístico. Mas haveria tempo para isso?

A resposta é difícil. Mas em um tempo em que são cometidos tantos erros em função da falta de tempo para pensar, e "se cada erro é sucedido por outro de igual natureza", chegamos à conclusão de que a origem das falhas remonta às próprias rotinas que cercam o fazer jornalístico. Mas qual empresário inverteria a lógica presente, e frearia o ritmo de produção? Não lhe pareceria um ato insano?

Talvez uma das alternativas pudesse estar no jornal impresso. Sim, em um tempo marcado pela velocidade o rádio, a TV e a Internet poderiam apropriar-se da informação imediata, uma vez

que estão tecnicamente preparados para isso. Enquanto o jornal deveria assumir seu papel de análise e aprofundamento dos fatos e acontecimentos. Diferente do que se fazia durante a Primeira Guerra Mundial quando os impressos chegavam a circular com seis edições extras em um mesmo dia.

Mas o mundo corre. De "analista de um dia", o jornalista tornou-se "imediatista" na era do endeusamento da velocidade. Seria o começo do fim? Não. Entenda-se que o caos veloz não representa o "fim do jornalista". Outrossim, exige a própria revalorização do profissional. Isso porque quanto mais complexa torna-se a estrutura de uma sociedade, tanto mais ela precisa de intermediários. Aí, entram os médicos, os historiadores, os jornalistas, etc. E, no caso da imprensa, no contexto do "tempo real" é fundamental destacar a função do jornalista como MEDIADOR. Afinal, quem poderia "dar ao público o que ele não sabe que precisa?".

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de radiojornalismo: produção ética e internet**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CORRÊA, ELIZABETH SAAD. A Era do Ciber Jornalista. In: LOPES, Dirceu Fernandes; COELHO SOBRINHO, José; PROENÇA, José Luiz (orgs.). **Edição em Jornalismo Eletrônico**. São Paulo: Edicon, 2000.

GOMIS, Lorenzo. Do importante ao interessante - ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. In: **Pauta Geral: revista de jornalismo**. Ano 9, n. 4. Salvador: Calandra, 2002.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JR, José Arbex. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 8.ed. São Paulo: 34, 1999. (1990 Paris).

_____. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999 (1997).

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Átila, 1986.

_____. **Cenários do novo mundo**. São Paulo: NTC, 1999.

_____. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MACHADO, Elias. O jornal digital como epicentro das redes de circulação de notícias. In: **Pauta Geral: revista de jornalismo**. Ano 9, n. 4. Salvador: Calandra, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PLATÃO. **Diálogos: mênnon, banquete, fedro**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [1987]. V.1.

PALACIOS, Marcos e MIELNICZUK, Luciana. Considerações para um estudo sobre o formato da notícia na web: o link como elemento paratextual. In: **Pauta Geral: revista de jornalismo**. Ano 9, n. 4. Salvador: Calandra, 2002.

P. ALBERT e F.TERROU. **História da imprensa**. 1. ed. São Paulo: Martins

Fontes, São Paulo, 1990.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

SILVA JUNIOR, José Afonso da. Entre paliativos e escapismos: usos e apropriações da hipermídia, com um relato de pesquisa no jornalismo online. In: **Pauta Geral**: revista de jornalismo. Ano 9, n. 4. Salvador: Calandra, 2002.

THOMPSON, Frank Charles. **Bíblia de referência Thompson**. (Tradução João Ferreira de Almeida). 9.ed. São Paulo: Vida, 1999.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Adaptação e Prefácio de James Clavell. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<www.baguete.com.br/coluna.php?nome=jaimewagner(site de jornalismo empresarial digital)>

<www.riodosul.com>

<www.riodosul.com.br>

<www.jobv.dimapel.com.br>

<www.facom.ufba.br>

<www.an.com.br>